

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DA INVISIBILIDADE À CONQUISTA DO ESPAÇO SOCIAL
História concisa das lutas políticas e sindicais dos
trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo
(1978-1988)**

Cássio Hideo Diniz Hiro

**SÃO PAULO
2017**

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CÁSSIO HIDEO DINIZ HIRO

**DA INVISIBILIDADE À CONQUISTA DO ESPAÇO SOCIAL
História concisa das lutas políticas e sindicais dos
trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo
(1978-1988)**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

**SÃO PAULO
2017**

Hiro, Cássio Hideo Diniz.

Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978-1988). / Cássio Hideo Diniz Hiro. 2017.

160 f.

Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2017.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. História social da educação. 2. Lutas sindicais. 3. Sindicalismo de trabalhadores em educação. 4. Asusp. 5. Sintusp.

I. Souza, Carlos Bauer de. II. Título

Banca examinadora

Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza (orientador)
Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr.
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho
Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof.^a Dr.^a Maria Heloisa Aguiar Pereira
Universidade Cidade de São Paulo - UNICID

Prof. Dr.^a Patrícia Aparecida Bioto Cavalcante
Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Prof. Dr.^a Silvana Fernandes Lopes
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Prof.^a Dr.^a Rosiley Aparecida Teixeira (suplente)
Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Prof.^a Dr.^a Marisa Bittar (suplente)
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr. José Eustáquio Romão
Diretor do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNINOVE

Aprovado(a) em ____/____/____

Aos meus pais, Yochio e Joana, que por vários meios ensinaram-me importantes e significativos valores morais, éticos, sociais, afetivos, humanísticos e culturais.

Agradecimentos

Chegamos ao fim dessa etapa da elaboração de mais um trabalho de pesquisa, que sinceramente, apresentou desafios de grande magnitude que nos tirou boas horas de sono e tranquilidade, porém, tudo dentro da normalidade do que se esperar de uma produção acadêmica. Por meio desse trabalho construímos coletivamente esta tese que, esperamos, poderá contribuir para as futuras pesquisas e análises sobre o tema. Neste momento, presto minhas sinceras homenagens aos que colaboram conosco nesses anos de trabalho, que nos permitiram lograr essa caminhada.

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove, pela oportunidade de desenvolver este projeto, e por acolher-me enquanto discente mais uma vez, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por seu apoio financeiro em forma de bolsa. Agradecimentos também, ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), na figura de seu dirigente histórico Magno de Carvalho, e aos trabalhadores entrevistados, que permitiram a efetivação deste trabalho.

Agradeço, ainda, aos vários professores do PPGE com os quais, durante nossas conversas e suas excelentes aulas, pude aprender cada vez mais, propiciando os subsídios necessários para a elaboração do projeto de pesquisa e da dissertação. Especial agradecimento aos professores Celso do Prado Ferraz de Carvalho e José Eduardo de Oliveira, que me permitiram aprofundar em temáticas que foram fundamentais para este trabalho. Aos professores José Eustáquio Romão, Jason Mafra, Antonio Joaquim Severino e Antonio Teodoro, pelos

excelentes debates e conversas que tivemos durante as disciplinas, e nos corredores.

Aos meus amigos e colegas do Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social, da Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais e do programa em geral. Suas experiências acumuladas e socializadas permitiram o crescimento pessoal, e provou que o conhecimento é obra de um trabalho coletivo. Nossas tardes nos bares e padarias foram como extensões de nossas aulas e orientações.

Gostaria de agradecer também o apoio e o companheirismo da minha querida Valeska, por ficar ao meu lado nos piores momentos passados nesses últimos três anos, e que agüentou com muita paciência todo o meu stress e minha corrida contra o relógio, capaz de enlouquecer qualquer relacionamento.

E para finalizar, gostaria de agradecer ao nosso professor e orientador, Carlos Bauer, que aceitou acolher-me em seu grupo de pesquisa, e assumiu uma enorme responsabilidade ao adotar um docente da rede pública na longínqua cidade de Caxambu (MG). Nossas conversas – debates e embates – permitiram-me aprender como ser um pesquisador e, principalmente, ser uma pessoa que vê a história não como uma fatalidade, mas sim como uma oportunidade de se construir um porvir que aponte uma realidade mais justa e igualitária para a humanidade. Muito obrigado!

Resumo

Esta tese teve como objetivo investigar a história das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação administrativos – e serviços gerais – da Universidade de São Paulo (USP), entre os anos de 1978 e 1988. Período este marcado pelo ressurgimento do movimento combativo no interior das universidades brasileiras, que envolviam professores, estudantes e funcionários desses estabelecimentos de ensino, que despontavam na luta contra a ditadura civil-militar brasileira, pela redemocratização do país e pela melhoria das condições de salário, trabalho e vida. A pesquisa procurou compreender, crítica e documentalmente esse momento histórico a partir da perspectiva de uma vanguarda organizada que, por meio da Associação dos Servidores da USP – atual Sindicato dos Trabalhadores da USP – atuaram nas mais diversas lutas internas e externas aos campi universitários, destacando-se como uma das mais combativas e aguerridas entidades da história do movimento sindical brasileiro nas últimas décadas do século XX. Usando como base teórica o materialismo histórico dialético, e a presença de autores como Edward D. Thompson, entre outros, empreendemos desvelar algumas das características do período investigado, o contexto socioeconômico, as lutas reivindicativas e políticas no contexto do funcionalismo público paulista, a entidade sindical e a participação, ativa e consciente, de uma parcela dos trabalhadores da educação na construção da democracia no Brasil nos processos políticos que resultaram na queda da ditadura civil-militar no Brasil.

Palavras-chave: História social da educação, lutas sindicais, sindicalismo de trabalhadores em educação, Asusp, Sintusp.

Abstract

This thesis aimed to investigate the history of the political and union struggles of workers in administrative education - and general services - of the University of São Paulo (USP) between 1978 and 1988. This period was marked by the resurgence of the fighting movement in the interior of the Brazilian universities, which involved teachers, students and employees of these educational establishments, who emerged in the struggle against the Brazilian civil-military dictatorship, for the redemocratization of the country and for the improvement of salary, work and life conditions. This work sought to understand this historical moment from the perspective of an organized avant-garde that through the USP's Servants Association - current USP Workers' Union - acted in the most diverse internal and external struggles, standing out as one of the most combative and stiff entities in the history of the Brazilian trade union movement in the last decades of the twentieth century. Using as theoretical basis dialectical historical materialism, and the presence of authors such as Edward D. Thompson, among others, this research sought to understand the characteristics of the period investigated, the socioeconomic context, the struggles of demands and policies in the context of the public functionaries of São Paulo, its Union and its participation in the political processes that resulted in the fall of the civil-military dictatorship in Brazil.

Keywords: Social history of education, union struggles, unionism of workers in education, Asusp, Sintusp.

Resumen

Esta tesis tuvo como objetivo investigar la historia de las luchas políticas y sindicales de los trabajadores de la educación de administración – y servicios generales – de la Universidad de Sao Paulo (USP), entre los años 1978 y 1988. Período marcado por el resurgimiento del movimiento combativo en el interior de las universidades brasileñas, entre los profesores, estudiantes y personal de servicios de estas escuelas, que brotaron en la lucha contra la dictadura civil-empresarial-militar brasileña, por la democratización del país y la mejora de las condiciones salariales, de trabajo y de vida. Este estudio tuvo como objetivo comprender este momento histórico desde una perspectiva de una vanguardia organizada, a través de la Asociación de Servidores de la USP - actual Sindicato de Trabajadores de la USP - actuó en varias luchas internas y externas, destacándose como uno de los más combativa entidades de la historia del movimiento sindical brasileño en las últimas décadas del siglo XX. Utilizando como base teórica el materialismo histórico dialéctico, y la presencia de autores como Edward D. Thompson, entre otros, esta investigación buscó comprender las características del período investigado, el contexto socioeconómico, las luchas políticas y reivindicativas en el contexto de los trabajadores de la administración pública de São Paulo, su sindicato y su participación en los procesos políticos que llevaron a la caída de la dictadura en Brasil.

Palabras-clave: historia social de la educación, luchas sindicales, sindicatos de trabajadores de la educación, Asusp, Sintusp

Lista de abreviações e siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

Adusp – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

Apeoesp – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Apesnoesp – Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo

Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Asusp – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo

Capes – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGP – Comando Geral Permanente

Conclat (1) – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

Conclat (2) – Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora

CPP – Centro do Professorado Paulista

CPPERS – Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CS – Convergência Socialista

DCE – Diretório Central dos Estudantes

Deops – Delegacia Estadual de Ordem Política e Social

DOI-CODI - Destacamento de Operação e Informação (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)

ECA – Escola de Comunicação e Artes da USP

Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Libelu – Tendência política Liberdade e Luta

LO – Liga Operária

MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MUP – Movimento pela União dos Professores

MOAP – Movimento de Oposição Aberto de Professores

MOASUSP – Movimento de Oposição à Diretoria da Asusp

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OSI – Organização Socialista Internacionalista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PRC – Partido Revolucionário Comunista

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

Sintusp – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo

Unesp – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	14
<i>Capítulo 1:</i>	
A relevância do objeto de pesquisa: a presença dos trabalhadores da educação na história da USP	26
Década de 1930: Brasil em transformação e o surgimento da USP	29
A ditadura civil-militar: uma brevíssima contextualização histórica (1964-1979)	38
A USP durante a ditadura, e sua alegada “crise”	40
<i>Capítulo 2:</i>	
A Asusp – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo	44
O movimento sindical brasileiro	49
Uma nova concepção sindical surge na USP	52
O movimento de 1979	58
Resultados políticos das mobilizações de 1979	66
<i>Capítulo 3</i>	
Da Asusp ao SINTUSP	68
A eleição da Asusp em 1979	70
A Asusp e a luta dos trabalhadores brasileiros nos anos 1980	75
A atuação política fora dos muros da universidade	79
A Asusp e a constituinte	81
<i>Capítulo 4</i>	
As lutas políticas e o desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores da USP	86

A consciência, a luta...	86
A consciência, os embates políticos...	92
A consciência e seus desafios...	97
Os legados, as lições...	102
Conclusão	107
Referências Bibliográficas e Documentais	114
Anexos - I (fotos e jornais)	117
Anexos – II (Entrevistas)	122

Introdução

Desafio passa ser uma palavra pequena para descrever o longo caminho enfrentado para a elaboração dessa pesquisa. Não se trata apenas de um desabafo “incomum” de um doutorando, mas sim das barreiras enfrentadas para inserir uma temática polêmica no meio acadêmico. Não é uma tarefa fácil, ainda mais se tratando de um assunto que para muitos se encontra fora de nossa esfera de pesquisa, provocantemente nos instigando a fundamentá-lo no campo histórico educacional, em se tratando de um programa de pós-graduação em educação.

Ao iniciarmos os estudos preliminares para a elaboração de nosso projeto de estudos para a futura tese de doutoramento, nos deparamos logo de imediato com a quase inexistência de trabalhos que versam sobre um importante, porém, renegado personagem presente no ambiente escolar, e parte importante no processo educacional nas instituições de ensino, seja elas no ensino básico ou no superior. Estamos nos referindo aos funcionários escolares, que, por meio de seus diversos segmentos (técnicos, secretários, auxiliares, serviços gerais, etc.) contribuem cada qual com o seu papel na construção e a manutenção de espaços e condições de ensino-aprendizagem.

No entanto, a mercê de sua importância, a cultura escolar – e, por conseguinte, as pesquisas acadêmicas – tem lhes reservado pouco espaço. Essa situação também contribui para que os mesmos não se percebam como parte de uma categoria profissional e social em conjunto com os professores (docentes): a dos trabalhadores em educação.

Semelhante “desafio” nos foi reservado quando desenvolvemos nossa dissertação de mestrado, há alguns anos, quando decidimos pesquisar e debater a consciência de classe entre os trabalhadores em educação, além, é claro, de pelegas

coletivas desenvolvidas pelo nosso grupo de pesquisa – o Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS) – que muito contribuiu no passado e agora contribui na presente pesquisa. Ao nos depararmos com aquele objeto – os trabalhadores em educação de Minas Gerais – observamos que a história do movimento em questão continha em seu interior um papel preponderante dos professores, eclipsando a atuação dos demais trabalhadores do ambiente escolar.

No nosso caso específico, investigar a história social e política daqueles que intitulamos trabalhadores em educação “administrativos” (comumente conhecidos como funcionários de escolas e universidades) de uma importante instituição de ensino superior brasileira não se colocou como tarefa fácil; não apenas pelas dificuldades apresentadas ao longo do processo, mas pela disposição de trilhar pelo caminho da consolidação da temática em nosso meio acadêmico, resistente em se tratando de assuntos que muitos vêem como deslocados de sua centralidade nos assuntos didáticos e pedagógicos.

No entanto, por que então adentrar em um assunto tão espinhoso? Em primeiro lugar, acreditamos que os desafios precisam ser encarados dialeticamente, buscando superar as suas contradições e assim contribuir para a construção do conhecimento. Em segundo lugar, torna-se importante trazer a disposição de contribuir com a construção da historiografia, aportando fontes e possibilidades interpretativas pouquíssimas usuais nos compêndios oficiais, especialmente quando nos referimos aos personagens sociais que tem sido estigmatizados e, mesmo, recorrentemente marginalizados nas narrativas consagradas acerca da história de nosso país. E em terceiro, resgatar à luz da academia as trajetórias de sujeitos sociais que, a partir de suas realidades específicas, puderam fazer parte de um período riquíssimo da História do Brasil.

Investigar a trajetória dos trabalhadores da Universidade de São Paulo, por meio de suas ações coletivas em um dos momentos mais conturbados – porém, socialmente mais ricos – de nosso país é, antes de tudo, inserir em nossa historiografia esses personagens que muitas vezes, tanto no senso comum quanto na pesquisa acadêmica, são colocados a margem, encobertos por uma perversa invisibilidade. Romper com a perversidade dessa ocultação tornou-se a nossa tarefa durante o doutorado, ainda mais se levamos em consideração a atual conjuntura de

perseguição e criminalização dos movimentos sociais, constatada claramente nas atuais tentativas por parte da reitoria dessa universidade em atacar a organização autônoma de seus trabalhadores¹.

O resultado dessa jornada que se desenrolou ao longo de três anos dedicados aos estudos bibliográficos, ao levantamento de fontes impressas, realização de entrevistas, consultas aos bancos de dados, sistematização e análises dos materiais coletados foi a tese *Da invisibilidade à conquista do espaço social: história concisa das lutas políticas e sindicais dos trabalhadores em educação da Universidade de São Paulo (1978-1988)*, desenvolvida a partir da proposição de que as ações coletivas dos trabalhadores da USP contribuíram para a superação dos arbítrios institucionais, a repressão política e cultural que marcaram a história social brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, retomamos a indagação desenvolvida anteriormente, no qual questionamos os motivos que levaram determinados segmentos da sociedade – mormente aqueles que se localizam no mundo do trabalho e são subalternizados – a se colocarem em marcha e em luta contra o *status quo* reinante; partindo para o (seu) enfrentamento, muitas vezes fazendo-o com pautas muito específicas e localizadas, mas de grande capacidade de mobilização social e questionamento do ordenamento político vigente.

A escolha de nosso objeto de pesquisa não foi causal. Minuciosamente o selecionamos, levando-se em conta o papel fundamental que os trabalhadores em educação administrativos da USP tiveram no embate ao regime vigente a época, tanto dentro quanto fora da universidade. Mais do que isso, tornando-se referencia (das mais distintas formas) para o movimento sindical brasileiro, o que toca na organização de suas lutas e nas ações que ficaram famosas ao longo da década de 1980.

No entanto, trabalhar esses conceitos não é uma tarefa fácil. Mesmo entre os acadêmicos que compartilham do mesmo referencial teórico – no caso, o materialismo histórico dialético construído a partir das contribuições de Marx e Engels – não há consenso quando tratamos sobre um tema bastante polêmico, mas

¹ Em 2016 a reitoria da Universidade de São Paulo, por meio de seu reitor Marco Antonio Zago, ordenou a devolução do espaço físico onde funciona, há 50 anos, o Sindicato dos Trabalhadores da USP (antiga ASUSP). Entre o final de 2016 e o início de 2017, a reitoria iniciou a construção de uma grade, isolando a sede do sindicato, o Centro Acadêmico e a Atlética dos estudantes da ECA e todo o espaço da prainha. Mesmo com essa situação, os trabalhadores e os estudantes seguem até o momento com a resistência.

que acreditamos ser crucial para entendermos certos acontecimentos: a chamada consciência de classe.

No entanto, por que a consciência de classe será observada nesta pesquisa? Para nós, que, de uma forma ou de outra, estabelecemos contato direto ou indireto com o movimento sindical, sempre estivemos diante de uma polêmica, muitas vezes, apresentada por colegas de trabalho e de lutas: haverá motivos que levam – ou não – os trabalhadores a organizarem-se sindicalmente, e a participarem de incontáveis jornadas de lutas e movimentos reivindicativos e grevistas, pelo menos, nos últimos 40 anos de nossa história?

De fato, esse assunto se tornou polêmico, inclusive, na cotidianidade construída entre os próprios trabalhadores. Há certas contradições evidentes e mesmo manifestações de ideologias dominantes, disseminadoras do chamado senso comum, entre os seus dirigentes políticos e sindicais. Não é raro que se vislumbre um passado de glórias, quando se conquistaram vários direitos por meio de grandes lutas e participações em ações de massas e, hoje, os mesmos não conseguem mobilizar-se de fato para defender os mesmos direitos que atualmente são atacados em uma constante ofensiva neoliberal. Por isso, muitas vezes, ouvimos de colegas em assembleias, ou em greves atuais, a afirmação de que “trabalhador não tem consciência de classe”.

Neste caso, essa expressão sempre nos acompanhou em nossa militância política. O que é consciência de classe? O que é classe social? De certo imaginamos que a compreensão da realidade existente – e a vontade de mudá-la – fossem o fruto de uma carga teórica e do conhecimento que obtínhamos de forma livresca, social, cultural ou política. Contudo, são justamente as categorias com grau de estudo considerado menor (metalúrgicos, operários da construção civil, têxteis, trabalhadores rurais, etc.), aquelas nas quais observamos serem a vanguarda da luta econômica e política da classe trabalhadora, evidenciado em suas ações de massa e, de certa forma, fortes e coesas. Por isso, torna-se fundamental compreender esse fenômeno como um processo, e não como fato estático, como aponta Mauro Luis Iasi:

[...] procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se inserimos na história de sua formação, ou seja, no

processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não 'é', 'se torna'. (2011, p. 12)

No presente estudo, não foi o nosso objeto específico essa problemática que é, particularmente, presente na filosofia política, como o fez Iasi, em profundidade e em diferentes estudos sobre tão palpitante questão que é a consciência de classe, não a tratamos de modo teórico, exceto pela disposição de localizá-la no solo histórico das lutas sociais. De fato, esse não foi o foco que mereceu a centralidade da pesquisa. Porém, usamos de algum acúmulo sobre o tema para tentar compreender as ações da vanguarda do movimento social que se desencadeou no interior da USP. Procuramos analisar a partir de nosso referencial teórico como os funcionários dessa universidade desencadearam as lutas econômicas e políticas, que muito contribuíram para a compreensão social mais ampla do significado da ação golpista de 1964, desta forma favorecendo ao desgaste da ditadura civil-militar; que, do ponto de vista de uma periodização realizada *a posteriori*, já se encontrava em fase final, mas, a *débâcle* desse regime, efetivamente, jamais poderia prescindir das organizações dos trabalhadores brasileiros e do significado transformador de suas atuações sociais e ações políticas ao longo do período estudado.

Outra polêmica no qual nos debruçamos foi na terminologia a ser usada nessa tese, principalmente quando nos referimos aos funcionários das escolas e universidades. Como já expusemos nessa introdução, a adoção da terminologia *trabalhadores em educação administrativos* foi alvo de intensos debates, envolvendo, inclusive, colegas de diferentes grupos de pesquisa, incluindo aí os colegas pesquisadores de outras universidades.

Em nossos posicionamentos, nos fóruns acadêmicos que acolheram esse debate, procuramos fundamentar e apontar a importância de nos contrapor à nomenclatura usada pelos órgãos estatais, por um motivo simples: a forma de nomearmos determinados setores sociais é fundamentalmente política. Nessas circunstâncias, é importante trabalharmos esse conceito retomando uma criteriosa análise social, econômica e política, apresentando uma visão contra hegemônica, diferente daquela imposta ao conjunto da sociedade.

Partimos da necessidade de encontrar esse personagem dentro de uma leitura baseada no materialismo histórico-dialético, que interpreta a sociedade moderna a partir de suas relações sociais de produção no contexto da sociedade

capitalista e da luta de classes. Esta, por sua vez, diante da dinâmica em que se constitui e se divide, em formas gerais, em duas classes distintas e antagônicas: a burguesia e a dos trabalhadores. O nosso personagem social se enquadraria nessa última classe social.

Contudo, é preciso localizá-lo dentro dessa classe. E a realizamos a partir de sua posição na produção e reprodução das condições materiais da vida humana. Nesse caso, a educação cumpre um papel não na produção direta das mercadorias – geração de riqueza e mais-valia – mas sim na reprodução indireta dessas relações sociais de produção (intelectual, teórica, técnica, ideológica, etc.). E nesse ambiente também figura o trabalhador. Mas qual tipo de trabalhador é esse?

Não entraremos aqui na discussão conceitual sobre o trabalho produtivo ou improdutivo (ou, ainda, como alguns autores preferem, material e imaterial). Mais do que isso, projetamos ser necessários a edificação de uma comunidade científica que possa nos possibilitar a constituição de algumas premissas comuns, mais robustez e maior fôlego teórico, metodológico e estruturante do debate epistemológico em torno dessa temática, algo que não se localiza como uma das nossas tarefas, pelo menos, nesse momento da pesquisa. Não obstante, buscaremos aqui interpretar esses personagens dentro da dinâmica do trabalho assalariado, inserido em um ambiente de labor alheio, provido apenas de sua força de trabalho.

O trabalhador em educação como objeto de estudo, da qual fazem parte como categoria social e profissional, ao longo dos anos se fragmentou e produziu responsáveis por cada aspecto do processo educacional. Nesse caso, esse procedimento se realiza pela docência (ou do-discência, como certa vez argumentou Paulo Freire (2005) e por outras dimensões societárias que tornam a primeira possível de se realizar. Referimo-nos ao trabalho de manutenção, assistência, gerencia e burocracia do ambiente de ensino. Todos os trabalhadores dessas funções formam o segmento que podemos chamar de trabalhadores em educação administrativos. A nomenclatura “administrativos” não pode ser interpretada como alheia a educação em si, mas sim busca apontar as suas responsabilidades para além da docência em sala de aula. Mesmo sob o questionamento de que o trabalho braçal (jardinagem, manutenção, limpeza etc.) não são comumente catalogados como administrativos, nossa empiria aponta que essas funções são vitais para a

existência do espaço educacional, tão importante como o serviço burocrático de uma secretaria ou de apoio a pesquisa.

Não obstante, a investigação seria falha se não conseguíssemos justificar a importância de estudarmos aqui essa categoria específica de trabalhadores. Mas, também é significativo que possamos responder as essas interrogações: Por que os da Universidade de São Paulo? Qual o seu peso na história social do Brasil?

No percurso do estudo doutoral que realizamos estabelecemos o compromisso de realizarmos um apanhado histórico dessa que é, reconhecidamente, a mais importante instituição de ensino superior, trazendo à tona alguns aspectos do seu papel na edificação de *uma cultura letrada e intelectualizada* que seria o próprio baluarte da edificação da nação brasileira.

Ao longo de nossas investigações, chocamos essa ideia ideologizada com a realidade vivida por estudantes e trabalhadores em seu interior, compreendendo esse processo como altamente contraditório. Constatação essa também amplamente evidenciada em toda a história da educação brasileira ao longo do período republicano.

O resultado foi a elaboração do 1º capítulo da tese que intitulamos *A relevância do objeto de pesquisa: a presença dos trabalhadores da educação na história da USP*. Nele buscamos fazer um retrospecto histórico da universidade de São Paulo, desde o contexto anterior e os debates políticos acerca de sua fundação na década de 1930, passando pela sua consolidação no cenário brasileiro e mundial. Além disso, analisamos também o seu desenvolvimento ao longo do século XX, as reformas educacionais que a influenciaram, e também contextualizamos a sua presença no período da ditadura civil-militar instaurado no Brasil a partir do golpe de 1º de abril de 1964.

Nesse capítulo, mesmo que de forma aligeirada, tratamos das ideias de educação que os trabalhadores brasileiros desenvolveram ao longo do século. Buscamos não adentrar muito sobre esse assunto, inserindo apenas pequenos comentários acerca dessa temática. Porém é interessante marcar a sua presença nesse espaço, para não cairmos no senso comum de apenas apresentar uma ideia de educação e universidade a partir de uma versão liberal-burguesa, que acabaria por moldar não só a Universidade de São Paulo, como a grande maioria das políticas públicas educacionais ao longo do século XX.

Será a partir do segundo capítulo que adentraremos mais sobre a história social dos trabalhadores em educação administrativos da USP. Nessa seção, o objetivo almejado foi o de procurar compreender os primórdios da organização e das mobilizações desse segmento no interior da universidade. Porém, sem antes encontrarmos inúmeros desafios no campo da pesquisa; foram pouquíssimos os documentos encontrados que remontam a esse período. Uma das formas que nos possibilitaram o acesso às fontes documentais impressas foi o de conferir legitimidade aos materiais de agitação, panfletos e jornais da própria entidade sindical desses trabalhadores, que a partir de sua linguagem dispuseram a memória coletiva do movimento. E também, não podemos deixar de destacar a importância das fontes orais – por meio das entrevistas com personagens da época – que nos permitiram estruturar e apresentar essa história.

Graças a esses instrumentos, refizemos os passos dos trabalhadores em educação administrativos, a partir de suas experiências pessoais e coletivas no campo da militância política e sindical no período de grande efervescência política e social ao final da década de 1970, passando pelo retrospecto de sua antiga entidade associativista, seu caráter e a resistência de sua base a esse modo de atuação política. As lutas e os desafios da organização sindical no interior da USP, como também as grandes mobilizações nas quais esses trabalhadores se inseriram com peso considerável, resultaram na elaboração do segundo capítulo intitulado *A Asusp – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo*.

A mesma tônica irá marcar o terceiro capítulo do presente estudo de características históricas educacionais, *Da Asusp ao Sintusp*. Nele buscamos compreender os caminhos, os embates e as reflexões acerca do processo pelo qual os trabalhadores em educação administrativos da USP – mais precisamente sua vanguarda política e sindical – de amadurecimento e constituição de sua entidade, em um instrumento real de luta da categoria. Permeado de contradições, perceberemos os desafios enfrentados por esses sujeitos ao longo da década de 1980, culminando assim nos debates políticos em um período no qual a classe trabalhadora brasileira participou (onde foi possível) do processo de redemocratização do país. A culminância se fez presente em 1988, a partir do qual os servidores públicos conquistaram o direito a sindicalização plena e reconhecida, e que permitiu que a associação se transformasse de fato em sindicato.

Não obstante, a suposição que escolhemos para defender traria sérias limitações se não adentrássemos em uma reflexão acerca da atuação dessa categoria – e de sua entidade sindical – no interior da USP e no Brasil. Buscamos compreender o que levou os trabalhadores em educação administrativos a adotar instrumentos políticos e sindicais típicos do movimento operário, mesmo que influenciados por um discurso e/ou ideologia meritocrática característico de um ambiente universitário. Essa compreensão tornou-se tarefa fundamental em nosso quarto e último capítulo, intitulado *As lutas políticas e o desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores da USP*.

Nesse capítulo utilizamos aportes teóricos que tem alimentado o constructo crítico daqueles que se dedicam aos estudos histórico-educacionais, com a perspectiva de valorizar os movimentos sociais e a capacidade organizativa da classe trabalhadora, levantando a hipótese que os trabalhadores da USP – como o conjunto da classe trabalhadora brasileira – passaram por um período riquíssimo, do ponto de vista de sua atuação social e política. Quadro esse que permitiu que por meio de suas experiências nas mobilizações do final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, esboçar a possibilidade de um desenvolvimento de uma possível consciência de classe, mesmo que permeado por um processo profundamente contraditório, não linear, com avanços e recuos. Para isso, usamos da análise interpretativa baseada no arcabouço do materialismo histórico-dialético, principalmente a partir das contribuições do historiador marxista Edward Palmer Thompson – expoente da História Social Inglesa – aliado às entrevistas e documentos que buscavam refletir sobre as experiências reais da categoria e de sua vanguarda.

----- // -----

Do ponto de vista metodológico, não podemos deixar de citar o desenvolvimento de instrumentos que nos permitiram aprofundar nossas pesquisas. Para isso, contribuiu muito toda a carga acumulada pelas pesquisas realizadas no âmbito do GRUPHIS.

Além disso, no desenvolvimento da presente pesquisa, utilizamos de várias contribuições no campo da metodologia. Antonio Joaquim Severino, em seu livro *Metodologia do trabalho científico*, deu-nos uma pequena explicação sobre os tipos de procedimentos que poderíamos tomar.

Diretamente relacionados com o tipo de pesquisa serão os métodos e técnicas a serem adotados. Entende-se por *métodos* os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto *técnicas* são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados. (2010, p. 106)

Para efetuarmos o presente trabalho, percebeu-se a necessidade de dois métodos de pesquisa a serem usados. Primeiro, foi necessária a busca de documentos que poderiam indicar-nos o conteúdo dos materiais usados e divulgados nas mobilizações dos trabalhadores da USP nas décadas de 1970 e 1980. Materiais como atas, panfletos, boletins, jornais e circulares, produzidos pela própria entidade sindical, ou por grupos de oposição à direção da entidade, puderam dar-nos subsídios importantes para a nossa pesquisa. Este material físico contribuiu para reconstruirmos a história da entidade e de sua categoria, e compreender o tipo, e o propósito do diálogo existente entre as partes.

Por meio dessas fontes, pudemos analisar a trajetória das mobilizações ocorridas entre 1978 e 1988, descritas por aqueles que participaram ativamente deste momento histórico. Para isso, foi importante buscar essas personagens, muitas vezes, ocultas pelas versões hegemônicas, para que pudessem contribuir para esta pesquisa, colaborando para a construção do que chamamos de história dos de baixo.

Paul Thompson, em seu livro *A voz do passado: história oral* formulou e apresentou-nos importantes contribuições sobre o assunto, principalmente na importância e no uso das fontes orais:

As fontes orais têm sido utilizadas mais comumente para duas finalidades muito mais limitadas. Em primeiro lugar, há estudos sobre acontecimentos políticos muito recentes que não é possível analisar satisfatoriamente por meio de registros escritos. [...] Em segundo lugar está a biografia. (2002, p. 117)

Thompson aponta que o uso de fontes orais permite ao pesquisador possa compreender o processo de trabalho, suas experiências e suas relações sociais que

dela resultam. Além disso, as fontes orais podem permitir observar determinado fenômeno social a partir de uma visão diferente das autoridades e dos próprios líderes populares, ao possibilitar que testemunhas que atuaram nas bases de referidos movimentos possam dar suas contribuições na reconstrução mais realista do momento histórico. (THOMPSON, 2002, p. 26)

Ao trabalhar as fontes orais, foi preciso ter cautela para não generalizar ou superestimar os depoimentos de alguns. Os dados produzidos pelas fontes orais devem ser analisados como depoimentos individuais de processos coletivos, tomando o cuidado de perceber a sua singularidade e não a sua generalidade, apesar de estar ligada diretamente com as representações sociais e coletivas (CEDRO, 2011).

Os dados derivados das entrevistas não são simplesmente peças de informação precisas ou distorcidas, mas fornecem ao pesquisador meios de analisar os modos pelos quais as pessoas percebem os eventos e as relações e as razões que oferecem para assim fazê-lo. Todavia, elas são mediadas não apenas pelo entrevistado, mas também pelo entrevistador. São os seus pressupostos na interpretação dos dados que também devem ser objeto de análise (MAY, 2004, *apud* CEDRO, 2011, p. 131).

Além disso, foram de fundamental importância os documentos do período que encontramos na sede do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). Os primeiros deles, os jornais sindicais da entidade, tiveram um papel iniciador.

No entanto, um dos grandes “achados” das investigações que empreendemos – além das entrevistas, é claro – foram os documentos oriundos dos órgãos repressão. Em pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, podemos encontrar uma série de documentos do antigo DEOPS paulista (Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo), reunidos em uma pasta intitulada *DEOPS OP 1190*. Nessa pasta obtivemos uma série de relatórios e cópias de materiais ligados a inquéritos policiais produzidos “in loco” das entidades Adusp, Asusp e DCE, o que demonstra uma especial atenção por parte desse órgão repressivo para o que acontecia na USP.

Por fim, preconizamos que a contribuição que trazemos para os debates historiográficos educacionais, evidentemente, tem limitações e lacunas que precisam ser superadas, mas, gradativamente, esperamos que os demais pesquisadores e interessados possam dar suas contribuições e fortalecer as temáticas sinalizadas no

seu computo geral. Por que, principalmente, concebemos o conhecimento da humanidade como parte indissolúvel de um processo social, não como fruto de indivíduos isolados, mas sim de suas ações coletivas enquanto sujeitos que estão inseridos no dinamismo e no constructo das relações sociais.

Capítulo 1

A relevância do objeto de pesquisa: a presença dos trabalhadores da educação na história da USP

A busca pela valorização e pelo reconhecimento da importância acadêmica dos estudos e das pesquisas preocupados em resgatar a presença e a historicidade das formas de organização associativistas, políticas e sindicais dos trabalhadores, estão em sintonia com a nossa predileção pela incursão no universo de personagens coletivos, transgressores da ordem burguesa e de procurarmos localizá-los em suas multifacetadas manifestações políticas e como sujeitos da história da educação. Esse interesse também advém de diferentes fatores políticos e históricos educacionais que preconizam o caráter pedagógico das formas de atuação e organização da classe trabalhadora, encarando as greves e demais atividades sindicais não apenas como mecanismos conscientes e articulados de se evitar a mais completa sujeição, mas também como formas de se arquitetar, de se estudar e de se conjecturar a superação do capitalismo. Também, entre eles, não pode deixar de ser registrado, de certo, o ineditismo da iniciativa na área da educação.

Há poucos registros, e os que existem são bastante esparsos, essencialmente artigos que tratam de aspectos do tema proposto, que buscam compreender e interpretar o processo de organização desse importante segmento da classe trabalhadora brasileira, presente em todos os estados do país, no período histórico que se convencionou chamar de transição democrática brasileira (a década de 1980). Período esse que trouxe a emergência do “novo sindicalismo” e o processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como elementos decisivos para o fortalecimento da sociedade civil, do Estado democrático e dos quais a organização dos trabalhadores da educação não pode ser despreendida.

Estamos cientes de que, para os fins de um estudo acadêmico educacional, a utilização do balizamento conceitual dos trabalhadores da educação como parte da classe trabalhadora possa não ser plenamente aceito, “pois jamais delineou um determinado conjunto de pessoas, mas foi antes uma expressão para o processo social em curso” (BRAVERMAN, 1977, 31). Ocorre que, para os nossos objetivos de compreensão generalizante das relações políticas, econômicas e sociais, a sua utilização procura representar aqueles que vivem do próprio trabalho nos países capitalistas. Para Harry Braverman (Idem, p. 32), evidentemente, por certo, existem limitações definidoras, consequências das inúmeras e ininterruptas mudanças registradas no mundo do trabalho, “quando quase todas as pessoas foram colocadas nesta situação, a ponto de que a definição englobe camadas ocupacionais das mais diversas espécies”. Desta sorte, seguimos com esse autor, “não é a definição estéril que importa, mas sua aplicação”².

Ao construirmos o projeto de pesquisa que resultaria em nossa tese de doutorado, ao longo dos últimos anos, estivemos a frente de um grande desafio em compreender o papel relevante de nosso objeto de pesquisa. Dentro de um programa de pós-graduação em educação não é casual que um objeto de pesquisa se afaste substancialmente do tratamento direto que se dá à educação, observado muitas vezes como um processo, um fenômeno, com características individuais e/ou sociais, porém, todas focando a educação em si.

No caso de nossa pesquisa, o enfoque que embala o seu desenvolvimento e alimenta a massa crítica de suas discussões não apresenta esse caráter mais amplo. Como já foi debatido, anteriormente, em nossa introdução, gostaríamos de apresentar aqui, no seu computo geral, uma pesquisa que pudesse traduzir o arcabouço de problemáticas teóricas, metodológicas e conceituais desenvolvido nos últimos anos no interior do Gruphis. Questões que estão associadas ao objetivo de compreendê-los numa perspectiva histórica, priorizando, no seu centro de gravidade a valorização da ação coletiva dos personagens que interagem no constructo desse conflituoso processo social que desembocou no universo educacional do Brasil contemporâneo. No caso específico desta tese, entender a história social dos trabalhadores em educação administrativos da Universidade de São Paulo também se torna um grande desafio diante da comprovada escassez de estudos correlatos

² BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

que pudessem favorecer e fortalecer os alicerces informativos e conceituais de sua consecução.

Acreditamos que essa universidade tem uma presença capilar na história da educação brasileira, quiçá com significativas repercussões no estrangeiro. Há décadas a USP consta no ranking das melhores instituições de ensino superior³; mesmo quando seus índices apresentam queda, ainda figura entre as cem de maior destaque em pesquisa, em ensino e nas incontáveis atividades de extensão social. Além disso, o seu papel para o desenvolvimento da ciência e da cultura é imprescindível desde a sua fundação e consolidação.

No entanto, nos parece pertinente perguntar, de forma brechtiana⁴, quem fez (e faz) a Universidade de São Paulo? Ao contrário que a primeira vista permeada pelo senso comum possa nos impor, instituições de ensino como a USP não surgem

³ Segundo o relatório mundial de 2012 (SIR World Report) da SCImago Institutions Rankings, a USP está classificada na décima primeira posição mundial entre as 3 290 instituições de ensino e pesquisa internacionais classificadas.

⁴ Perguntas de um operário que lê, de Eugen Bertholt Friedrich Brecht:

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem a ergueu outras tantas?
Em que casas de Lima radiante de ouro
Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os césares?
A decantada Bizâncio só tinha palácios
Para seus habitantes?
Mesmo na legendária Atlântida,
Na noite em que o mar a engoliu,
Os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses.
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe de Espanha chorou quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava suas despesas?
Tantos relatos.
Tantas perguntas.”*

e se mantém apenas por decretos, políticas públicas, gestores comprometidos ou verbas de custeio. Elas existem devido a atuação de milhares de pessoas, entre estudantes, professores, gestores e funcionários que, cotidianamente, atuam como um organismo social que fazem funcionar verdadeiras cidades dentro do Estado de São Paulo. Entre esses personagens, há vários trabalhos que versam sobre a atuação dos estudantes, seja no processo de formação e pesquisa, como também por meio do movimento estudantil – aliás, referência para muitos jovens de outras instituições universitárias do país – como também sobre a atuação profissional, intelectual, sindical e política dos docentes, que marcaram sua presença social na universidade há décadas. Porém, observamos uma lacuna quando nos tratamos de seus funcionários, que, como já exposto antes, fundamentalmente, importantes para a existência da USP.

Para reconstruir essa análise sobre a história social desses personagens, nesse momento precisaremos retomar um pouco sobre a história dessa instituição. Compreender o contexto histórico de sua formação, e o papel que teve e representou na história da educação do Brasil nos permitirá entender um pouco mais a sua importância, e compreender também a sua história social para essa pesquisa. Com esses procedimentos procuramos sustentar e defender sua relevância para localizarmos com clareza a importância dos trabalhadores no interior dessa universidade.

Década de 1930: Brasil em transformação e o surgimento da USP

A história republicana brasileira, desde os seus primórdios, se apresenta como a confluência, nem sempre harmoniosa e mesmo errática, de um processo societário extremamente intenso e contraditório. Permeado de conflitos, avanços e retrocessos, a República em nosso país ainda se constitui como um modelo político em formação, com desafios que sentimos na cotidianidade. No caso das políticas públicas educacionais, isso se apresenta de forma ainda mais complexa.

A retomada histórica e crítica dos primórdios republicanos nos colocam diante da tarefa de examinar algumas das características ou peculiaridades da expansão material e ideológica capitalista, que por aqui se fez marcadamente desiguais e com

dificuldades de serem generalizadas, com inúmeras mudanças em curso, inclusive, externamente. Desta forma, feita essa advertência, ao observarmos os primeiros 40 anos desse regime político em nosso país, veremos que muito do que foi proposto pelos entusiastas positivistas da segunda metade do século XIX ainda não haviam encontrado luz em sua efetivação. A ideia de instituir, de forma séria e prioritária, uma política educacional – como, por exemplo, a criação do Ministério da Instrução Pública, entregue nas mãos de Benjamin Constant – naufragou diante dos interesses das oligarquias estaduais, que desejavam manter sobre sua alçada o direito ao controle ideológico e educacional de suas populações (mesmo que isso signifique negá-los desse direito). O que vimos nesses primeiros anos republicanos foi a continuidade da descentralização da educação brasileira, e, principalmente, a sua manutenção enquanto um privilégio e, não, um direito social.

Não podemos deixar de rascunhar que no primeiro momento desse regime no Brasil, usualmente caracterizado pelos autores dos manuais e livros didáticos de história como “República Velha”, o poder das oligarquias agrárias – as mesmas que havia se desenvolvido nas últimas décadas do império – se mantiveram no controle da máquina pública nacional; mormente por meio de seus Estados que desde a Constituição de 1891 ganhou grande autonomia diante do poder central, em comparação com o período anterior. Se no Império “centralizado” a dita educação básica era descentralizada e se mantinha sobre controle e responsabilidade dos municípios e das províncias, o que esperaríamos de um regime republicano que se estruturava como uma federação de Estados autônomos? O resultado não seria diferente.

Não podemos dizer simplesmente que a educação durante a República Velha estava relegada a um segundo plano. Isso seria vago e de uma miopia que, gradativamente, nos cegaria. Podemos concluir que, na verdade, a forma como era tratada a educação nesse período se baseia na concepção que as elites estaduais tinham de seu papel no conjunto total da sociedade. Nesse caso, ela estaria a serviço de um projeto societário que priorizava a afirmação de investimentos e da valorização ideológica do modo de produção capitalista recém-instaurado, ainda localizado em sua fase inicial de desenvolvimento industrial e em acelerado processo de urbanização. Algo se pressupunha fazer a partir da mentalidade daqueles que detinham o controle político da nação, mesmo que havendo conflitos e

contradições com outros grupos sociais que disputavam e despontavam também como hegemônicos.

À esse propósito, Edgard Carone (1989, p. 16-7, grifos do autor), igualmente nos adverte que a

[...] existência do PRs mostra a capacidade organizativa da classe. Mas a oligarquia agrária não apresenta unidade, nem no plano dos Estados, nem no plano nacional. Aliás, unidade e diversidade formam um todo dialético, onde interesses, cultura, pontos de vista, podem divergir. As diversas camadas oligárquicas têm consciência de suas necessidades e lutam pelo controle do Estado. O que interessa é ser *situação*, comandar os mecanismos políticos e administrativos do Estado, beneficiando-se de suas benesses, dispondo do poder de comandar ou de impor. Daí a importância de ser facção dominante, a que recebe a adesão de outros. O mais das vezes não existe oposição de seus pares, mas, por uma razão ou outra, mesmo nos Estados mais ricos, surgem protestos e movimentos de oposição: sempre a pretexto de divergências pseudomoralistas, que envolvem, na verdade, o preterimento, para cargos eletivos, de indivíduos ligados à minoria; outras vezes é porque determinada facção pretende disputar a chefia do Executivo estadual, já que se julga com direito, pois, tendo passado pelos diversos escalões da carreira política – vereador, deputado, secretário de Estado, ministro etc. –, acha-se agora no direito de ocupar o posto. Enquanto isso, nos Estados mais pobres, a sutileza desaparece e é substituída por situações mais radicais, de caráter pessoal: as oligarquias são representadas por lideranças individuais – também de caráter familiar e de clã – que utilizam política de força, obrigando, o mais das vezes, a oposição a se calar ou fugir para outros Estados.

Não podemos nos esquecer de que as chamadas oligarquias, que haviam ocupado reduzido espaço nas decisões políticas no período colonial, passaram a se ampliar durante o Império e a dominar durante a vigência da Primeira República. Por conta disso, a assunção dessa realidade nos ajuda a explicar porque a própria ideia de ensino superior no país estava atrasada em comparação com outros países da América e da Europa, a qual nesse caso existia desde o fim da Idade Média (nas Américas, desde o século XVI no México). No Brasil, o ensino superior ainda se baseava no modelo dos cursos e faculdades isoladas, criadas, a grosso modo, pela iniciativa privada (no caso das instituições religiosas e/ou particulares), refletindo a concepção de exclusividade de nível educacional a apenas uma classe social privilegiada.

Por esses dias, a chamada baixa classe média é formada pelo grande contingente de trabalhadores,

[...] que se dedicam às árduas tarefas do comércio, em trabalho temporários, e ainda em mil outras formas do semitrabalho urbano. Ela confunde-se com a classe operária, pois vive de maneira instável, numa sociedade onde as opções são limitadas e a demanda técnico-profissional é praticamente nula.

De qualquer maneira, do ponto de vista social e político, cabe à média e à baixa classe média papel de relevo nos acontecimentos republicanos. Mesmo que haja pontos interrogativos na análise de cada um destes acontecimentos, não se pode negar que o movimento jacobinista, no início da República, a Revolta da Vacina Obrigatória (1904), a participação dos militares na política, os protestos populares nas décadas de 1910 e 1920 etc. tenham conotação de classe média e que representem, em boa parte, expressão destas camadas. (CARONE, 1989, p. 24)

Não obstante, todo o conjunto da estrutura política nacional caminhava para o colapso diante das profundas transformações econômicas e sociais que ocorreram desde o fim da Primeira Guerra Mundial. A partir de então, o Brasil passou por um notório avanço em sua industrialização, tendo como consequência o desenvolvimento das forças produtivas, do processo de urbanização e, principalmente, a entrada no cenário cotidiano de novos personagens sociais até então menosprezados em suas formas de organização política: os trabalhadores.

Nesse período, embora subalternizados, ocultados e vilipendiados, os trabalhadores urbanos industriais traziam para os embates políticos e sociais um conjunto de reivindicações propriamente ditas educacionais e procuravam formas de materializar os seus intentos com a organização de congressos operários em defesa do direito a educação, apresentando nos mesmos, em seus primórdios, as propostas de cunho socialista moderado, mais tardar com as propostas libertárias e comunistas (GUIRALDELLI, 1986)⁵.

O desenvolvimento da economia, o crescimento das cidades, as agitações sociais tanto por parte dos trabalhadores como também de novos setores sociais que seriam conhecidos como “classes médias”, foram os marcos dos anos 1920 no Brasil. Esse processo culminaria na Revolução de 1930, apontada por historiadores como Boris Fausto como um momento de ruptura na história política do século XX.

⁵ Ghiraldelli Jr. Paulo. Movimento operário e educação popular na Primeira República. In Cadernos de Pesquisa, ed. 57. São Paulo, maio 1986.

Criado alguns anos antes, como uma estratégia política do PCB, de construir uma frente ampla de intervenção de caráter eleitoral, o Bloco Operário, em 1926, é transformado em Bloco Operário e Camponês (BOC), com o objetivo de que os trabalhadores urbanos e rurais participem juntos das lutas para conquistar, com autonomia de classe, cadeiras nos parlamentos municipais e estaduais, o que os levou a envidar esforços para a criação de seções nas grandes cidades brasileiras, mormente, naquelas em que o partido já dispunha de núcleos organizados; como foi o caso do Distrito Federal, São Paulo, Petrópolis, Santos, Juiz de Fora, Recife e mais algumas localidades.

Ao longo do ano de 1927, a adesão e as manifestações em nome do BOC cresceram, progressivamente, país afora. Essa situação levou o bloco a lançar candidaturas próprias à eleição municipal de fevereiro de 1928, no Rio de Janeiro. Nesse pleito:

Dois nomes são lembrados, o de Otávio Brandão e o de Minervino de Oliveira. O primeiro é dirigente do CC, o outro é marmoreiro e da construção civil. A indicação é acompanhada de intensa propaganda, de acento sobre o caráter de classe das candidaturas, do sentido da problemática eleitoral. O que preconizam são 'as novas diretivas que vem adotando o movimento proletário entre nós, arregimentando suas forças para as futuras batalhas eleitorais, que inaugurarão uma fase na política, fazendo com que o proletariado entre em cena, independente dos corrilhos políticos da burguesia, manifestando sua vontade firme de afirmar-se uma classe forte e politicamente capaz de escolher seus mais dedicados membros para as investidas legislativas'. (...) O resultado é a vitória das duas candidaturas: mas, para Minervino ser empossado, o partido terá que vencer árdua batalha contra a reação que o queria 'degolar'.⁶ (CARONE, 1989, p. 183-4)

Entre as frações burguesas dirigentes, a ascensão dos “revolucionários” liderados pelo gaúcho Getúlio Vargas, na verdade, representou uma mudança nas forças políticas na esfera superestrutural, porém, sem transformações drásticas do ponto de vista social. Em outras palavras, uma reestruturação do modelo político brasileiro para comportar novas frações das classes dominantes que se desenvolveram no país nas últimas décadas. E nesse processo, o ideário em torno da educação também apresentou propostas novas.

⁶ Para o conhecimento e aprofundamento dessa questão, recomendamos aos interessados a leitura da obra *Anarquistas e comunistas no Brasil* (p. 297-303), de John Foster Dulles, que descreve todo o episódio.

No que tange a educação, não podemos ignorar que o novo governo apresentava já em sua ascensão uma visão bem diferente do que foi apresentado pelas antigas oligarquias estaduais até então no poder. Poucos dias depois da vitória – em 14 de novembro de 1930 –, o governo provisório criava por meio do decreto nº 19.402 o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, a partir de então, demonstrando nesse momento a centralidade desse assunto nas políticas públicas. Além disso, de certa forma e aproveitando-se de um movimento iniciado anos antes, o novo governo estimula debates sobre o modelo educacional nacional por meio da Associação Brasileira de Educação, existente desde 1924.

Porém, os primeiros anos do governo provisório foram de muita agitação e crivado de ambiguidades e ironias políticas e sociais. As antigas oligarquias que foram alijadas do poder, principalmente as de São Paulo, fizeram forte oposição, culminando no conflito armado entre julho e outubro de 1932, que ameaçou as transformações que haviam se iniciado anos antes. Contudo, a derrota paulista em 1932 provocou uma mudança drástica e uma inflexão no pensamento de sua elite, que percebeu a necessidade de reconquistar sua hegemonia por outras formas. E uma dessas formas recebeu, certamente, estímulo por parte do próprio governo federal.

Pelo decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o governo provisório instituiu como regra de organização do ensino superior brasileiro o sistema universitário (AZEVEDO, 1971, p. 669-670). Isso significou que a partir de então o ensino superior seria organizado a partir do modelo de universidade, aglutinando as três esferas do conhecimento: o ensino, a pesquisa e a extensão, além de que cada universidade teria que incorporar três faculdades (ou institutos) de nível superior, incluindo os de Direito, de Medicina e de Engenharia, ou, ao invés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Uma iniciativa fundamental, visto a carência desse modelo em nosso país e todo o histórico desse nível de ensino.

De certa forma, isso impulsionou a criação de uma universidade em São Paulo. E a partir disso poderemos perceber também o porquê de alguns traços característicos dessa instituição que se mantém até o nosso tempo.

A reconquista da hegemonia nacional por parte da elite paulista, a partir da derrota de 1932, se baseou na necessidade da formação de uma elite intelectual que pautaria o debate científico e cultural do país, mas também na necessidade de

constituir imensuráveis organizações burocráticas que tivessem o poder de produzir e controlar o nosso mundo. Para esse intento, foi necessário um novo centro de formação e construção do conhecimento irradiador, que em longo prazo faria a contraposição com as iniciativas observadas no campo oposto: exemplificadas pelas tentativas e pela criação, em 1935, da Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) a partir dos esforços de intelectuais como Anísio Teixeira, expoente da Escola Nova no Brasil.

Nesse contexto, o governo paulista do interventor Armando Sales de Oliveira fundou por meio do decreto em 25 de janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo, que congregaria cursos de ensino superiores já existentes: como foi o caso da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Faculdade de Medicina, e Faculdade de Farmácia e Odontologia; com também de outras faculdades criadas para esse intento, como a de Ciências Econômicas, de Educação, Filosofia, Ciências e Letras (AZEVEDO, 1971 p. 687). O interessante é notar a presença de diversos intelectuais na elaboração dessa nova universidade, como também a presença de expoentes da vida política e social, como o jornalista Julio de Mesquita Filho, do Jornal O Estado de São Paulo e um dos mais ardorosos defensores da criação de uma universidade paulista.

O papel que a USP teria nos próximos anos seria de basilar importância, como atestou Fernando de Azevedo em sua obra *A Cultura Brasileira*. De acordo com ele:

[...] a universidade de São Paulo (foi) a primeira instituição em que se verteu, no Brasil, a caudal de inquietação que os homens possuem em face da natureza, da vida e de seus problemas, e que nasceu, como a Academia Platônica, na Grécia e a Universidade, na Idade Média, da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental ou, em poucas palavras, "para viver da verdade e de sua investigação". (1971, p. 687)

Contando com um corpo docente oriundo de diversos países da Europa, como França, Itália e Alemanha – com a presença de professores de renome internacional como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide, Emilio Willems, Donald Pierson, Pierre Monbeig e Herbert Baldus –, a Universidade de São

Paulo aos poucos ia se transformando na principal instituição de ensino superior do Brasil. Porém, esse processo não esteve à margem de inúmeras contradições, as quais atestaram os conflitos e os problemas que permearam suas primeiras décadas. O principal desafio era a disputa das concepções em torno do papel da universidade. Os desejos iniciais colidiram com o intento de alguns para que a USP adquirisse uma mentalidade mais utilitarista e profissional, preocupada com a formação rápida – e necessária – de uma força de trabalho altamente capacitada que o mercado produtivo em expansão necessitava no Brasil. Porém, esse era o desafio também em outras universidades brasileiras que estavam sendo criadas no período, demonstrando a centralidade desse tipo de instituição no desenvolvimento econômico nacional, algo impensável nas primeiras décadas da República.

A gênese da universidade seria para os seus artífices o próprio ingresso na modernidade burguesa, mas, o moderno mundo do capital também tem as suas misérias e contradições, seus antagonismos e paradoxos que se expressam radicalmente, inclusive, em suas mais caras e seletas instituições, conforme assinalou Karl Marx:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinado, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material. (MARX, 1856, apud, BERMAN, 1988, p. 19)

Exatamente, por conta disso, nas acepções que constituem o núcleo central desse estudo doutoral, é impossível conceber a nova universidade sem que haja também a disposição de reconhecer a presença dos demais segmentos que a constituem e que deverão configurar a plêiade de personagens sociais responsáveis pela urdidura e transformações registradas em sua história. Criar uma instituição

desse porte requer a organização burocrática – no pleno sentido da palavra – que permitiu que ela se tornasse referência para o país.

A composição dessa fração de trabalhadores era das mais variadas. De acordo com os mais diferentes tipos de serviços existentes na universidade (desde a limpeza, manutenção e jardinagem, passando pela estrutura de laboratórios, técnicos especialistas e um corpo administrativo), o segmento dos trabalhadores em educação administrativos da USP congregou diversos setores sociais, do proletariado ao aquilo que convencionou chamar de setores médios de alta remuneração. Porém, em todos os casos, ser um funcionário da Universidade de São Paulo garantia, de certa forma diante da consciência média da maioria, sinônimo de prestígio frente aos demais trabalhadores do serviço público estadual.

Com o golpe militar que derrubou Getúlio Vargas, instalou-se no país um momento de grande efervescência social e política, com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, no bojo de suas discussões, a compreensão de que a problemática educacional deveria ser coesa e articulada em torno de uma lei de diretrizes e bases (SAVIANI, 2006, p. 38)⁷.

A medida que a instituição crescia, com a criação de novos cursos e departamentos, e com a transferência paulatina das atividades para a nova Cidade Universitária, que começou a ser construída em 1944 e iniciou as mudanças de fato a partir de 1961 (Estado de São Paulo, 24/01/2009), o corpo de funcionários aumentava diante dos novos desafios que se apresentavam, ampliando cada vez mais a sua presença junto aos dois outros segmentos internos da USP: os estudantes e os docentes. Não demoraria muito para que em pouco tempo, como aconteceu com os demais, houvesse também a necessidade de uma atuação coletiva por parte de seus funcionários que imergiram nas bordas e no centro do mundo acadêmico, trazendo também a necessidade de sua organização interna. Ademais, uma nova conjuntura sociopolítica se apresentava a partir de 1964. No Brasil, como em qualquer parte do mundo capitalista, no seu centro ou na sua perifeira, afinal de contas,

A burguesia não pode sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção, e

⁷ SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do 'longo século XX' brasileiro*. In *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.

com eles todas as relações sociais. (...) Revolução ininterrupta da produção, contínua perturbação de todas as relações sociais, interminável incerteza e agitação, distinguem a era burguesa de todas as anteriores. (...)

Todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antigüidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas; todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens finalmente são levados a enfrentar (...) as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos. (MARX, 1856, apud, BERMAN, 1988, p. 19)

A ditadura civil-militar: uma brevíssima contextualização histórica (1964-1979)

Analisando alguns aspectos e passagens da história do Brasil, torna-se importante localizá-los em sintonia com a dinâmica instaurada pelos conflitos de classes que tendem ao acirramento, e que demarcam a fase do desenvolvimento, desigual e combinado, das forças produtivas instaladas no seu solo histórico e social. Inclusive, por esses dias, dos idos da década de 1960, estas estavam, cada vez mais, hegemônicas pelas frações da burguesia urbana, financeira e industrial atuantes na sociedade brasileira.

O golpe civil-militar em 1964 e o regime instaurado em seguida foram a consolidação do processo de desenvolvimento capitalista iniciado em 1930. Materialização de um modelo político de exceção que garantiu o que se chamou modernização autoritária ou conservadora do capitalismo, simbolizada pelo milagre econômico (1968-1974). Contradizendo o discurso de que a tomada do poder pelos militares garantiria a independência nacional e sua plena estabilidade, o modelo político-econômico instaurado em 1964 impôs a total inserção do capital internacional no mercado brasileiro, inserindo-o na esfera mundial. Modelo este, de desenvolvimento imposto de cima para baixo, sem participação das classes subalternas:

A instalação do regime militar acentuou o traço autoritário e excludente que historicamente assinalou o processo de formação social brasileiro. Ele engendrou uma célere modernização nas relações capitalistas de produção, que teve como um dos seus principais corolários a concentração de renda nas mãos de uma fração minoritária da população. (FERREIRA Jr., 1998, p. 137)

Para garantir este modelo de modernização, o regime civil-militar brasileiro usou de todos os recursos possíveis de cerceamento de direitos, seja do terrorismo de Estado e a ocultação de vozes contrárias, seja pela imposição de seu projeto de desenvolvimento nacional. A oposição política institucional fora domesticada, e todos aqueles que questionavam e que se encontravam à parte dela foram perseguidos, presos, torturados e eliminados. Uma longa noite se estabeleceu no país.

A história humana pode ser pensada de forma processual, na qual os episódios políticos e econômicos estão conectados e se expressam no interior dos conflitos de classes que o presente da vida social produz. Nesse sentido, podemos dizer que a ditadura não conseguiu garantir a longevidade almejada, capaz de garantir a realização dos seus propósitos de plena inserção do Brasil na mundialização do capital, nem mesmo alcançado estabelecer marcos de soberania política, econômica e tecnológica, que seriam cruciais, e mesmo o corolário do seu discurso ufanista largamente propalado no período.

Não foi por acaso, portanto, que a década de 1980, herdeira das catástrofes socioeconômicas localizadas nos países centrais do capitalismo, pelo menos, desde os meados dos anos 1970, trouxe, definitivamente, as crises das quais o regime ditatorial no Brasil não mais daria conta. Ferreira Jr. (2006, p. 41) apontou que:

[...] o final da década de 1970 foi marcado pela desaceleração no ritmo de crescimento do modelo econômico, baseado na modernização autoritária das relações capitalistas de produção que o regime militar havia implementado desde 1964.

O fim do desproporcional crescimento econômico brasileiro escancarou as contradições e os antagonismos entre as classes sociais, e permitiu o florescimento de forças sociais que questionavam o regime político e a ordem econômica instaurada por ele. O movimento sindical voltou como força social e política, e, com os demais movimentos sociais, desencadeou as grandes mobilizações de massa que provocaram a queda da ditadura. Apesar de a saída imposta não ser a popular, o que não permitiu rupturas profundas no modelo econômico-social, nem fraturas na elite dominante do país. O país testemunhou, durante a Campanha das Diretas Já, principalmente em abril de 1984, no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma das maiores mobilizações populares da história brasileira, na qual os trabalhadores e

setores da classe média foram às ruas dizer um basta ao regime e, subjetivamente, mostrar a vontade de mudar a realidade.

Nas revoluções políticas na América Latina que derrubaram as ditaduras militares nos anos 1980 - Argentina em 1982, depois da derrota militar na Guerra das Malvinas, Brasil em 1984, com a campanha das Diretas, Bolívia em 1985 – as mobilizações populares ficaram contidas nos marcos dos novos regimes democráticos instituídos na primeira fase da revolução, e a ordem econômico-social não foi alterada. (ARCARY, 2004, p. 99)

O fim da ditadura foi uma importante vitória dos trabalhadores brasileiros, mas abortada ao longo do processo, ao permitir que as forças não proletárias liderassem a chamada transição democrática. Mesmo assim, a década de 1980 ainda veria, até o seu final, uma grande participação popular, simbolizada pelas ações de massa como greves, e as formidáveis mobilizações que ocuparam ruas e praças, até 1989, e a disputa de um projeto de sociedade contra-hegemônico, protagonizado pelos trabalhadores e por suas organizações de classe. A imposição de um modelo neoliberal e a consolidação de um *status quo* característico do período subsequente não se deu de forma harmônica e pacífica. Encontrou pela frente contradições e resistências que o processo histórico deixou como legado o Brasil e o mundo em que vivemos hoje.

A USP durante a ditadura, e sua alegada “crise”

Desde a instauração do regime civil-militar por meio do golpe de 1º de abril de 1964, a Universidade de São Paulo se transformou em um dos principais palcos de embates em torno do contexto político imposto ao país. Durante a década de 1960, os diferentes segmentos acadêmicos da instituição se lançaram na peleja de ideias que se disseminaram em toda a sociedade. Não por acaso, nesse espaço também se desenvolveu uma resistência que, graças a uma literatura consagrada no mercado editorial brasileiro (leia-se livros como *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, ou o *Poder Jovem*, de Arthur Poerner), colocou o movimento estudantil como protagonista de destaque na luta contra a ditadura. Contudo, não podemos menosprezar – ou até mesmo esquecer – o papel fundamental dos docentes e funcionários nessa mesma resistência. No caso dos professores, a lista

de cassados e aposentados compulsoriamente já é um sinal claro de como foi o posicionamento político e ideológico de vários intelectuais progressistas frente ao recrudescimento do regime instaurado em 1964.

No caso dos funcionários, a formação de uma massa crítica ainda não foi suficientemente entendida, dimensionada e nem mesmo estudada em comparação com os outros segmentos que constituem a cotidianidade da universidade brasileira. Podemos perceber isso quando analisamos o cronograma de criações e incorporações de departamentos, institutos e faculdades no interior da USP⁸. Todo esse processo vinha acompanhado de um crescimento quantitativo e qualitativo do corpo variado de servidores no aparato da universidade. Isso sem contarmos com a grande diversidade de cargos que aprofundavam os abismos ideológicos e políticos entre as classes sociais representadas entre esses funcionários. A própria criação da Associação dos Servidores da USP merece destaque em nossa pesquisa, para compreendermos a participação do segmento nesse processo.

Sem, no entanto, ter a necessidade de adiantarmos elementos do segundo capítulo, veremos que o desenvolvimento do corpo de servidores – que nesse caso já podemos nomeá-los como trabalhadores em educação administrativos, devido ao estágio histórico em que se encontraram – vai permitir recuperar-se do atraso em relação a organização estudantil e docente, e poderá dividir espaço nas lutas econômico-políticas que tomarão forma na segunda metade da década de 1970. Lutas essas que irão expor problemas que colocarão em risco o papel da própria universidade diante de um governo, visto por muitos, como incapaz de mantê-lo (ARAÚJO, 1980, p. 35).

Nesse momento, quando o regime ainda sobrevivia permeado de suas próprias contradições, iniciou-se um debate acalorado nos principais jornais paulistas da época, como também em diversos materiais e boletins da imprensa associativista no interior das universidades. A temática que começou a despontar nesses debates foi a possível crise financeira por qual passava as instituições de ensino superior estaduais de São Paulo, mais precisamente a USP, a UNESP e a UNICAMP, que, por “coincidência”, se deu após as mobilizações dos três segmentos internos (estudantes, docentes e funcionários) em 1978-79. No caso da USP, o

⁸ Site <http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/>, consultado no dia 14 de outubro de 2016.

debate era mais profundo, por ser essa universidade a mais importante e antiga do país. Porém, um assunto ganhou corpo na virada da década seguinte.

O governo estadual, nesse momento nas mãos do governo biônico e a serviço dos ditames da ditadura de Paulo Salim Maluf, apontava a partir de análises prévias que a Universidade de São Paulo estava mal administrada, com rombos financeiros que tornaria impossível que o poder público garantisse a sua manutenção. Surge então a proposta do ensino pago, proposto pelo governo e debatido dentro e fora das instancias de poder. No editorial do jornal Folha de S. Paulo, datado de 24 de março de 1980, já se expunha a necessidade de instituir na USP o sistema parcial de ensino pago, porém, com algumas ressalvas:

A adoção de um sistema de ensino parcialmente pago, portanto, deveria visar não a capitalização dos institutos universitários, na medida em que esta é uma responsabilidade do Estado em nome da coletividade, mas a formação de um fundo em que o estudante rico contribuiria para a melhor condição de estudo e de vida do colega pobre. Esta ideia, apenas esboçada, desmitifica a posição daqueles que encaram a Universidade sob um ângulo empresarial. (apud ARAÚJO, 1980, p. 34-35)

No livro *A crise da USP*, organizado pelo professor Braz José de Araújo, em 1980 e, originalmente, editado pela Editora Brasiliense, traz uma série de artigos difundidos em diversos jornais de grande amplitude – como também da imprensa sindical – entre 1979 e 1980, expondo a polêmica em torno das universidades públicas paulistas. Ao lê-las, identificaremos um profundo embate em torno das condições nas quais a instituição se encontrava, expondo suas causas e principalmente soluções. Será possível localizarmos também o destaque dado a esse assunto no debate cotidiano, propiciado pela sua difusão nos meios de comunicação, porém, sem nos esquecermos de que as mobilizações que haviam eclodido no final da década de 1970 e realizadas por docentes, estudantes e funcionários foram fundamentais para trazer essa questão para conhecimento do grande público. A magnitude desses acontecimentos fez com que fossem expostos no editorial do Jornal Folha de S. Paulo, com o instigante título *A crise da USP e o desenvolvimento do Brasil*, no qual criticava, abertamente, a incapacidade do governo de São Paulo de compreender de fato o que acontecia com a sua universidade:

Do lado do governo, após contundentes críticas que sofreu em razão de sua incompetência na formulação de um diagnóstico em bases corretas e reais, o Grupo de Assessoria e Participação se viu obrigado a pedir auxílio do reitor da Universidade de Brasília [...] (ARAÚJO, 1980, p. 35)

Por aqueles dias, a presença dos trabalhadores uspianos haveria de se intensificar, com a organização e o comparecimento dos seus porta-vozes nos atos públicos que defendiam as melhorias das condições de ensino, de pesquisa, de trabalho, a realização de concursos para contratação de professores, o aumento de vagas na universidade e a defesa da escola pública e gratuita; mas também se manifestavam em defesa das liberdades democráticas, a anistia e a convocação de uma assembleia nacional constituinte como garantia para por fim a vigência do autoritarismo no Brasil. A força, a disposição organizativa sindical e de participação política, e a luta desses trabalhadores merecem o seu lugar na história social da educação brasileira.

Capítulo 2

A Asusp – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo

O atual Sintusp – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo –, foi resultado de um longo processo de amadurecimento dos trabalhadores em educação administrativos dessa instituição desde meados da ditadura civil-militar brasileira. Representa um fenômeno característico do período, extremamente contraditório, porém, que resultou na construção de instrumentos de luta típicos da classe trabalhadora, a qual vivera nesse período uma profunda repressão dos órgãos de segurança e de administração – recordando que até 1988 os funcionários públicos eram proibidos de terem sindicatos – mas também, um amadurecimento de sua consciência política e de classe, moldadas nesse período histórico conturbado.

Anteriormente a denominação de Sintusp, a entidade associativista que se reivindicava como representante do setor dos funcionários da USP se intitulava Associação dos Servidores da USP (Asusp). Fundada em 1964, apresentava um caráter associativista, com características mutualistas e gremiais. Ou seja, se propunha a ser uma entidade que serviria a dar assistência aos funcionários da instituição de ensino.

No entanto, a conjuntura nacional e o contexto político ao final da ditadura civil-militar brasileira forçou na categoria a necessidade de rever as posturas de sua entidade. Em um momento que o movimento sindical experimentava o seu revigoramento motivado por uma onda de descontentamento da classe trabalhadora – objetivamente contra a situação econômica e política (o aviltamento de suas condições de trabalho) somada a fatores subjetivos como a atuação orgânica de certas organizações políticas remanescentes dos piores anos do regime – o

movimento interno dos trabalhadores da USP não ficou a margem de todo esse processo. Parece-nos importante observar que na história social dessa instituição, o registro de acontecimentos que guardam grande semelhança com aqueles que se desdobraram na esfera nacional, traduzindo o desejo dos trabalhadores em superar as contradições políticas e econômicas que lhes eram impostas, mas também, as barreiras e os limites de sua consciência e condição de classe, pleiteando avançar na luta e na organização de suas próprias entidades representativas.

Estabelecer a narrativa dos episódios que marcaram a trajetória da Asusp e a edificação do Sintusp pode parecer uma tarefa fácil, se imaginarmos uma simples transcrição de fatos narrados por pessoas e documentos que registraram esses acontecimentos. Porém, para aqueles que desejam compreendê-la e escrevê-la como ponto de partida para refletir sobre o papel social dos trabalhadores na história da educação no Brasil, esse intento há de ganhar novos contornos, que apontam um desafio enorme a ser superado, qual seja: a superação do silêncio que se fez, até agora, sobre a presença desse personagem coletivo em suas páginas. Não obstante, contar essa história adquire ares de prazer e aprendizado, político e pedagógico, que jamais poderiam ser desprezados e ameaçados por quaisquer dificuldades em seu constructo.

Teoricamente falando, podemos muito compreender a história social desses personagens por meio de suas ações práticas e cotidianas vividas e registradas. Não nos definimos apenas a partir do que achamos ou pensamos de nós mesmos, mas sim também pelas nossas práticas, conscientes ou não. Por isso, se quisermos entender o caráter, por exemplo, de uma entidade que reivindica a representação e a liderança de uma categoria de trabalhadores, precisamos observar a realidade concreta de sua atuação, ou a descrição de suas ações. Os relatos e os testemunhos daqueles que viveram a sua história, aliado ao constante intercâmbio com fontes documentais auxiliares, são de importância basilar nesse projeto.

Ocorre que o constructo historiográfico não se faz de forma simplificada. A carência de documentos, junto com a ausência de fontes orais chaves para compreender um determinado momento histórico, nos presenteia com lacunas difíceis de serem preenchidas. Esse é o desafio encontrado quando buscamos informações acerca da primeira entidade “representativa” dos trabalhadores da

Universidade de São Paulo, a Asusp. Desafio esse, pois temos pouquíssimos registros desse período⁹, e poucos relatos sobre esse momento.

Remontar a história da Asusp esbarrou em alguns pontos-chaves. Entre eles, há pouquíssimos documentos (atas, registros etc.) que remontam a fundação dessa entidade nos anos 1960. Só há um registro no site oficial da Universidade de São Paulo, publicado em seu espaço *História – linha do tempo*, que aponta que a entidade dos servidores fora constituída em 1964¹⁰. Nenhum dos entrevistados pôde apontar a data exata da criação. Segundo relatos dos mesmos, pouquíssimos documentos foram repassados pela antiga diretoria quando estes entregaram a entidade após as eleições sindicais de 1979. Ao mesmo tempo, encontrar com essas pessoas – até o momento – não se tornou possível devido ao desconhecimento de suas localizações.

Uma tentativa de remontar esse período se deu em alguns artigos publicados pelo Jornal da ASUSP ao longo do ano de 1988. Nesses artigos, José Roberto Stella – o primeiro presidente da Asusp pós-1979 – buscou expor, de forma simples, alguns fatos que ocorreram nesse momento de transição. Vários dos desafios relatados pela nova diretoria a partir de então eram consequência de problemas identificados em um período anterior, como por exemplo, a enorme dívida financeira da entidade. Segundo Stella,

A Asusp tinha somente CR\$ 1.341,58 (hum mil, trezentos e quarenta e um cruzeiros e cinquenta e oito centavos) em caixa. [...] A precisão orçamentária para o mês de fevereiro de 1980 revelava um déficit de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). [...] Não havia nenhum documento de contabilidade, apenas algumas notas, referentes ao mês de janeiro de 1980, não contabilizadas. (Jornal ASUSP nº 33, 1988)

Esse foi um dos vários problemas identificados pelo autor ao longo desses artigos. Também havia a dificuldade de caracterizar a entidade. Segundo Stella, a Asusp era nada mais nada menos que uma prestadora de serviços, de cunho assistencialista e de lazer. E esse caráter dava margem para as mais diversas

⁹ Devemos ressaltar que a tradição de registrar os acontecimentos referentes a essa entidade sindical começou apenas após a retirada da antiga direção em 1979, com a criação de um jornal sindical, que mesmo indiretamente, contribuiu para a construção de sua história.

¹⁰ Site <http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/>, consultado no dia 14 de outubro de 2016.

atividades em seu interior, como por exemplo, os contratos de vendas de apólices de seguros, ou a compra mal esclarecida de uma “colônia de férias” que ao final não foi paga em sua integralidade, e que nunca foi vista ou usufruída pelos seus associados (Jornal ASUSP nº 38, 1988). E por último, a Asusp até 1979, servia de “intermediário” para bancos realizarem empréstimos para os funcionários da USP, acarretando enormes problemas financeiros e jurídicos e, principalmente, não contribuindo para a formação de uma consciência sindical. (Jornal ASUSP nº 37, 1988)

São várias as problemáticas relatadas, todas originárias do modelo e do caráter que a entidade tinha até então. Como apontado por Magno de Carvalho, uma das mais proeminentes lideranças do movimento sindical na USP, a entidade era tudo menos um sindicato. Segundo ele:

[...] conversando com um ali, outro aqui, nós começamos a pensar o que era essa associação dos servidores da USP, que naquela época não tinha nada de sindical. Aqui tinha uma cooperativa que vendia uma série de produtos, emprestava dinheiro; tinha uma agiotagem aqui, pegava dinheiro do banco, você pagava dois juros: pagava o juro bancário e o juro da (associação). Muita gente ficava sócia da associação dos servidores por conta disso, dessa coisa de dinheiro emprestado. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

No entanto, não podemos fazer uma avaliação moralista desse modelo de organização. Ele não é fruto da chamada vontade das pessoas, mas sim resultado de uma perspectiva histórica e de uma concepção existente na consciência de certos grupos atuantes no interior da categoria.

Como observamos até agora, não podemos deixar de fazer uma contextualização histórica do período, na qual a sociedade brasileira vivia sob a égide da ditadura civil-militar brasileira. Sabidamente, esse período foi caracterizado pela falta de direitos básicos da democracia – mesmo que liberal-burguesa – e da permanência de uma legislação até mesmo anterior que proibia a existência de sindicatos no setor público (ou seja, os servidores públicos eram proibidos de terem sindicatos entre os anos de 1937 e 1988), podendo no máximo ter associações de caráter assistencialista e gremial. Todos esses elementos – sendo esse último de enorme peso – provocada a existência desse caráter de entidade representativa, que buscava sobreviver diante de tantas diversidades.

Essa análise aponta que o surgimento dessa concepção não se resultou a partir da instauração da ditadura em 1964, mas sim como um processo anterior. Nesse aspecto, nos parece oportuno dizer que a primeira característica que podemos notar, ao longo do século XX, é que a maioria das entidades representativas da categoria apresentava princípios que apontavam para as ações de caráter assistencialista e mutualista. E esta característica se manterá, principalmente, a partir da Constituição de 1937¹¹, que vetou o direito à sindicalização de servidores públicos, e impossibilitou a organização de sindicatos docentes da rede pública, que compunham a maioria da categoria no Brasil. A alternativa viável para a continuidade da organização dos servidores públicos foi a criação das associações¹². Segundo Vicentini e Lugli (2011, p. 180):

Em linhas gerais, esse modelo caracteriza-se pelo objetivo de melhoria das condições de vida e trabalho dos professores mediante sua arregimentação em torno de associações profissionais que, além de encaminharem propostas ao Estado para solucionar os problemas que afetavam a categoria, também tomavam para si essa incumbência, mediante a constituição de uma rede de serviços aos associados para amenizar as suas dificuldades cotidianas.

De alternativa jurídica para se adequar a legislação, o associativismo transformou-se em um fenômeno que marcará o movimento desses profissionais até o final da década de 1970. Suas principais características serão: o aprofundamento do modelo assistencialista e mutualista, e a priorização das ações de negociação – as petições – e de relações amistosas com o Estado¹³. Trata-se de um regime de colaboração, em lugar da ação direta de massas e do confronto por meio de greves, e grandes manifestações, apesar de não se abrir mão destas possibilidades em determinados momentos de exceção. Isto permitirá o surgimento de uma burocracia sindical (a exemplo da iniciativa privada, estimulada pela estrutura sindical imposta pelo Estado), e um distanciamento entre direção e base, a despeito do pequeno, mas constante crescimento de suas filiações.

¹¹ Apesar de antes mesmo da proibição oficial da sindicalização dos servidores públicos, muitos sindicatos de docentes, como os demais, organizavam-se na forma de associações.

¹² Alguns pesquisadores apontam que o associativismo, enquanto modelo de organização, foi um fenômeno característico de categorias profissionais que não se reconheciam como membros de uma "classe trabalhadora", e viam os sindicatos como entidades próprias dos mesmos. O modelo associativista (não o termo, mas a sua concepção) era visto por esses personagens como mais ordeiro e racional que as entidades sindicais tradicionais.

¹³ Segundo esta concepção, a direção da entidade é a representante legítima de sua base e a única voz na ação diante do Estado.

Este modelo de organização acompanhou o século XX, e desenvolveu-se ao passo do processo de profissionalização dos trabalhadores em educação. No entanto, com o avanço da proletarização e a precarização de suas condições socioeconômicas, surgiram contradições entre a realidade material da categoria e as suas formas de representação sindical. Tais contradições é que levaram ao questionamento do modelo associativista e ao surgimento de um movimento que apontará novas alternativas de organização dos trabalhadores, no geral, e dos trabalhadores em educação em específico: o novo sindicalismo.

O movimento sindical brasileiro

Como previamente preconizado, o movimento sindical brasileiro teve um papel importante e decisivo na derrocada do regime civil-empresarial-militar brasileiro. É inegável que as mobilizações e greves protagonizadas pelo operariado fabril, e por outras categorias de trabalhadores, tanto do setor público quanto do privado, serviram de base social para a crise do regime, que teve como ápice a Campanha das Diretas Já.

A insatisfação aumenta e o combate à ditadura envolve todos os setores da sociedade: movimento estudantil, OAB, ABI, igrejas, classe operária, trabalhadores rurais, intelectualidade. Esse processo alcançou a própria capacidade de sustentação da ditadura militar, com o aprofundamento dos pontos de divergência, tanto entre os militares, quanto entre seus apoiadores civis. [...]

Portanto, o reinício dos movimentos grevistas em 1978 e 1979, depois de dez anos de jejum, encontra o conjunto do movimento social e as organizações de esquerda num momento diferenciado do anterior. [...] Inúmeras greves por empresa já vinham “pipocando”, frutos desse trabalho persistente. Mas, agora, tinham um acúmulo organizativo superior ao das décadas anteriores. (GERAB, ROSSI, 2009, p. 52-53-54)

Na historiografia brasileira¹⁴, o marco inicial da retomada combativa do movimento sindical brasileiro foi as greves metalúrgicas do ABC paulista, que provocaram uma reação em cadeia nas outras categorias de trabalhadores. Em 1977, os trabalhadores puderam ter um primeiro ensaio de sua volta ao cenário

¹⁴ Alguns autores, como Ricardo Antunes (1988) e José Welmowicki (2004), apontam as greves da categoria metalúrgica da região do ABC a partir de 1977 como a retomada do movimento sindical brasileiro.

nacional. Surgiram denúncias públicas de que o governo havia manipulado os dados sobre o índice de inflação de 1973, que era de 23,5%, e fora apresentado 15,4%, fazendo com que a reposição salarial daquele ano saísse prejudicada. Ao lançar como bandeira de luta a reposição das perdas ocasionadas pela medida, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo tornou-se conhecido, e inaugurou a sua experiência de enfrentamento com as empresas e o Estado, conquistando o reajuste.

No ano seguinte, quando as empresas da região resolveram descontar 10% do reajuste anual dos empregados, desencadeia-se o estopim do movimento operário que até então se mantinha adormecido: a partir de maio começam a ocorrer paralisações nas fábricas da Mercedes Benz e da Ford; no dia 12, os trabalhadores da Scania cruzam os braços, e o movimento começa a se alastrar por todo o ABC paulista.

É importante destacar o caráter espontâneo do movimento grevista de então, como o fez Ricardo Antunes. Ocorre que, por esses dias, existia um sem número de organizações que atuavam de forma molecular, inseridas e gozando de legitimidade dos seus pares, nos locais de trabalho, nos locais de moradia, exercendo considerável influência, nas formas de agir e se manifestar, com isso, muitas vezes, passavam por cima das antigas direções atreladas ao Estado, fazendo com que os trabalhadores decretassem greves por empresa, por meio de comissões de fábricas e comandos de greve etc.

A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de maio. Uma sexta-feira. [...] (ANTUNES, 1988, p. 20)

Em comum, havia as mesmas reivindicações nas diferentes empresas, dadas pela questão salarial, pelas condições de trabalho e pela existência da ditadura civil-militar, com sua política salarial centralizada. Todavia, em pouco tempo, o movimento grevista alastrou-se para o resto do país, não somente entre os metalúrgicos e demais operários fabris. Categorias como professores e trabalhadores da saúde se lançaram à greve reivindicando as perdas salariais e os reajustes, ao final

conquistados, atropelando o Ministério do Trabalho.¹⁵

Neste momento, começa a ruir o antigo aparato burocrático sindical. A espontaneidade do movimento ia contra as antigas direções, acostumadas às regalias do atrelamento com o Estado. Do lado oposto, surgiam as chamadas oposições sindicais e os novos dirigentes, que se organizavam no chão de fábrica e nos locais de trabalho, trazendo uma nova concepção de luta sindical que ficou conhecido como *Novo Sindicalismo*. Era o início do golpe fatal, que eliminaria as antigas direções da maioria dos sindicatos nos próximos anos.

É importante notarmos o significado do surgimento desse movimento grevista. Devemos encará-lo como um processo de amadurecimento social da classe trabalhadora brasileira, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra no século XIX:

Acreditamos que no Brasil (...) o acúmulo das tensões sociais durante a ditadura gerou um fenômeno explosivo, mas de classe, de identificação política ampla dos trabalhadores e que o sucesso das primeiras greves tomou estendido em escala nacional. A eclosão tomou a forma, primeiramente, de uma série de greves dispersas por todo o país. Depois surgiram as greves centralizadas de categorias inteiras. Mais tarde, após um intervalo, greves nacionais começaram a ser organizadas. E esse fenômeno pôde tomar o aspecto de novo movimento operário pela dimensão estrutural nova da classe operária, sua concentração e a extrema exploração a que estava submetida. Não foi acidente que tenha surgido justamente no ABC, um dos mais fortes exemplos dessa nova força proletária. (WELMOWICKI, 2004, p. 51)

O movimento sindical em educação não ficará à margem desse processo. Ele estará inserido e influenciado pelo movimento metalúrgico do ABC. No entanto, ao contrário da ausência de centralidade, pelos menos, no início dos movimentos grevistas, dos operários daquela que era, até, então, a região mais industrializada do país, os professores partiram para a luta já com certa organicidade política, baseando-se em comandos de greve, e ampla democratização expressada nas assembleias da categoria. Isto se deu pelo fato de muitos ativistas desse setor ter experiência em militância política de esquerda, muitos deles oriundos do movimento estudantil. Correntes como *O Trabalho, Liga Operária, Movimento pela União dos*

¹⁵ Até então, quando se reivindicava o reajuste salarial, somente o Estado interviria e negociaria o aumento, tirando das mãos dos trabalhadores, e acudindo os empresários. Mas dessa vez as negociações foram forçadas a se realizar diretamente entre trabalhadores e patrões.

*Professores (MUP) e Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)*¹⁶ organizaram-se nestes setores, indo parar também entre os operários do ABC (FERREIRA Jr., 2011, p. 48).

Portanto, o movimento sindical em educação, nesse momento de efervescência social, dava os primeiros passos para a sua reorganização, tomando suas antigas entidades representativas como a Asusp das mãos dos antigos dirigentes. Ainda que no período a legislação proibisse a sindicalização de servidores públicos, os trabalhadores em educação da rede pública se lançaram na tarefa, pondo-se como sujeitos sociais de uma nova etapa histórica que evidenciava as transformações econômico-sociais ocorridas em seu interior.

Uma nova concepção sindical surge na USP

Tendo como estofo argumentativo, a perspectiva materialista histórico-dialética, asseveremos que a história não é o resultado simples ou mecânico da confluência de ideias deslocadas do mundo material e produzidas pela clarividência dos seus personagens. Longe disso, concebemo-la como parte de um processo altamente desigual e combinado de envolvimento das forças que emanam das classes sociais e produtivas em permanente luta e presença nas transformações da realidade concreta, que provoca o surgimento e o desenvolvimento de novas ideias e concepções acerca da própria realidade, que se faz de um constante e ininterrupto movimento dialético. Talvez não explícito, se observamos em espaços reduzidos (do ponto de vista subjetivo, uma vanguarda, um pequeno grupo social, indivíduos etc.), porém torna-se claríssimo ao focarmos o conjunto da sociedade, ou mesmo as classes sociais, suas categorias e segmentos.

Compreenderemos isso ao analisar os efeitos das transformações ocorridas nesse período histórico no Brasil e os seus desdobramentos no interior da Universidade de São Paulo, entre docentes e os demais trabalhadores da instituição universitária.

¹⁶ Correntes e tendências políticas que atuavam dentro do movimento sindical e originárias de grupos de esquerda que atuavam contra a ditadura: LO – Liga Operária, posteriormente Convergência Socialista; MUP – Movimento Unificado dos Professores; MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado, dissidência da Organização Revolucionária/Política Operária. (FERREIRA Jr., 2011, p. 53)

O capitalismo encontrara dificuldades com a possibilidade do esgotamento econômico do modelo fordista e taylorista de produção e a acumulação de capitais, cada vez mais concentrada mundialmente. Politicamente, nesse período – é digno de nota – houve a possibilidade de enfraquecimento da política imperialista baseada na intervenção militar do EUA, emblematicamente, marcada pela derrota norte americana no Vietnã, e a forma pela qual seu deu a chegada de Jimmy Carter ao governo desse país.

Nesse diapasão, de acordo com o professor Henrique Carneiro, do departamento de História da USP e militante da Asusp/Sintusp na década de 1980, a crise da ditadura brasileira estava interligada com o contexto internacional de enfraquecimento da política intervencionista do imperialismo americano, com nítidos reflexos no interior da crise econômica vivida pelo capitalismo na década de 1970. Segundo ele:

[...] havia uma espécie de esgotamento do ciclo militar. O ciclo militar foi resultado de uma interferência dos Estados Unidos na América Latina, e que de uma forma mais ou menos direta ou indireta, acabou por realizar golpes que levaram a regimes militares mais ou menos prolongados, que duraram, como no caso brasileiro, 25 anos, quase. Na Argentina, no Chile, na Bolívia, no Uruguai, em todos esses países tinha havido a ascensão de governos militares. . Eu acho que houve depois um processo de crise do intervencionismo norte-americano, que se manifestou na ascensão de um presidente democrata nos anos 1970, que era o Jimmy Carter, que começou a questionar o intervencionismo anterior, principalmente da época Nixon, que tinha sido muito forte no auge da ditadura brasileira. E eu acho que essa pressão internacional pela restauração da democracia se combinou com o esgotamento econômico de um regime militar que, enfim, estava fazendo água por todos os lados, tanto na sua legitimidade política quanto em relação a sua gestão econômica, que também estava entrando em crise com perspectivas de recessão. (CARNEIRO, 2016)

Aqui no Brasil, os anos dourados do chamado milagre econômico mostravam-se, meramente, discursivos, baseados num impressionante endividamento externo, submissão ao capital estrangeiro, capitulação ao sistema financeiro e ao agronegócio, chegaram ao fim de forma desastrosa para a classe trabalhadora; expondo a fragilidade do regime militar instaurado em 1964, permitindo por meio de suas fissuras o afloramento do descontentamento social a partir do final da década de 1970.

Essa emergência dos conflitos sociais, tão bem estudado, analisado e descrito em muitos trabalhos acadêmicos, permitiu que diversas categorias profissionais do conjunto da classe trabalhadora brasileira se insurgissem contra o regime, contra o modelo econômico e contra a burocracia sindical, abrindo um novo capítulo da história social no país. Tudo isso refletiu também no interior na Universidade de São Paulo, a partir de dois pólos: o movimento estudantil e o movimento sindical.

No caso do movimento sindical, os dois segmentos profissionais da instituição universitária se colocaram em marcha nesse contexto histórico. Os docentes, organizados a partir da Associação dos Docentes da USP – ADUSP – (reformulado a partir de uma antiga associação em 1976) se mobilizaram em prol das reivindicações corporativistas, mas também em oposição ao regime ditatorial em vigência no país. Muitos de seus ativistas foram oriundos do movimento estudantil, interno e externo, que muito contribuiu para a perspectiva de atuação concisa e combativa da entidade.

Ao seu lado, os trabalhadores administrativos da USP também se aperceberam do momento histórico ali existente. As condições pauperizadas de trabalho e os baixos salários se aliaram ao questionamento cada vez maior ao regime político vigente a nível nacional e aos seus agentes políticos no Estado de São Paulo (leia-se o governo do Estado). Tal qual aconteceu com o movimento docente da USP, entre os funcionários havia também alguns antigos militantes de organizações políticas que atuam em oposição à ditadura, apesar de não constituir maioria. Em entrevista, o hoje líder sindical Magno de Carvalho expõe que:

[...] quando entrei na USP, eu era do PRC já. Já tínhamos essa dissidência. Então, eu identificava algumas pessoas, até pelo tipo de proposta de fazer aqui, tipo, tinha um dos caras que se reuniam com a gente embaixo da árvore era do PCB, que trazia companheira a companheira dele, um outro companheiro colega de escola, da GEO, trabalhava na GEO. Então tinha pessoas que eram militantes de alguma organização, mas a maioria não era. Porque esse grupo cresceu, de meia dúzia aumentamos... Então, tinha algumas pessoas que eram de organização, mas a maior parte era independente. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

No entanto, mesmo a experiência fazendo parte desses trabalhadores (apesar de que, o termo experiência nesse caso seja bastante subjetivo), o processo histórico não depende apenas dessa característica. No caso, a materialidade

concreta é o fator crucial para o desencadeamento desse processo. No caso da USP e do Brasil, no final da década de 1970 se irrompeu uma série de lutas de trabalhadores dos mais diferentes segmentos e nas mais diferentes regiões do país.

Tendo como vanguarda os metalúrgicos de São Paulo, o movimento sindical brasileiro passou por um novo processo de amadurecimento, tendo nesse caso o protagonismo das massas em evidência. A esse episódio somou-se tantos outros, como os professores, os operários da construção civil, os bancários e até mesmo profissionais liberais, como médicos e advogados que, de uma forma ou de outra, se colocaram na luta nesse período.

Essa inequívoca capacidade organizativa e mobilizatória não passaria a margem da Universidade de São Paulo. Tanto os docentes quanto os servidores técnico-administrativos começaram a se organizar e se mobilizar para construir movimentos que inicialmente questionaram a estrutura profissional e salarial de suas categorias. Esse movimento inicial se deu a partir da organização de sua vanguarda e, principalmente, na construção ou tomada de entidades anteriormente nas mãos de dirigentes, então, caracterizados como “não combativos”.

No caso dos trabalhadores da USP, como já detalhado anteriormente, havia, desde os primórdios da década de 1960, a existência de sua associação, porém, essa tinha na sua direção a hegemonia dos grupos conservadores que atuavam na entidade, outorgado-lhe um caráter assistencialista e recreativo. No entanto, diante da nova realidade histórica, esse seu caráter e a sua condução foram seriamente questionados pelos trabalhadores.

E 1978 a gente começou a se encontrar, umas pessoas aqui... naquele tempo tudo muito difícil. Ainda tinha muita infiltração policial dentro da universidade. Então as coisas tinham que ser muito na clandestinidade. Mas conversando com um ali, outro aqui, nós começamos a pensar o que era essa associação dos servidores da USP, que naquela época não tinha nada de sindical. [...] Nós juntamos uma meia dúzia de companheiros e resolvemos ir procurar a associação, tiramos três desses seis aí para procurar o presidente, na associação. A associação era no mesmo lugar onde é o sindicato hoje. E dissemos ao presidente que gostaríamos que ele convocasse uma assembleia para que a gente pudesse discutir nossos salários, que estavam muito baixos, e o cara enlouqueceu. E gritando, dizendo que “assembleia era coisa de comunista, e isso no auge da ditadura, assembleia era coisa de comunista, e imagina a gente discutindo o nosso próprio salário. Quem tinha que discutir o nosso salário era o governo que pagava o nosso salário”. Bom, e aí percebemos que o cara era de extrema-direita, um companheiro

queria até discutir com ele, e aí eu disse, “vamos embora, vamos deixa pra lá, pedir desculpa pro cara e dizer a gente está com tanto problema de dívida que a gente está (...)” (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Não obstante, esse processo não se deu de forma simples, nem mesmo harmônica. Diversos enfrentamentos que sobrevieram das concepções políticas e ideológicas se deram nesse período e as suas consequências marcaram profundamente a fisionomia da entidade. A resistência por parte da então diretoria da Asusp para que houvesse uma mobilização por melhores salários precisou ser superada pela constituição de uma nova vanguarda de ativistas militantes dispostos a assumir a liderança do movimento.

Nós nos encontrávamos embaixo de uma árvore no estacionamento da História, e nós fomos discutindo que precisávamos criar um movimento de oposição. Fizemos um primeiro boletim, em um mimeógrafo a álcool naquele tempo, e falando uma série de coisas, sobre salário, como condições de trabalho muito ruins, de vários lugares. E tudo era distribuído meio que clandestinamente mesmo. A gente entrava nas unidades, coloca embaixo das portas e até que resolvemos chamar uma assembleia. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Devemos salientar que o novo discurso que se desenvolvia nesse momento entre a vanguarda que nascia na USP pregava um valor muito caro à classe trabalhadora: o sentido e a identidade de classe entre todos os trabalhadores, não importando seu segmento ou a sua categoria. Como consequência disso, essa vanguarda buscou estreitar relacionamentos com outros segmentos internos da USP, principalmente com os professores, para a construção de unidade que visavam a luta conjunta, mais especificamente no biênio 1978/1979.

[...] nós fizemos a assembleia aqui fora, uma reunião aqui fora, e decidimos que nós íamos procurar a ADUSP, que era a Associação dos Docentes, que também estava começando a se organizar, e nós sabemos que haveria uma assembleia na PSICO. Nós marcamos de todo mundo ir nessa assembleia. Fomos lá, fomos muito bem recebidos pelos docentes, e comunicamos a eles que estávamos preparando para ir para a luta, nós queríamos pedir uma audiência com o governador para discutir. E nós não tínhamos nada, não tinha entidade, não tinha nada. “Funcionários da USP”, “comissão de funcionários da USP” e tal, e a ADUSP existia como entidade. E pedimos essa audiência com o governo, que, é claro, foi negada. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Sem uma entidade que pudesse acolher seus reclamos, mas em pleno processo de desenvolvimento, a nova liderança do movimento dos funcionários da USP estava alavancando a sua incontestada presença naquele que seria um novo capítulo da história social brasileira, no qual os representantes do mundo do trabalho, com o seu dinamismo, capacidade de organização e mobilização, entrariam na cena política nacional. Concomitante ao desenvolvimento político de toda a classe trabalhadora, das mais diferentes categorias, os trabalhadores da universidade se colocavam em marcha nesse momento.

Isso se dará na formação de um movimento amplo intitulado MOASUSP (Movimento de Oposição da Asusp), oriundo da movimentação de uma nova vanguarda em 1978, e que se firmará presente no cotidiano da categoria a partir da gestação e da eclosão do formidável movimento paredista que atingiu, em 1979, o conjunto do funcionalismo estadual. Essa greve, que reuniu os docentes e funcionários das três universidades públicas estaduais de São Paulo (USP, UNESP e UNICAMP) em conjunto com os educadores das escolas públicas paulistas e demais setores do funcionalismo estadual, estourou em abril de 1979. Sua deflagração se deu devido a visível queda do poder aquisitivo dos salários, corroído pela inflação, acentuando na realidade o fim do discurso do “milagre econômico” construído pelo regime a partir de, pelo menos, desde os meados da década de 1960.

Nesse período, os servidores da universidade ainda estavam ligados ao Estatuto do Servidor do Estado de São Paulo, e, por causa da isonomia, não poderiam obter conquistas claras em separado com os demais servidores do estado. Porém, a construção dessa unidade não se mostraria factível, mesmo que houvesse a disposição de atuação em conjunto com as entidades representativas dos professores e dos estudantes, os dirigentes da maioria das entidades representativas do funcionalismo não viam com bons olhos a constituição de movimentos classistas e unificados. Alcançá-la, portanto, exigiria muita disposição de diálogo e articulação política com os dirigentes de uma miríade de entidades.

Esse momento marcante que foi a greve geral do funcionalismo em plena vigência da ditadura civil-militar, também nos oportuniza levantar a seguinte interrogação; num cenário de solidariedade social, da luta pela unidade e das premissas classistas fazerem parte do discurso da vanguarda que se desenvolvia na USP, não teria sido a realidade concreta, ou, de forma mais específica, a

estagnação das condições de vida dos trabalhadores públicos do estado, que forçou o conjunto da base social a adotar, na prática, o caminho da unidade da categoria em 1979?

O movimento de 1979

A mobilização e a organização do movimento estudantil, docente e de funcionários na Universidade de São Paulo, como também de uma nova vanguarda entre os trabalhadores administrativos da instituição – fatores cruciais para o desenrolamento da campanha salarial de 1979 – já começava a despertar a atenção dos órgãos de repressão da ditadura. Nesse caso, a Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, já acompanhava de perto o movimento dentro da universidade.

Em pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, pudemos encontrar uma série de documentos do antigo DEOPS paulista, reunidos em uma pasta intitulada *DEOPS OP 1190*. Nessa “capsula do tempo” obtivemos uma série de relatórios e cópias de materiais ligados às investigações “in loco” das entidades Adusp, Asusp e DCE, o que demonstra uma especial atenção por parte dos órgãos de repressão para o que acontecia na USP.

Consequente, esses documentos mostram algo a mais para nós, quando nos focamos especificamente em nosso objeto de pesquisa. Em um relatório apresentado, em 8 de fevereiro de 1979, para o delegado de plantão, o agente relatou que o movimento conhecido como MOASUSP distribuiu no dia anterior no campus um panfleto, no qual convidava professores, funcionários e estudantes a ingressarem no movimento unificado que reivindicava um aumento salarial de 70% mais Cr\$ 2.0000,00 fixos¹⁷. Ao observarmos a cópia do panfleto em si, anexado a esse relatório, poderemos observar uma linguagem específica que buscava explicar os motivos e a necessidade da mobilização. Com uso de desenhos e elementos textuais breves, o material do MOASUP fazia ao final uma convocatória para uma nova campanha salarial, incluindo informações de participação de diversos setores internos da universidade.

¹⁷ Relatório DEOPS – 09/02/2016

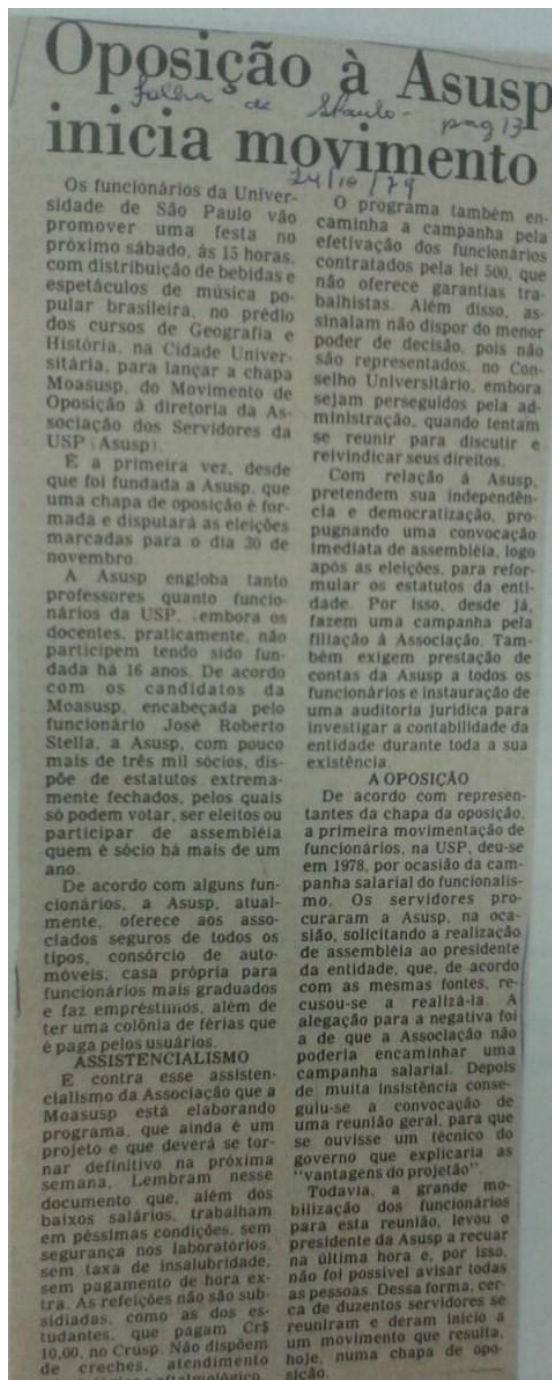
No tocante da organização da mobilização da campanha salarial de 1979, os documentos nos apresentam indícios que corroboram os testemunhos coletados ao longo da pesquisa, de que a então direção da Associação dos Servidores da USP se recusava a encaminhar as demandas da categoria, ou seja, de se assumir como direção de fato da mobilização que estava tomando corpo. Em um panfleto datado de 6 de março de 1979, o MOASUP denunciava que o então presidente da entidade, o Sr. Olívio Soares de Oliveira não assumia a luta, sendo constantemente cobrado desde o ano anterior, expondo inclusive que a campanha salarial de 1978 – que conquistou um reajuste de 20% – foi resultado da organização do movimento de oposição. De acordo com matéria divulgada no ano seguinte no jornal Folha de S. Paulo, essa campanha salarial se deu quando:

Os servidores procuraram a Asusp, na ocasião, solicitando a realização de assembleia ao presidente da entidade, que, de acordo com as mesmas fontes, recusou-se a realizá-la. A alegação para a negativa foi a de que a Associação não poderia encaminhar uma campanha salarial. Depois de muita insistência conseguiu-se a convocação de uma reunião geral, para que se ouvisse um técnico do governo que explicaria as “vantagens do projeto”.
Todavia, a grande mobilização dos funcionários para esta reunião levou o presidente da Asusp a recuar na última hora e, por isso, não foi possível avisar todas as pessoas. Dessa forma, cerca de duzentos servidores se reuniram e deram início a um movimento [...].¹⁸

No entanto, para o ano de 1979, o MOASUP, em conjunto com outras entidades sindicais externas, como a Federação Paulista dos Servidores e a União Nacional dos Servidores, pressionava o presidente a convocar as atividades, tentando a busca pela legitimação da entidade perante a categoria. Mesmo assim, a postura de seu presidente era vista como “inerte”, ou seja, que na realidade não desejava mobilizar a categoria e buscava, por meio de adiamentos da convocatória da reunião do dia 5 de março, não colaborar com o movimento¹⁹.

¹⁸ Jornal Folha de S. Paulo – 24 de outubro de 1979, p. 13.

¹⁹ Panfleto MOASUSP 6 de março de 1979



Jornal Folha de S. Paulo, de 24 de outubro de 1979, além de debater as eleições na ASUSP, abre espaço para que membros da chapa falem sobre a greve da categoria

Toda essa efervescência fez com que a greve de 1979 fosse o ponto nevrálgico desse momento. Nesse ano, as condições salariais e de trabalho do conjunto dos servidores públicos estaduais chegou a uma situação aviltante, dentro e fora da universidade, fazendo com que as diversas categorias estaduais se colocassem em luta contra o governo do Estado e, por conseguinte, também contra o regime. Como estava acontecendo em outros Estados da federação, professores,

profissionais da saúde, servidores em geral iniciaram em São Paulo um dos maiores movimentos paredistas do funcionalismo público paulista da história. E nesse caso, a nova vanguarda do movimento na USP teve um papel crucial.

Bom, essa greve nasceu... A organização dessa greve foi a seguinte: esse grupo que começou a fazer essas assembleias e tal, nós chegamos a conclusão de procurar outros setores do funcionalismo. Então, principalmente eu e um outro companheiro, que era o Zé Roberto, que até hoje é funcionário da USP, mora em Ribeirão Preto. Fomos procurar a associação dos servidores do HC, que a gente ficou sabendo que tinha, do hospital dos servidores, que é o hospital público que atende os servidores públicos. Bom, depois fomos contatando outros setores do funcionalismo aí. A Apeoesp foi depois, porque a Apeoesp naquela época também estava nas mãos dos pelegos, e tínhamos grupos de oposição que tomaram a Apeoesp. Um pessoal que depois participação da fundação do PT. Mas na época era um pessoal de direita que estava lá. Não tanto quanto aqui, mas era um pessoal que... Depois contatamos esse pessoal, depois de várias reuniões desses grupos menores, e gente fez contato com essa oposição, que era muito dividida; tinha MUP, MOAP, cada um ligado a uma organização. Tinha os lambertistas, que eram a tendência d'O Trabalho, tinha o pessoal da MEP. A Convergência não tinha, na Apeoesp não tinha, mas tinha o tal do MEP, que era o Movimento de Emancipação do Proletariado, e a gente brincava que era o Movimento de Emancipação do "Professorado", porque só tinha, só existia nos professores. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Porém, esse processo não se deu de forma harmônica. Por causa das diferentes concepções e, até mesmo resistências, houve conflitos entre os diferentes grupos que dirigiam as diferentes entidades. Mesmo pregando a unidade da categoria, a existência de tantas entidades fragmentadas provocava a disputa pelo controle do movimento, gerando algumas rugas.

Quando apareceu esses grupos da Apeoesp começamos a divergir sobre como montaríamos um comando desse negócio. Eles queriam ser hegemônicos, e isso foi uma briga, mas acabamos superando, a gente tinha três representantes de cada setor que ia se incorporando e formamos um comando de mobilização do funcionalismo. (IDEM)

Apesar das contradições, a unidade foi estabelecida entre os diferentes segmentos estaduais. Surgiu dessa confluência o Comando Geral Permanente (CGP) com o objetivo de unir a liderança do movimento a partir de uma pauta única, construída exaustivamente em reuniões prévias. A pauta inicial, como exposto

anteriormente, era de 70% de reajuste devido às perdas inflacionárias do período, mais o aumento dois mil cruzeiros para todos.

É interessante notar essa última reivindicação. Apesar dos segmentos mais bem pagos questionarem fortemente a presença desse item na pauta de reivindicações, a sua inserção se deu devido a uma concepção muito importante: diminuir a distância entre os salários dos diferentes cargos. Apesar de representar pouco, por exemplo, aos docentes universitários, para muitos cargos de servidores isso representava um aumento de 100% de seus salários, atendendo os interesses dos mais pauperizados da categoria.

O primeiro ato concreto de pressão foi a paralisação do dia 29 de março de 1979, noticiada pelo jornal O Estado de São Paulo²⁰. Nessa matéria, a Associação dos Docentes da USP afirmava que essa paralisação fazia parte do *Dia de Protesto* contra o silêncio do governador Paulo Maluf, que não havia se pronunciado ou respondido oficialmente a pauta de reivindicações apresentada pelo movimento unificado. Com reuniões setoriais envolvendo os funcionários e professores dos mais diferentes departamentos e faculdades, além de assembleias extraordinárias, a mobilização ia se fortalecendo no interior da universidade, e acabaria eclodindo a greve de todo o funcionalismo estadual.

A greve foi decretada pelo CGP em abril de 1979 (ou seja, no mesmo período da grande greve dos metalúrgicos do ABC). Em pouco tempo ela se alastrou para todos os segmentos do serviço público estadual. Ao todo, cerca de 300 mil (CARVALHO, 2016) entraram em greve. Até mesmo inspirou e aglutinou setores do serviço público municipal (de São Paulo). “Na época a Erundina era da FAB’s, da Secretaria do Bem-Estar Social, da Família. Enfim, ela foi uma das que ajudou a incorporar os municipais com a gente, no meio da nossa greve” (IDEM).

Durando 41 dias, a greve não poderia ser resumida para apenas uma questão salarial e/ou corporativista. Havia também questionamentos na esfera da política e do regime. Havia uma forte oposição à nomeação de Paulo Maluf ao governo do Estado. Esse político, identificado com a corrupção, a má administração e ao seu atrelamento íntimo à ditadura, foi alvo de muitas das falas durante a greve. Maluf se tornou a encarnação de tudo que estava errado no Estado, e de tudo que precisaria ser mudado.

²⁰ Jornal O Estado de São Paulo, 29 de março de 1979, p. 26.

Além do desmascaramento das entidades burocratizadas e o surgimento de novas lideranças, percebeu-se também que o movimento grevista de 1979 teve motivos que possivelmente extrapolaram as questões puramente salariais e trabalhistas. O anseio de liberdades democráticas e da necessidade de dar combate a ditadura civil-militar estavam atreladas de alguma forma às questões mais específicas da categoria. E isso fazia mover um importante segmento da sociedade brasileira, e tinha nos trabalhadores os principais sujeitos sociais do processo. Os trabalhadores em educação não ficaram a margem desse processo, somando-se a luta – mesmo que indireta e paulatina – contra o regime.

Um exemplo sucinto desse engajamento político pôde ser demonstrado em um relatório apresentado por agentes ao delegado do DEOPS, que narra que durante um ato público realizado em frente as dependências da ECA – que contou com a participação de personalidades como deputado Airton Soares – foram proferidas palavras de ordem como “ABAIXO A DITADURA! FUNCIONÁRIO ÚNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!”²¹.

Neste ponto, a vanguarda do movimento – quadros das organizações de esquerda e demais outros – tiveram um papel fundamental na introdução dessas palavras de ordem, buscando levar a discussão política para toda a categoria, desde essas primeiras mobilizações em 1979.

Outro fator importante observado nessa greve foi que, desde a anulação do Decreto nº 477, não era mais proibido – ou em outras palavras, não se previa punição – aos funcionários públicos que entrassem em movimentos grevistas. Isso foi um impulsionador a mais para que o conjunto da categoria estadual participasse ativamente do movimento, sendo que no auge da greve houve a adesão de 400 mil funcionários em todo o Estado.

Porém, isso não foi suficiente para que não houvesse uma dura repressão por parte do Estado. Todas as cenas já observadas em outros movimentos paredistas de outras categorias – tanto da iniciativa privada quanto do serviço público – se repetiram na greve das universidades estaduais paulistas. No entanto, tais acontecimentos serviram apenas para unificar cada vez mais a categoria.

Uma forma de mensurar essa unidade – e a própria solidariedade externa ao movimento na USP – é observarmos a criação de um Fundo de Greve entre os

²¹ Relatório Deops – SP 28879 – 1979

funcionários, com o apoio de outros segmentos da sociedade, porém, com um esforço importante por parte do MOASUP. Para isso, foi criada uma *Comissão do Fundo de Greve*, que tinha por finalidade organizar a coleta de dinheiro e mantimentos em todas as unidades da universidade. Em um material recolhido pelo DEOPS datado de 27 de abril de 1979, observaremos um recibo de contribuição ao fundo de greve, mostrando a seriedade do movimento na prestação de suas contas. Em outro documento obtido pela repressão, datado de 02 de maio de 1979, a comissão deliberava as atividades de coletas, as responsabilidades e as suas finalidades²².

Somando-se a esse movimento de solidariedade que se produziu entre os próprios funcionários da USP, tivemos também o registro dessas ações em outros sindicatos de trabalhadores espalhados em diferentes regiões do estado de São Paulo. De acordo com o relato de Magno de Carvalho, os operários do ABC paulista não ficaram alheios ao movimento do funcionalismo público estadual, e por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, contribuíram com cestas básicas acumuladas durante sua própria greve, recém-interrompida.

[...] foi interessante que no fim dessa greve nós ficamos 25 dias sem receber salário, porque a folha de pagamento era feita manualmente. E aí não tinha dinheiro para nada, pra comer, pra nada. São Bernardo tinha a greve deles, e fomos lá... sabíamos que um fundo de greve enorme, tinha um armazém enorme estocado alimento lá. Eles não usaram porque eles receberam o salário e tudo bem. Então nós fomos, eu e esse Zé Roberto, que é de Ribeirão. José Roberto Stella. Nós fomos na casa do Lula, entramos em contato com o Djalma, que era do fundo de greve, e marcamos na casa do Lula. Engraçado, 10 horas da manhã, mais ou menos, a gente estava na casa do Lula, ele morava numa casa, casinha de esquina lá com a D. Marisa, e ele disse “vamos conversar no bar da esquina”. Era 10 horas da manhã, botou cachaça, três doses de cachaça, nós tomamos (risos) fazer uma desfeita dessas? Nós estamos pedindo o fundo de greve. Aí ele ligou pro Djalma dizendo que a gente tinha chegado, porque o Djalma era o presidente, coordenador do fundo de greve. Só sei que foi bom a história da cachaça porque depois de tomar a segunda... Primeiro ele disse “vamos dar uma parte do fundo, e separa lá, e tal”. Depois que ele tomou a segunda ele disse: “Djalma, pra quê a gente vai guardar alguma coisa? Dá tudo para eles aí.” A cachaça funcionou, e nós ganhamos. Cara, tivemos que arrumar caminhões, alugar e pedir emprestado para os sindicatos para trazer. Isso aqui virou um depósito de alimentos até o teto. E ficamos quase um mês distribuindo cestas básicas. A gente formava cesta básica com aqueles alimentos. Tinha tudo, até material de

²² Panfleto Comissão do Fundo de Greve – 02 de maio de 1979.

limpeza a gente dava. A gente arrecadou tanta grana com pedágio na entrada que a gente até pagava a conta de água e de luz de quem precisava mesmo, o cara mostrava “eu tenho duas contas atrasadas, vai cortar a minha água”. (CARVALHO, , entrevista concedida em 14/04/2016)

Apesar da forte mobilização e intensa adesão, além de grandes atos públicos que deixaram claro a expressividade do movimento, o governo paulista se recusava a abrir as negociações com os grevistas. Houveram nesse meio várias tentativas de divisão da categoria, por meio de intimidações e tentativas de cooptação de servidores mais pauperizados por parte do patronato/estado. Em dois relatórios apresentados por agentes do DEOPS que acompanharam uma das assembleias na USP – uma delas coordenada por Magno de Carvalho –, foram apresentadas falas durante a atividade que denunciavam essa situação, além da presença de policiais e viaturas intimidando o movimento durante as atividades internas e externas ao campus.

Contudo, com o crescimento da força da mobilização e o apoio da sociedade, o governador Paulo Maluf se viu forçado a, pelo menos, conceder parte das reivindicações, buscando enfraquecer a mobilização e dividir a categoria. Concedeu apenas um abono no valor de Cr\$ 2 mil, fazendo que a parte mais pauperizada da categoria se sentisse satisfeita. Isso provocou um racha no movimento, e para os setores mais fortes, como os docentes universitários, um gosto de derrota. (GRANZOTTO, 2010, p. 278).

Para, além disso, o governo ainda tentou dar seu recado no período posterior ao movimento paredista. Mesmo acordado que não haveria corte do ponto e dos salários dos servidores que aderiram à greve, sofreu atrasos que causaram preocupação a todos. Em matéria divulgada no jornal O Estado de São Paulo, em 13 de junho de 1979, a falta de notícias oficiais e acusações mútuas ficam latentes, tanto por parte dos trabalhadores quanto por parte do governo²³.

No entanto, não podemos analisar os frutos de uma greve apenas pelos resultados econômicos, mas sim também, as conseqüências do processo do ponto de vista social e político, como também como se deu o desenvolvimento da consciência de classe de seus personagens, a medida que acumulou forças para

²³ Jornal O Estado de São Paulo – 13 de junho de 1979.

períodos posteriores, e também no desenvolvimento de novos instrumentos de luta da classe trabalhadora.

Resultados políticos das mobilizações de 1979

As impactantes lutas que desabrocharam nas mais diversas categorias da classe trabalhadora pelo Brasil demonstraram todo o descontentamento com a política econômica nacional e com o regime político que a estabeleceu. As mobilizações de metalúrgicos, bancários, operários da construção civil, professores, entre outros, ocuparam as ruas empurradas pelas péssimas condições de sobrevivência imposta pela atual etapa histórica do capitalismo. No entanto, essas bandeiras foram somadas a outras, de contestação ao regime civil-militar, que apontava o possível amadurecimento político da classe trabalhadora. Na primeira metade da década de 1980, as ações de massas foram a evidência clara da base social no qual os trabalhadores se transformaram na luta contra a ditadura.

Entretanto, no final da década de 1970, os diversos movimentos de trabalhadores perceberam a necessidade de superar as velhas estruturas sindicais existentes até então. Os sindicatos existentes, organizados de acordo com a legislação trabalhista criada no período getulista e controlados com mãos de ferro pelo regime pós-1964, se transformaram nos primeiros adversários a serem vencidos. Era preciso construir novas alternativas de direção sindical que desse prosseguimento as diversas lutas que se desenvolviam pelo país. E esse fenômeno, que nascia na classe trabalhadora, ficou conhecido na história como *novo sindicalismo*.

O novo sindicalismo nasceu da necessidade de superar as velhas práticas sindicais arcaicas que ainda sobreviviam no Brasil. Contrário à velha estrutura burocratizada, esse fenômeno defendia a participação direta da base nas deliberações e nos encaminhamentos das lutas em defesa dos interesses dos mesmos, além de completa autonomia frente ao Estado e aos patrões. Para isso, propunha a criação das organizações de base e a participação direta dos trabalhadores nas decisões, representadas nas ações de massa como assembleias,

plenárias e atos de rua. E foi justamente isso que as mobilizações e greves que surgiram no final da década de 1970 apresentavam.

No caso dos trabalhadores da USP, o surgimento de novas lideranças e o desenvolvimento de uma nova vanguarda encontrou guarita nesses movimentos grevistas de então. A questão desse momento, do ponto de vista organizativo era tomar ou construir novos instrumentos de luta. Na USP, devido a existência de uma associação, a avaliação do movimento de oposição foi da necessidade de tomar essa entidade, ao invés de romper e construir um novo, como, por exemplo, aconteceu com outras categorias em outras partes do país. A medida tomada foi a mesma que ocorreu no caso da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), que até 1978-79 também apresentava um caráter mais mutualista, associativista e gremial, e nas palavras dos militantes da época, pelego. O esforço em convocar novas eleições para a direção da Asusp foi uma importante etapa da luta em prol da conquista da entidade para os anseios da categoria, impulsionado pela realidade prática configurada durante a greve.

Para os trabalhadores da USP, mesmo que o movimento paredista tenha se desencadeado pela base e por uma nova vanguarda que se desenvolvia em seu interior, houve uma cobrança em relação a postura da Asusp, pois essa não cumpriu com a sua tarefa, ou seja, não mobilizou e organizou a categoria para a luta. O resultado foi a ocupação da sede da associação, durante a greve, pelos funcionários e pelo MOASUSP. Registrando-se que ao final da greve houvesse a reintegração de posse por parte da associação, o resultado mais significativo foi o avanço da consciência de classe dos trabalhadores da universidade que soube, então, vislumbrar a necessidade de superar uma direção pelega e construir uma entidade combativa, que irá se concretizar na eleição em novembro de 1979. (GRANZOTTO, 2010, p. 247)

A proposição que defendemos é a de que o estudo dos instrumentos de organização associativista, sindical e política dos trabalhadores que atuam no universo educacional é uma ferramenta significativamente importante para se conhecer a história da educação. Para que isso se faça, muitos caminhos precisam ser percorridos, mas nunca deixando de lado a necessidade de analisar suas entidades e o papel social desempenhado pelas pessoas que a constituem.

Capítulo 3: *Da Asusp ao Sintusp*

As mobilizações que tomaram forma no interior da Universidade de São Paulo a partir de 1978, e que fizeram eclodir na grande greve do funcionalismo público estadual em 1979, provocaram mudanças significativas na forma de como os trabalhadores em educação administrativos uspianos encaravam seu papel social e sua atuação política na sociedade brasileira. Seu engajamento e a conjuntura nacional permitiram, de certa forma, o início de um desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre esses trabalhadores, fazendo com que começassem a se identificar enquanto parte de uma classe social no interior da sociedade capitalista.

A unidade da luta, os embates, a organização, as formas de luta e a solidariedade de classe contribuíram para esse processo. No entanto, ela não se findou ou alcançou sua magnitude ao final da greve. Esse processo ainda se desenrolaria ao longo de muitos anos, com avanços e retrocessos, ou seja, permeado de contradições. A década de 1980 mostraria todo a sua energia nesse sentido.

Contudo, havia um primeiro desafio a ser superado, logo após o grande movimento de 1979. Todo o ganho político poderia se perder se o segmento dos trabalhadores em educação administrativos da USP, já batizados no fogo da luta sindical, não construísse instrumentos de organização que solidificasse o que fora desenvolvido nesse período. E no caso específico desses trabalhadores, o embate girava em torno de construir ou tomar entidades representativas de caráter sindical.

Essa não era uma polêmica existente apenas entre os trabalhadores da Universidade de São Paulo. Essa problemática perpassava inúmeras instâncias do movimento sindical brasileiro existente naqueles dias. Diversas categorias que se

colocaram em luta debatiam internamente qual seria o caminho organizativo a ser tomado após as fortes mobilizações de 1978 e 1979.

De acordo com o professor Mauro Puerro (2012), a política de disputar entidades existentes ou fundar novas por fora desses aparatos se baseava na realidade de cada região ou estado. Apesar das diversas correntes atuarem nacionalmente, em cada estado buscou-se tirar uma política que mais se adequava a realidade presente.

Em Minas a realidade era distinta, não havia uma entidade similar. Eu não conheço a história de Minas, mas o que tinha de entidade era mais ou menos como o CPP, que era muito fechado. Então não há possibilidade de você fazer por dentro. Em Minas o processo impõe a criação de uma entidade. Tanto é que as mesmas correntes que aqui em São Paulo eram a favor que, a partir da leitura que faziam da realidade, que o processo se passava por dentro da APEOESP, em Minas eram a favor de se fundar uma entidade. Você faz a materialização da política de acordo com a realidade concreta. (PUERRO, entrevista concedida em 13/09/2012)

De acordo com Amarílio Ferreira Jr., essas organizações tiraram a política de articulação dos diversos movimentos estaduais a nível nacional, como estratégia de unificação do movimento de professores (2011, p. 57). Contudo, o debate sobre a conquista das entidades existentes ou a construção de outras desatreladas à estrutura sindical oficial do Ministério do Trabalho ainda permanecia e dividia a categoria.

Esse debate permeou as diversas categorias em luta em todo o país, e não passaria em branco no caso dos trabalhadores em educação administrativos da USP. Nesse caso específico, a forma como se deu a greve no interior da universidade tendeu a apontar que a melhor saída política seria tomar a entidade já existente, ou seja, a Associação dos Servidores da USP (Asusp). Porém, isso não foi uma tarefa simples, com uma única opinião. O desgaste dessa entidade junto aos trabalhadores era grande, principalmente devido ao estado o qual se encontrava. De acordo com José Roberto Stella, em artigo publicado no Jornal da ASUSP (27/09/1988) o debate não seria fácil:

Pessoas influentes no movimento chegaram a defender a ideia de decretar a falência da Asusp e criar uma outra entidade. Mas nós não sabíamos que para manter a unidade dos funcionários precisávamos reconstruir a Asusp. E conseguimos. Isso custou o tempo e a saúde de muitos companheiros.

Contudo, a proposta de conquistar a entidade por meio de eleições ganhou o debate interno. A vanguarda do movimento organizado percebeu, a partir da realidade específica na qual se encontrava, que o melhor caminho a ser tomado seria esse, em contraposição a proposta de construção de outra entidade que, nesse caso, poderia provocar uma divisão dos trabalhadores. Esse risco se evidenciava quando se percebia que o desenvolvimento da consciência da maioria não era uniforme e constante, e que havia contradições entre aqueles que ainda se imaginavam como simples “servidores” e aqueles que já se viam como “classe trabalhadora”. Qualquer equívoco, por menor que pudesse parecer, na análise da conjuntura momentânea e nas tarefas futuras, poderiam provocar a perda de toda a força do movimento arduamente construída no período.

A eleição da Asusp em 1979

A tarefa de conquistar o aparato associativista já existente na USP e dotá-lo de um componente classista, não seria o resultado da mera vontade pessoal, mas sim de um esforço organizativo e inserção nos locais de trabalho que consumiu anos a fio do trabalho de conscientização política dos ativistas sindicais. Segundo Magno de Carvalho, havia uma resistência muito grande por parte da antiga diretoria em permitir um processo eleitoral que abriria caminho para os ditos “comunistas” se apropriarem da entidade. De acordo com ele:

Ah sim, nesse ano de 1979, logo depois da greve, nós... Aliás, durante a greve nós ocupamos isso aqui. Chamamos o chaveiro e abriu, e a pelegada foi embora, e depois da greve pensamos em continuar e convocar a eleição. Mas aí o cara conseguiu um mandato de reintegração de posse, veio a polícia aqui, nós fomos expulsos. Mas aí no fim do ano, em novembro, nós tínhamos... A greve foi em março, a eleição em novembro. Não tinha eleição aqui, um passava para o outro, era uma quadrilha que não tinha, não cumpriam nem o estatuto da entidade. Formaram a associação, tinha um estatuto, o estatuto previa uma eleição, mas aí com um advogado, com o movimento forte, a gente exigiu que houvesse a eleição.

Podemos perceber que todo esse movimento seria impossível se o segmento dos trabalhadores em educação administrativos não tivesse passado pela

experiência de um movimento grevista, em conjunto com outros segmentos internos da universidade. O exemplo de combatividade e luta da Associação dos Docentes da USP e do Diretório Central dos Estudantes demonstraram o quanto era contraditória a postura da Asusp frente o movimento. Para isso, era necessário contrapor as antigas direções existentes com as novas que foram forjadas na luta, legitimando aqueles homens e mulheres que se dedicaram a organizar a greve. O resultado foi que “Depois dessa greve eles fizeram um [...], se não me engano o movimento de oposição forçou a convocação de uma eleição [...]”. (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016).

Após forte pressão por parte dos trabalhadores mobilizados, a Asusp se viu forçado a convocar novas eleições para a diretoria da entidade, então marcadas para o dia 30 de novembro de 1979. Mas não sem antes o presidente, Sr. Olívio Soares de Oliveira, comunicar por meio de ofício²⁴ em 24 de outubro o Delegado do DEOPS, Romeu Tuma, da realização do pleito e a composição da Comissão Eleitoral. Não podemos nesse momento avaliar se esse era um procedimento padrão por parte dos movimentos sociais ou simples submissão à autoridade. Porém, cabe ressaltar o enorme respeito existente entre uma parte a outra. “Sendo só por ora, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos os nossos votos de elevada estima e distinta consideração”²⁵.

Com a data da eleição marcada para o dia 30 de novembro, começou o processo de organização das chapas que iriam concorrer o pleito. Como não poderia deixar de ocorrer, a então diretoria organizou e apoiou uma chapa intitulada *Renovação*, encabeçada pelo candidato a presidente Adalberto Borges (Faculdade de Odontologia), que reivindicava a continuidade do caráter gremial e associativista, com características mutualistas e assistenciais, porém, sem negar a necessidade das mobilizações em prol das demandas econômicas do segmento. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, de 28 de novembro de 1979, a chapa Renovação acreditava

[...] nos resultados de um trabalho que, segundo Adalberto Souza Borges [...] vem sendo realizado junto aos funcionários da USP há um ano e meio. “Esse trabalho – segundo ele – visa uma participação maior dos associados dentro da Asusp, através de diversas atividades que serão promovidas na área social e cultural,

²⁴ Ofício da ASUSP destinado a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo – 24/10/1979.

²⁵ Idem.

além de melhorar a assistência médica e odontológica para os servidores e suas famílias”

“Nossa chapa – continua ele – não coloca como pontos principais de sua plataforma as reivindicações salariais, embora elas estejam implícitas, porque acreditamos que já estão desgastadas. Achamos que muita coisa da atual diretoria teria que ser reformulada e, por isso, precisaremos trazer um número maior de associados para trabalhar na entidade²⁶.

Nesse relato exposto em um jornal de grande circulação, tornava-se evidente a construção de um discurso que buscava absorver parte do segmento ainda alheio às mobilizações de caráter combativo e classista – ou seja, com a consciência ainda atrelada a um perfil mais meritocrático – aliado com falas que buscavam dar tranqüilidade à reitoria da USP, aos órgãos de repressão, ao governo e a uma parte da opinião pública que ainda repelia atitudes consideradas “radicais”.

Apesar da postura da chapa da situação se contrapor a tudo o que fora exposto pelos trabalhadores em educação administrativos durante a greve de 1979, o conjunto da oposição não conseguiu manter a unidade observada durante o movimento, e para a eleição sindical acabou se dividindo em duas chapas: a do então *Movimento de Oposição à direção da Asusp (MOASUSP)* e o seu racha, a *Funcionários Unidos*.

Essa divisão acabou expondo algumas discordâncias que vinham desde a greve no primeiro semestre. De acordo com o Jornal Folha de S. Paulo, a divisão da oposição se deu no processo de negociação da pauta de reivindicações durante a greve. Em entrevista ao jornal, Edson Rodrigues, participante da chapa *Funcionários Unidos*, explica que essa divisão veio da discordância sobre o fim da paralisação, “quando uma parte apoiava o fim da greve na USP a partir da proposta de dois mil cruzeiros de aumento e 20% de antecipação, e outra parte queria continuar paralisada para obter 43%”²⁷.

No entanto, as diferenças não se limitaram a esse detalhe. Em vários materiais de ambas as chapas, poderemos ver que, apesar de concordância em alguns pontos, havia diferentes interpretações e análises que provocaram a divisão. No caso da chapa MOASUSP, encabeçada por José Roberto Stella (Química) as falas oficiais enfatizavam:

²⁶ Jornal Folha de S. Paulo – 28 de novembro de 1979, p. 15.

²⁷ Idem.

[...] a necessidade da vinculação dos funcionários da USP com outras categorias da sociedade, “já que o funcionário também é parte do povo”. Defende a participação do setor “na luta dos trabalhadores pelo direito de greve, única garantia de defesa dos nossos direitos”, bem como a liberdade de expressão, reunião e organização dos funcionários da instituição: “Está na hora de a Universidade ser democratizada”.²⁸

Já a chapa de oposição *Funcionários Unidos*, por sua vez, encabeçada por Luiz Carlos Caseiro (Geociências), apesar de também forjada na luta, dava destaque principal as questões mais específicas dos trabalhadores da USP, sem, no entanto, deixar implícito a luta política externa. De acordo com o artigo divulgado no *Jornal da República*:

[...] também quer melhorias salarial e detalhou mais o seu programa: contra o arrocho e a carestia, pelo reajuste trimestral, com livre negociação, além da regularização dos pagamento adicionais de periculosidade e insalubridade. Pleiteia melhorias no transporte, atendimento gratuito na assistência médica, refeições mais baratas e refeitórios nos institutos, e uma política habitacional que atenda os funcionários. Chama a atenção para a necessidade de maior participação de mulheres na entidade e frisa que “os principais instrumentos dos trabalhadores contra a opressão econômica, social e política são a unidade e a organização”, o que significa “defender de maneira mais consequente a democracia”.²⁹

Contudo, não podemos compreender a divisão da oposição oriunda da greve apenas por essas diferenças de programa de chapa. Se analisarmos com mais cuidado, observaremos que as diferenças se deram principalmente devido a existência de diferentes grupos políticos nos quais a vanguarda do movimento se organizava. De acordo com Magno de Carvalho, essa vanguarda organizada já se expressava nos primeiros momentos de mobilização.

Bom, daí, quando entrei na USP, eu era do PRC já. Já tínhamos essa dissidência. Então, eu identificava algumas pessoas, até pelo tipo de proposta de fazer aqui, tipo, tinha um dos caras que se reuniam com a gente embaixo da árvore era do PCB, que trazia companheira a companheira dele, um outro companheiro colega de escola, da GEO, trabalhava na GEO. Então tinha pessoas que eram militantes de alguma organização, mas a maioria não era. Porque esse grupo cresceu, de meia dúzia aumentamos... Então, tinha algumas pessoas que eram de organização, mas a maior parte era independente. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

²⁸ *Jornal da República* – 23 de novembro de 1979, p. 10.

²⁹ *Idem*

Como estipulado pela Asusp, e organizado pela comissão eleitoral, o pleito para a escolha da nova diretoria da entidade se realizou no dia 30 de novembro. Ao contrário de um prognóstico que nós observadores poderíamos ter a princípio, a divisão da oposição não significou o fortalecimento da chapa da situação. O que constatamos foi na verdade a vitória da chapa que reunia em sua grande parte a vanguarda organizava que externava um programa que aliava as reivindicações pontuais da categoria com as demandas gerais da sociedade, em suas lutas sociais e políticas. A vitória da chapa do MOASUSP significou que os trabalhadores em educação administrativos da Universidade de São Paulo estavam, a passos largos, compreendendo que não estavam isolados em sua realidade restrita a USP, mas que faziam parte de uma realidade bem maior, bem mais abrangente. E que os desafios enfrentados pelos demais trabalhadores de outras categorias do mundo do trabalho no Brasil deveriam fazer parte das lutas cotidianas dentro da universidade. De certa forma, a consciência de classe demonstrava dar um salto qualitativo ao observarmos os resultados dessa eleição. A partir de então, o segmento dos funcionários da USP teria na associação sua referência de luta e combatividade ao longo dos próximos anos.

Avaliando esse período de transição, o então presidente eleito em 1979, José Roberto Stella, em um artigo publicado no Jornal da Asusp nove anos depois, faz uma reflexão desse momento, principalmente no impacto de uma mudança radical na direção política da entidade. Nesse artigo, ele aponta que:

Devido à ideologia da classe dominante estar incutida na cabeça do próprio trabalhador, é comum este considerar que os novos sindicalistas (os combativos e classistas ligados à CUT) são “políticos” no mal sentido e que portanto só se dão ao trabalho de fazer “política”, não sabendo administrar bem a entidade.

A História da Asusp mostra justamente o contrário. Enquanto a entidade esteve nas mãos dos reacionários, conservadores e pelegos, o que existiu foi corrupção, desordem e caos. Quando a oposição assumiu a entidade, em 1979, encontrou dívidas homéricas, e mil problemas.

Esses quase dez anos de uma direção de esquerda na Asusp, não são uma maravilha, até porque esse aspecto da administração tem sido um aprendizado. Porém é visível a mudança ocorrida. Por que considerar que só a direita é competente para administrar? É preciso acabar com o esse mito da competência. (JORNAL DA ASUSP, 02/08/1988)

Não poderia ser esquecido de dizer que o ambiente universitário estava impregnado pela repressão que caracterizou o período e degradou, sobremaneira, as relações humanas, aposentou compulsoriamente muitos dos seus quadros, legitimou a delação policialesca entre os seus pares e que a legitimação de sua subalternização tornar-se-ia cada vez mais racional ou mesmo, dissipada pelo discurso da competência profissional nos próximos anos.

A Asusp e a luta dos trabalhadores brasileiros nos anos 1980

A partir de 1980, a nova direção da Associação dos Servidores da USP, a partir do legado das lutas de 1978/79, começou a esboçar uma nova concepção de atuação sindical na entidade. Seguindo o que já vinha ocorrendo em outros sindicatos e movimentos sociais que se desenvolviam pelo país, os trabalhadores administrativos da universidade – por meio da Asusp – começaram não apenas a atuar de forma mais organizada nas lutas corporativistas próprias, mas também nas mobilizações mais gerais da sociedade brasileira, mais especificamente do conjunto da classe trabalhadora.

O processo de reorganização política que ocorreu nesse período, que culminaria na construção do Partido dos Trabalhadores em 1980, contou com a participação de militantes que atuavam na Asusp, como de demais ativistas do movimento docente e do movimento estudantil. Como apontado pelo professor Henrique Carneiro, membro da diretoria da entidade nos anos 1980:

Nesse período havia um engajamento, mas era mais do ponto de vista de cada enquanto militante. O sindicato não tinha uma relação com o PT, que fosse institucional. A relação era na medida em que cada um de seus diretores era parte de uma das correntes que estavam participando da construção do PT. (2016)

Porém, esse processo não se limitou a construção desse partido. O momento como um todo exigia da classe trabalhadora brasileira a necessidade de construção de novos instrumentos de luta, não apenas política, mas, sobretudo sindical e massivo. Será nesse processo que surgiram novas entidades de caráter mais gerais, entre elas, a Central Única dos Trabalhadores.

No caso da Asusp, os membros de sua direção e a vanguarda organizada participaram ativamente na construção dessa Central, algo que a legislação em vigor proibia. Todavia, isso não significava que não havia contradições, ou até mesmo situações confusas, que permeava o processo. Como nos aponta Magno de Carvalho:

Nós participamos ativamente de todo esse processo de construção dessa... A USP teve uma importância grande nessa, primeiro na unificação do funcionalismo, depois a gente disputou... tinha uma federação de servidores públicos do Estado de São Paulo, que começou a vir nas reuniões dessa CGP, que era esse comando. E era uma turma que não tinha nada a ver com a gente. Contra a greve, contra isso, contra aquilo. Mas como a gente conseguiu fazer um movimento grande, eles colaram na gente porque queriam ser recebidos no palácio. E o governador, muito esperto, só recebia quem estava mobilizado. Essa pelegada não tinha base, não tinha nada. tinham grandes colônias de férias, de tal, mas não tinham... E então disputamos essa federação, e ganhamos. Eu fiquei como secretário-geral dessa federação. Por isso eu entrei na direção da CUT, na primeira direção nacional pró-CUT, como Federação dos Servidores do Estado de São Paulo. FEPASP. (entrevista concedida em /2016)

O relato de Magno de Carvalho nos apresenta elementos bastante interessantes para serem analisados. Ao iniciar nossas pesquisas sobre a história sindical brasileira, temos a inocência em acreditar que o processo se desenvolve de forma harmônica, uniforme, e que o conjunto da classe trabalhadora – ou de alguma categoria ou segmento – desenvolve sua consciência de classe de forma unitária. Porém, as evidências históricas levantadas nos apontam outro caminho. Ao contrário, o que podemos constatar é o desenrolar de um processo altamente contraditório, no qual diferentes formas de compreensão dos trabalhadores em um período histórico se chocam, como no caso descrito acima. Em seu depoimento, Carvalho nos aponta que a construção da Central Única dos Trabalhadores teve que passar por meio de outras estruturas que, naquele momento, os integrantes do chamado “Novo Sindicalismo” criticavam como “pelegas”. É o caso da descrita FEPASP, trazida à luz do dia das lutas políticas sindicais como uma das entidades que tiveram espaço na comissão pró-CUT, que resultaria na criação da central, em 1983, em plena vigência do truculento governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, defensor da deflagração de uma guerra civil para debelar o comunismo no Brasil.

Conseqüentemente, esse processo não seria feito com um enfrentamento isolado da vanguarda organizada na Asusp. A direção dessa entidade estava ligada a outros grupos políticos que compunham unidade em outras frentes, de outras categorias profissionais. Como descreveu Carvalho:

Aí nós já tínhamos esse contato mais estreito com o pessoal de São Paulo, apesar que, ideologicamente, mais politicamente, a gente era muito mais vinculado ao pessoal das oposições, como a oposição dos metalúrgicos de São Paulo, que era bem a esquerda do Novo Sindicalismo de São Bernardo. Então tinha uma divisão clara dentro dessa construção da CUT e tal. (2016)

Cabe aqui ressaltar que a unidade com outros grupos, ou até mesmo com outras formas de concepção sindical não significou rendição incondicional às forças hegemônicas do movimento. Do contrário, observaremos internamente a continuidade do debate e a disputa pela direção política do processo, principalmente no âmbito da CUT e do PT. Henrique Carneiro, antigo dirigente da Asusp nos anos 1980, esclarece que a atuação dos ativistas da entidade dos funcionários da USP se colocou como uma das alas mais a esquerda do processo. Segundo ele:

[...] eu acho que aqui é talvez uma das expressões mais radicalizadas de um “novo sindicalismo”, que se opunha a toda estrutura sindical vigente, enfim, do peleguismo oficial das estruturas confederadas, e aqui havia um particular espaço para as correntes mais a esquerda, devido a própria existência desse debate e dessas correntes também no âmbito do movimento estudantil. Então, eu acho que a construção do PT e da CUT foram, naquele momento, engajamentos no qual o Sintusp teve um papel muito grande, e já numa perspectiva de crítica também pela esquerda ao grupo dirigente do PT, desde a sua origem, ou seja, o grupo que irá ser chamado de Articulação dos 113, que era a corrente lulista. Então, a postura do Sintusp sempre foi, digamos, de uma ala esquerda do Novo Sindicalismo [...]. (CARNEIRO, 2016)

Não obstante, não podemos nos esquecer de que a própria direção que assumiu o controle da Asusp a partir de novembro de 1979 – e que se manteria ao longo da década de 1980 – não era uniforme, ou seja, seus membros não pertenciam à mesma organização ou grupo político. Na verdade, o que existia era uma frente de diversos militantes de esquerda que se unificavam em torno de um programa mínimo para a atuação sindical, mas que em vários momentos expunha suas diferenças políticas.

[...] eu vinha de uma corrente, que era a Liga Operária/Convergência Socialista, depois que virou o PSTU, que era vinculada a uma tradição trotskista, e que, portanto tinha uma crítica muito grande ao sistema vigente na União Soviética, como algo que havia se degenerado completamente de uma noção original de socialismo. E o grupo ligado ao Magno vinha de uma outra vertente, que era a ruptura do PCdoB. Então, eles tinham sido maoístas na origem, e depois ainda mantinham alguns elementos da concepção que a gente chamava de frentepopulista, e que via como necessária a aliança com setores da burguesia para se promover uma democratização do país, enquanto a gente enfatizava, sobretudo, os elementos da independência de classe [...] (CARNEIRO, 2016)

A mesma fala é apresentada por Brandão, quando ele expõe “Que na época, quando iniciou os primeiros ‘bafos’ do ascenso operário no país, tinha um pessoal aqui que militava contra a ditadura na clandestinidade, [...]. E tinha a gente do PCdoB, do PCB, do MR8, da LIBELU”. (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016)

Essa divisão ideológica e organizativa também acabava indo para outros espaços, como o Partido dos Trabalhadores (por meio das mais diferentes correntes e tendências internas) como também na própria Central Única dos Trabalhadores. Como podemos analisar, a própria direção da Asusp estava dividida quando se tratava da sua atuação política no interior da CUT.

[...] a CUT estava dividida entre uma direção ligada a uma corrente majoritária do PT, enfim, a corrente lulista, e uma oposição que tinha duas vertentes; uma era a vertente chamada “CUT pela Base”, e outra era a vertente dos setores trotskistas. Então, a gente estava na oposição à direção majoritária, mas em correntes que não era a mesma. (CARNEIRO 2016)

No entanto, como podemos constatar, o processo que se dava era tão dinâmico e complexo, o que demonstra que a existência de uma entidade sindical mais combativa tivesse um papel fundamental no desenvolvimento de outras entidades, impulsionado pelos fatores objetivos e subjetivos do momento histórico. Um exemplo é a participação da Asusp no interior da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileira – hoje FASUBRA – que fora fundada em 19 de dezembro de 1978³⁰. De acordo com Magno de Carvalho:

³⁰ Site da FASUBRA: <http://www.fasubra.org.br/documentos/fasubra.pdf> - acessado em 16/10/2016.

[...] a FASUBRA também era uma entidade que estava na mão da direita. E um dia fomos procurados aqui por um pessoal do Rio de Janeiro e mais um do Espírito Santo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Espírito Santo. E aí, eles disseram que precisavam que a nossa entidade, naquele tempo era Asusp ainda, se filiasse, pelo número de trabalhadores que tínhamos, pelo número de delegados que tínhamos direito no congresso. Eles tinham a condição de derrubar a pelegada, essa turma da direita que estava incrustada há muito tempo. E aí nós entramos na FASUBRA, e levamos a quantidade de delegados que tínhamos direito, mais de 80 delegados, uma coisa assim. E realmente ganhamos o congresso, houve uma disputa de chapa entre a direita, com essa chapa... Eu fui três vezes diretor da FASUBRA. (2016)

A atuação política fora dos muros da universidade

O cotidiano da Associação dos Servidores da USP não se limitava a organização das lutas corporativistas do segmento dos trabalhadores em educação administrativos da universidade, como também não se limitava a uma luta sindical conjunta com outras categorias profissionais por meio da participação em federações ou centrais sindicais. A conjuntura nacional, em ebulição política resultada do enfraquecimento do regime civil-militar instaurado em 1964 – que se encontrava em suas últimas forças na primeira metade da década de 1980 – forçou o engajamento dessa entidade no debate e na luta pela redemocratização do Brasil.

Os meses entre o final de 1983 e abril de 1984 representaram um momento de crise da ditadura, evidenciada por um movimento de massas que entraria para a História do Brasil, exemplificada no caso da campanha pelas *Diretas Já*. Como já exposto no primeiro capítulo, esse movimento representou o florescimento de forças sociais que questionavam o regime político e a ordem econômica instaurada por ele. O movimento sindical fez parte como força social e política e, com os demais movimentos sociais, participou das grandes mobilizações de massa que provocariam o fim da sustentação política da ditadura.

Como parte integrante do Novo Sindicalismo, a Asusp participou ativamente desse processo, não se furtando a usar de sua estrutura sindical para mobilizar os trabalhadores em educação administrativos da USP, e a participarem desse movimento, ao lado de outros segmentos internos da universidade, como os docentes e o movimento estudantil. “E a gente conseguiu ter uma participação

grande de funcionários, junto com os estudantes. Então, todo aquele processo de luta pelas Diretas Já, tudo isso participamos muito desse movimento” (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

No entanto, o movimento das Diretas Já não obteve os resultados desejados a princípio. A derrota na votação da emenda Dante de Oliveira em abril de 1984 provocou um sentimento de derrota imediata em amplos setores. A saída imposta não foi a que se configurou nos últimos meses da campanha, o que não permitiu rupturas profundas no modelo econômico-social, nem fraturas na elite dominante do país. Ou seja, o processo de redemocratização do Brasil acabou adotando uma saída negociada que não provocou mudanças substanciais na República brasileira.

Apesar desse revés, a luta política a qual fazia parte a Asusp não terminou por aí. Os embates com a nova realidade política pós-1985 ainda se fizeram presente no debate entre os funcionários da universidade, intermediados por sua entidade. A questão nesse momento era como se localizar diante dessa nova conjuntura.

O governo Sarney, a gente nunca reconheceu que tivesse legitimidade, porque ele já era resultado de um Colégio Eleitoral indireto, e ainda por cima a figura que representava a oposição, que era o peemedebista do Tancredo tinha morrido, e quem chega ao poder era o próprio líder do partido da ditadura que tinha, de última hora, mudado de barco. Então, o Sarney era particularmente inaceitável.

Porém, isso era um desafio para uma entidade sindical representativa de um segmento ou categoria de trabalhadores, seja qual ela for. Eis um ponto de debate importante a ser colocado: como formar uma consciência de classe combativa entre os trabalhadores – inclusive baseados em um projeto revolucionário defendido por algumas correntes internas – ao mesmo tempo em que precisa arrancar por meio das lutas cotidianas demandas imediatas que só poderiam ser conquistadas com o misto de pressão da mobilização e negociação com o patronato? Por isso, não era uma resposta fácil colocar simplesmente que não se reconhecia um governo de plantão. Desafio esse exposto por Henrique Carneiro, o qual coloca que:

[...] não era “não reconhecer”, enfim, era denunciar a sua ilegitimidade. Eu não sei lhe dizer a formulação exata enquanto reivindicação que se fazia na época, mas o sentido de conteúdo era esse, não reconhecer a legitimidade do ponto de vista de que era um

governo que não tinha nenhum tipo de amparo popular. Era um governo escolhido indiretamente. (2016)

A Asusp e a constituinte

A redemocratização do país, apesar de sofrer um revés com a derrota da emenda parlamentar do deputado Dante de Oliveira em abril de 1984, se tornou irreversível à medida que a ditadura civil-militar não conseguia mais se sustentar devido a suas próprias contradições.

Com a ascensão da chamada Nova República, a partir do governo do presidente José Sarney, o novo regime precisava se estruturar e se legitimar a partir de uma nova Constituição Nacional. Para isso, foi convocada uma Assembleia Constituinte, que teria como objetivo elaborar uma nova carta magna para o país, buscando refletir os novos tempos e a nova conjuntura política e social do Brasil.

Despertou-se entre os movimentos sociais a necessidade de se engajarem nesse debate público em torno da constituição. Da necessidade da conquista e garantia de direitos sociais e a tentativa de edificação de um Estado provedor – mesmo que nos limites das concepções liberais e burguesas –, o movimento sindical se colocou presente na luta pela conquista das liberdades democráticas, como atesta Brandão em entrevista. “Foi feito um debate sobre a Constituição na época. [...] o pessoal avaliou que havia conquistas na Constituição, embora não fosse a Constituição desejada.” (2016)

A mesma posição foi apresentada por Magno de Carvalho, quando ele atesta que:

[...] na Constituinte inclusive nós tivemos uma participação grande, principalmente na discussão ao direito de sindicalização. Nós chegamos a ir em Brasília, conversar com os constituintes, fizemos um movimento muito grande... não só nós, mas havia gente do Brasil todo, mas a gente teve uma atuação muito [forte]. [...]
Na Constituinte não foi apenas essa luta, mas a questão central foi essa luta de direito de sindicalização. (2016)

No entanto, nem tudo era calmo nesse processo. Houve muitas polêmicas em torno da nova constituição, elaborada a partir de acordos e concessões realizadas pelas forças político/partidárias presentes na Assembleia Constituinte. Parte das

forças progressivas que participaram dos debates internos e externos apontaram que o texto final não correspondia aos anseios gerais da sociedade brasileira, e que, por isso, não avançava de fato nas conquistas sociais e econômicas para a classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores, que na Assembleia Constituinte contava com apenas 16 deputados, realizou profundos debates polemizando com as forças conservadoras e com o bloco do “Centrão”, denunciando o caráter do texto que estava para ser aprovado. As expectativas de uma nova Carta que permitiria de fato a transformação que a sociedade brasileira desejava, nas palavras da direção do PT, tornavam-se frustrantes. De acordo com o pronunciamento da declaração de voto da bancada petista na votação do texto final da nova Constituição, o então deputado Luiz Inácio Lula da Silva declarou:

O Partido dos Trabalhadores fez um estudo minucioso, através da sua bancada e da sua direção, e chegou à conclusão de que houve alguns avanços na Constituição; de que houve avanços na ordem social, de que houve avanços na questão do direito dos trabalhadores, mas foram avanços aquém daquilo que a classe trabalhadora esperava acontecesse aqui, na Constituinte. Entramos aqui querendo quarenta horas semanais e ficamos com quarenta e quatro horas; entramos aqui querendo férias em dobro e ficamos apenas com um terço a mais nas férias; entramos aqui querendo o fim da hora extra ou, depois, a hora extra em dobro, e ficamos apenas com 50%, recebendo menos do que aquilo que o Tribunal já dava. Algumas conquistas consideradas importantes não passaram, nem sequer de perto, para que a classe trabalhadora pudesse ter o sabor e o prazer de festejar essas conquistas. (LULA, 2011)

Nesse embate, seguindo a linha política do Partido dos Trabalhadores e chegando a mesma conclusão em torno dos avanços e retrocessos do texto final, grande parte da direção da Asusp se posicionou contra a assinatura da nova Constituição, como nos aponta Magno de Carvalho:

E no fim fomos contra se assinar aquela Constituinte de 1988, naquela Constituição de 1988. A nossa posição era essa. O PT também acabou tendo essa posição. Rachou o PT. Eu me lembro que o Genoíno defendia que assinasse, o Lula vacilou, não sei se no final ele defendia que não tinha que assinar. Mas todo esse processo nós participamos bastante. Essa discussão toda. Principalmente dentro do PT.

Em um artigo publicado no Jornal da Asusp, em 27 de setembro de 1988, a diretoria da entidade explicava para os trabalhadores administrativos os limites da constituição que estava para ser votada, apontando lacunas e limites, mesmo diante daquilo que eles consideravam como conquista, como o caso do direito de greve e a livre sindicalização de servidores públicos.

Assim, é com o direito de greve que, embora tenha sido aprovado como geral e irrestrito, vem junto com a possibilidade das forças armadas intervirem quando acharem necessário. O direito dos funcionários públicos se sindicalizarem é semelhante: o governo vai tentar dar um jeito de dizer de que forma deve ser o sindicato desses trabalhadores e também fará tudo para ter estes sindicatos em suas mãos. (Jornal da ASUSP, 27/09/1988)

Apesar de resistências de parte dos movimentos sociais, a nova Constituição Federal foi aprovada pela Assembleia em 22 de setembro de 1988, e promulgada em 5 de outubro. Apontada como limitada, do ponto de vista sindical trazia uma conquista importante para o movimento dos trabalhadores do serviço público no Brasil: o direito de sindicalização. Mesmo que na prática as entidades representativas de servidores públicos, sejam elas municipais, estaduais ou federais já atuassem a partir de uma perspectiva e concepção sindical – exemplificado pelos seus métodos e ações – o reconhecimento enquanto sindicato garantiria alguns direitos e, principalmente, o reconhecimento oficial por parte do Ministério do Trabalho, ou seja, do Estado brasileiro.

Essa nova realidade iniciada a partir da nova constituição resultou em um rápido, porém, profundo debate no interior da Universidade de São Paulo. Tanto os professores quanto os funcionários se convergiram para a construção de um consenso em torno da temática. No entanto, veremos que no caso da ADUSP, devido a suas características peculiares, os docentes tenham se decidido em manter enquanto associação em sua denominação, mas como seção sindical do ANDES-SN, que se tornaria sindicato nacional nesse mesmo período.

Já com a Asusp foi diferente. O debate foi rápido, mas com resultados diferentes em comparação com os professores. E esse debate se deu em meio a um forte movimento grevista que duraria 56 dias (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016). A decisão final ficou por conta de uma assembleia geral de funcionários da USP, convocada para o dia 28 de outubro de 1988 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), apenas 23 dias após a promulgação da nova constituição. A

proposta de transformação da Asusp em um sindicato acabou ganhando o debate, não sem antes haver oposição de alguns funcionários. “[...] de uns setores de direita que eram mais ativos na época, [...] pouca gente votou contra a proposta de transformar a nossa associação em sindicato” (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016). Nascia assim o Sindicato dos Trabalhadores da USP – Sintusp.

O resultado dessa vitória organizativa foi comemorado pela diretoria da entidade. Com uma manchete intitulada *Agora somos um sindicato*, a mesma aponta a conquista como marco fundamental na luta pelo direito sindical. “O 28 de outubro passado foi um dia histórico para nós, funcionários da maior universidade brasileira. Fundamos talvez o primeiro ou um dos primeiros sindicatos de funcionários públicos deste país.” (Jornal da ASUSP, 02/11/1988) O artigo vem acompanhado de uma ilustração que simbolizava bem esse momento: a mudança da placa da Asusp – ainda pendurada, em sinal de respeito – para a placa do Sintusp.

O mesmo artigo ressaltava um fator importante colocado como tarefa para o movimento dos trabalhadores da USP. A fundação do nosso sindicato deveria ser “um passo importante rumo ao sindicato que queremos: O Sindicato dos Trabalhadores Públicos do Estado de São Paulo.” (idem)

Algumas polêmicas permaneciam. É o caso de um artigo assinado por Rosana Bullara, que aponta a necessidade de aprofundar o debate sobre a importância de um sindicato na vida cotidiana da categoria. Algo que não estava muito claro, como evidenciava a sua análise sobre a pouca adesão a Campanha de Filiação desencadeada durante a greve desse ano. “A Asusp não mais existe. Em seu lugar nasce um sindicato – Sintusp [...]. Mas, será que está realmente claro o que é um sindicato? Qual a importância de se filiar a ele? Na minha opinião, não” (Jornal da ASUP, 02/11/1988).

Não obstante, o entusiasmo em torno do surgimento do Sintusp era evidente, como pode ser constatado em outro artigo, publicado no mesmo jornal. Com o título “*Foi lindo!!!*”, a autora Eliana Ramos expõe toda a emoção vivida pelos presentes durante a assembleia de fundação do novo sindicato.

A mesa na conseguia mais encaminhar os trabalhos porque a emoção travava a garganta e enchia os olhos de lágrimas. A plenária, em pé, erguia os punhos e gritava repetidas vezes: “Sindicato!”. E, ajoelhado no meio, o Henrique chorava... Na minha cabeça, como um relâmpago, passava a história. Dessa pequena Associação, arrancada da mão dos pelegos, que participou

e ajudou a construir a CUT, que desde 79 tenta construir a unificação do funcionalismo, chegando, em algumas ocasiões, a dar o ponta pé inicial para a greve. [...]

Num “flash”, as lutas passaram pela minha cabeça. As lutas, as conquistas, os sonhos impossíveis [...] tornados realidade.

Em lembrança a esse episódio, durante as comemorações dos 70 anos de fundação da Universidade de São Paulo, em 2004, o Sintusp inaugurou uma placa no exato local onde se realizavam as primeiras reuniões e assembleias de funcionários, próximo ao Prédio da FFLCH. Hoje vandalizada, a placa rememora os momentos marcantes que culminaram na criação daquele que é considerado pelo conjunto do movimento sindical o mais combativo – e também o mais radical – sindicato de funcionários públicos do país (CARVALHO, 2016).

Ao comemorar os 70 anos da USP, lembramos o nascimento do Sintusp – Sindicato dos Trabalhadores da USP, com ousadia e coragem, funcionários desta Universidade, no final da década de 70 criaram a CAF – Comissão Aberta de Funcionários, composta por Fernandão (História), Magno (ECA), Marlene (Filosofia), José Roberto, Anselmo, Lúcia e Renatinho (Instituto de Química). Discutiam a organização e a luta dos trabalhadores embaixo desta árvore, cozinhando uma feijoada de ideias, pensamentos e lutas, puxando a primeira greve dos funcionários da Universidade de São Paulo, que foram as sementes para o nascimento e oficialização, em 28 de outubro de 1988, do Sintusp, sendo o primeiro sindicato dos servidores públicos no Brasil. São Paulo, 02 de abril de 2004.

Capítulo 4

As lutas políticas e o desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores da USP

A consciência, a luta...

Compartilhamos da compreensão de que uma possível consciência de classe entre os trabalhadores (em geral, ou em uma categoria profissional e/ou vanguarda específica) se desenvolve a partir das experiências práticas vividas pelos sujeitos sociais, aliado a uma profunda reflexão sobre o mesmo, naquilo que se convencionou chamar de práxis.

Sobre essa questão, possuímos uma grande contribuição teórica no campo do materialismo histórico-dialético, a começar por Karl Marx. Em seus escritos publicados, postumamente, em forma de livro, com o título *A Miséria da Filosofia*, ele apresenta uma importante contribuição para entendermos esse fenômeno:

As condições econômicas tinham primeiramente transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum de interesses comuns. Assim, essa massa já constitui uma classe em relação ao capital, porém não para ela mesma. Na luta da qual assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, constitui-se em classe por si própria. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. A luta, porém, entre classe e classe é uma luta política. (Marx, 2008, p. 190)

Para isso, além das contribuições de Marx e Engels, nos propomos a usar outros, como por exemplo, as análises de Edward Palmer Thompson. Ao estudar o surgimento da classe operária inglesa, Thompson faz uma análise bastante esclarecedora acerca das origens do proletariado na Inglaterra no século XVIII. No entanto, para isso, busca interpretar o fenômeno não apenas como determinações objetivas operadas no âmbito das relações estabelecidas pelo modo de produção

factualmente, mas no processo histórico de seu desenvolvimento. Busca compreender a formação cultural e principalmente o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores nesse processo. Essa compreensão parte de uma análise histórica, no qual o mesmo aponta que tanto uma classe social, quanto a sua consciência parte de uma construção histórica, gestada a partir das suas experiências. “Se lembramos que classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira [mecânica]” (THOMPSON, 1987, p. 11).

É a experiência que se produz no corpo a corpo da luta e da materialidade da vida que desenvolve a consciência de classe, como resultado de um constructo cultural e histórico, que se estrutura e se desenvolve no âmbito das ações coletivas, e não na esfera do indivíduo; é o ser social que se torna determinante na formação da consciência classista.

Thompson busca fugir da concepção mecanicista de classe social, vista normalmente – mesmo entre os marxistas – como algo “imposta às evidências” (1987, p. 10). Classe social não é definida simplesmente observando a posição em que se encontra o indivíduo no modo de produção econômico – infraestrutura – de forma simplória, mas a partir de sua experiência histórica:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (Thompson, 1987, p. 11 - 12)

Em um artigo de 1991, Edward Thompson defende que a classe seja uma categoria histórica observada no processo também histórico, somente possível de ser percebida e analisada ao longo do tempo, e não enquanto fato estático, existente instantaneamente, usando para isso de categorias estáticas comuns na tradição sociológica e em muitos trabalhos acerca do tema. Para ele, não pode ser encontrada abstratamente, mas materializada em ações, comportamentos, aspectos culturais coletivos e na capacidade autointerpretativa de seus próprios membros. Segundo Thompson, classe social e consciência de classe são consequências de um processo, e não o início do mesmo:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (1991, p. 28)

No entanto, observa Thompson, se analisarmos apenas a partir dos pressupostos da tradição sociológica, observaremos que classe é um elemento estático existente e imposto pelo modo de produção como algo feito, e como consequência dessa realidade desenvolve a consciência de classe. Isso não significa que o historiador britânico desconsidere que a formação da classe social – no caso o proletariado – seja independente de determinações objetivas, mas destaca a necessidade de analisar tais situações existentes no modo de produção capitalista como um processo histórico, em movimento constante e resultando em reflexos do fenômeno estudado, e não ao contrário. No livro “*Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase*”, Edward Thompson aponta que:

Las clases acaecen al *vivir* los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al *experimentar* sus situaciones determinantes, dentro “del conjunto de relaciones sociales”, com uma cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias em formas culturales.³¹ (1984, p. 38)

Todavia, há polêmicas nesse debate, inclusive dentro do campo do marxismo. Quando pesquisamos sobre os trabalhadores docentes (os professores), levantamos que muitos pesquisadores, da área educacional, não têm acordos em classificá-los enquanto trabalhadores, muito menos como membros de uma classe que se constitui entre os que vivem do seu próprio trabalho.

No campo sociológico, autores como Armando Boito Jr., baseando-se nos escritos de Lukács e de forma bastante clara e convincente, apontam uma caracterização de classe média aos professores e ao seu sindicalismo, “um

³¹ “A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.” (tradução nossa).

sindicalismo marcado pela ideologia meritocrática” (Boito Jr., 2007, p. 237). Posição compartilhada por Tania Maria Granzotto, em sua destacada tese sobre o sindicalismo público no interior das universidades paulistas (2010).

A compreensão mais aprofundada dessa problemática que tem mobilizado, permanentemente, os esforços dos estudiosos marxistas nos remetem as palavras de Engels (1987, pp. 39-40), pelas quais na

[...] concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente uma ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma. Há ação e reação de todos esses fatores [...] as condições políticas etc., e certamente as tradições que assombam os cérebros dos homens também desempenham um papel [...]

Diante dessa contribuição teórica, podemos reivindicar que o desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores em educação administrativos da Universidade de São Paulo ocorreu no período entre 1978 e 1988. As lutas sindicais e políticas desencadeadas e organizadas por sua principal entidade representativa – no caso a Asusp – só foi possível devido à existência de uma categoria que lhe fosse a sustentação enquanto base social. Isolada, a dita direção do movimento não poderia prosseguir, ou até mesmo organizar lutas ferozes e prolongadas de enfrentamento a reitoria, ao governo do Estado e ao próprio regime.

No entanto, não observamos esse processo como algo linear, em contínuo crescimento cartesiano. Ao contrário, ele se apresenta como um processo altamente contraditório, com avanços e recuos, com características que colocadas frente a frente se contradizem, em um constante envolvimento dialético. A possível consciência de classe observada no período histórico estudado não é o mesmo do período anterior, muito menos de um período posterior. Nesse caso, devemos

observar esse desenvolvimento como uma onda gráfica com ascensos e retrocessos, alimentadas pela conjuntura política, econômica e social (fatores objetivos) e por elementos de ação política (fatores subjetivos). Aliás, sem esses elementos, a luta sindical – por mais radicalizada que fosse – se limitaria no campo do corporativismo e do imediatismo. Como, certa vez, constatou um destacado dirigente do movimento operário internacional:

Os operários, já dissemos, não podiam ter ainda consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. (LENIN, 2010, p. 89)

Para a conclusão sobre esse desenvolvimento na USP, consideramos os apontamentos realizados por nossos entrevistados, como também os resultados políticos do período. A princípio pode aparentar não conclusivos, porém, nos apontam indícios que devemos considerar.

Tomemos como caso os apontamentos realizados por Magno de Carvalho. Sobre as contradições existentes no interior do segmento dos funcionários da USP, ele explica que existe atualmente certa divisão entre os próprios, se observarmos não apenas sua concepção ideológica; mas também sua postura diante de mobilizações realizadas, e que isso é uma realidade mesmo na década de 1980, período de grande agitação e de presença quase que hegemônica das ideias de mudanças e transformações sociais e políticas.

Alguns trabalhadores da universidade que... Principalmente o pessoal mais, das áreas mais burocratizadas da universidade. Pessoal de mais alto salário. Mas também tem um ou outro que não é. É peão mesmo de... que acaba ganho para esse pensamento de direita. Mas tem uma divisão bem, não é de classe, é claro, mas de extratos sociais aqui dentro. Tanto que a maior parte dos nossos sócios é o pessoal de nível básico e técnico. Muito pouco do nível superior. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Interessante analisar que mesmo entre os trabalhadores em educação administrativos da Universidade de São Paulo se reproduzem aparentemente as características sociais existentes na sociedade moderna capitalista. Mesmo que todos esses trabalhadores, do ponto de vista da estrutura do capital, pertencem a uma mesma classe social – a dos trabalhadores, ou melhor, daqueles que vivem de

seu trabalho (e de um salário) – existem diferenciações e até mesmo antagonismos, como se fossem de classes sociais distintas. Nas falas de nossos entrevistados isso se torna evidente, quando se aponta a existência daqueles que exercem funções mais subalternas (limpeza, manutenção, etc.) e aqueles que exercem funções mais técnicas e burocráticas (os técnicos, os de cargos superiores).

Aqui a categoria é muito peculiar porque ela não tem homogeneidade, ela é muito diversificada. Então, você tem alguns funcionários que são verdadeiros “marajás”, que são os mais altos salários da universidade, acima, inclusive, do corpo docente. Os mais altos salários são de funcionários. O Boris Fausto, que era assessor jurídico da reitoria, é um dos que tem esse altíssimo salário. E isso cria uma dificuldade de você contemplar os interesses que vão desde um trabalhador da prefeitura (da USP) que recebe quase um salário mínimo e vive em condições ultra precárias – alguns inclusive morando na favela aqui próximo da São Remo – até funcionários de formação, enfim, de pós-doutorado, que estão em laboratórios operando equipamentos de milhões de dólares, com enorme expertise e técnica, e que recebem salários adequados a essa expertise. Então é um sindicato de características peculiares de sua diversidade, de sua heterogeneidade de setores componentes de sua base. (CARNEIRO, 2016)

E essa diferença entre as distintas funções e cargos no interior do segmento de funcionários da USP também se expressava durante as lutas das campanhas salariais e mesmo políticas.

Quando falei que desde 1979 a direita teve 30% dos votos aqui, ou quase isso, e nós 70%, isso já expressava que quem votou na direita era direita mesmo. Todo o programa deles era de direita. Mas isso sempre se expressou. Nós tivemos uma parcela da categoria que ideologicamente ganhou para o pensamento de direito, tinha gente que votava no Maluf, que votava nos partidos da direita mesmo, tradicional, e que também uma parte desse pessoal, em época de greve não entrava. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

No entanto, a possível existência de conflitos no interior do segmento dos trabalhadores em educação administrativos da USP, apesar de real, não representou de fato o pilar fundamental dessa história. “Apesar de que aqui na ECA mesmo conhecemos um malufista roxo, e era grevista, piqueteiro, chegava na greve e fazia piquete com a gente.” (CARVALHO, entrevista concedida em 2016). Ao contrário, a combatividade expressa por esses trabalhadores e pela entidade sindical configurou esse conjunto como um dos mais atuantes do movimento sindical

do serviço público em questão, sendo peça chave nas lutas do funcionalismo público entre o final dos anos 1970 e ao longo de toda a década seguinte.

[...] as campanhas daquela época se vinculavam a luta geral do funcionalismo estadual. Porque havia negociações em torno de índices de reajustes que eram conjuntos para todo o funcionalismo. Então, houve uma campanha que eu não vou conseguir dizer o ano que foi, que houve uma enorme passeata em direção ao Palácio dos Bandeirantes, que sofreu repressão da cavalaria, e não era apenas da USP mas todos os servidores estaduais, sobretudo os da educação ligados à APEOESP, e aquela eu acho que foi uma das campanhas que mais houve impacto em toda a cidade, porque no dia seguinte foi manchete em todos os jornais; a cavalaria atacando professores, pessoas idosas e tudo. E eu me recordo que fomos em passeata daqui até lá, enfim, um movimento bastante forte, bastante engajado. Essa é a que me recordo, que teve um maior impacto na vida geral da cidade. (CARNEIRO, 2016)

A consciência, os embates políticos...

Não foi só de lutas corporativistas que marcaram a atuação do conjunto dos funcionários da USP e de sua entidade, a Asusp/Sintusp. Como já vimos anteriormente, esse conjunto atuou fortemente na luta contra a ditadura civil-militar, que, representando um segmento maior, acreditava que a derrocada do regime se daria com a entrada em cena da classe trabalhadora como um todo. Por isso, a existência de palavras de ordem, consignas, intervenções em atos e materiais que denunciavam cotidianamente a ditadura e seu caráter de classe, além de se tentar construir uma solidariedade de luta entre todos os trabalhadores do país. A Campanha das Diretas Já, lembrada no capítulo anterior, demonstra bem essa situação.

O debate – e o embate – político se fez presente no período estudado no interior da universidade brasileira. O mesmo se repetiu com força na USP. Todo o avanço na formação de uma possível consciência de classe não se represaria diante de um desafio que se colocava na ordem do dia, ao final da década de 1980. Além do processo de redemocratização, a eleição de 1989 seria o ponto nevrálgico desse processo. Porém, ele começa um pouco antes.

No período anterior, entre 1987 1989, o Brasil havia mergulhado em uma profunda crise econômica, de conseqüências quase que catastróficas, no qual a

condição de vida dos trabalhadores piorava cada vez mais. O governo Sarney, que assumiu logo depois a morte de Tancredo Neves, enfrentava enorme oposição dos trabalhadores e das massas em geral, naquilo que se chamou de sarneyzação³². Uma grande crise política que fez com que o governo fosse se arrastando até a eleição do próximo presidente.

Seguidos planos econômicos foram lançados, com a expectativa de se frear a inflação galopante. Muitos destes pacotes batiam de frente diretamente com os trabalhadores, pois seus reajustes salariais ficavam comprometidos.

Além disso, a crise do governo Sarney extrapolava a simples questão econômica. Para os movimentos sociais em geral, e mais especificamente o movimento sindical de caráter “classista”, fazia-se uma forte oposição devido a uma questão política clara. Segundo Henrique Carneiro:

Eu me lembro que a questão do Sarney, na épica, já tinha sido motivo de uma grande objeção de várias correntes de esquerda, que era a própria legitimidade de sua ascensão ao poder. E a gente já defendia que houvesse um outro processo de participação popular que levasse a uma eleição direta, que de fato só veio a ocorrer com a eleição de 1989, que foi a primeira eleição direta no Brasil. (2016)

E mais:

O governo Sarney, a gente nunca reconheceu que tivesse legitimidade, porque ele já era resultado de um Colégio Eleitoral indireto, e ainda por cima a figura que representava a oposição, que era o peemedebista do Tancredo tinha morrido, e quem chega ao poder era o próprio líder do partido da ditadura que tinha, de ultima hora, mudado de barco. Então, o Sarney era particularmente inaceitável. (2016)

Neste contexto, chegamos ao ano de 1988. O ano da Constituinte e de esperanças de mudanças. Sarney lançaria o seu famoso Plano Verão, que consistia no congelamento de preços, incluindo os salários, tanto do setor privado quanto do público. Tal condição fez com que ocasionasse a famosa greve de ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em novembro deste ano.

Tendo como objetivo o reajuste salarial com base no índice do Dieese, a reposição salarial de 26,06% do expurgo da inflação, uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, a readmissão dos demitidos em agosto de 1987, o reconhecimento

³² Sarneyzação foi a denominação à um tipo de processo onde o governo sofre um desgaste profundo, no qual o mesmo não consegue ter mais governabilidade. O governo de Sarney foi caracterizado sobre esta situação.

oficial dos representantes sindicais eleitos e a divulgação do Sistema de Classificação de Cargos e Salários, os trabalhadores ocuparam a usina no dia 7 de novembro. Dois dias depois o exército é chamado a intervir e a colocar em prática a reintegração de posse para o Estado. O que acabou ocorrendo foi um confronto que ocasionou a morte de três operários³³, no que foi conhecido como o massacre da CSN. A greve terminaria no dia 23.

[...] O governo reagiu com uma verdadeira operação militar repressiva e o impacto acabou se voltando contra o governo Sarney; a radicalização política da situação acabou por precipitar a eleição de uma série de prefeitos do PT em 88 em cidades chaves, e que não eram antes previstas, tais como: São Paulo, Porto Alegre, São Bernardo, Ipatinga e outras. O PT havia simbolizado em política o que a CUT havia simbolizado na luta econômica e sindical, uma ala radical e combativa que negava os acordos dominantes. (WELMOWICKI, 2004, p. 79)

Em 1989 haveria outro desafio ao governo. As greves gerais metalúrgicas de março, abril e maio de 1989 colocaram Sarney contra a parede, ao exigirem um reajuste salarial que ia de encontro com o plano econômico do governo. A imposição das exigências e os prejuízos dos dias parados fez com que Sarney ficasse na defensiva, forçando a adotar uma lei salarial que enterrava de vez o Plano Verão. Outras greves viriam, abrindo assim uma crise política tão forte que o governo não tinha mais poder.

O ascenso dos trabalhadores havia voltado tão forte quanto 1984, provocando tal crise política, aliada a pior crise econômica de todos os tempos. Sarney tornou-se insustentável no poder, abrindo uma situação que beirava, para alguns, a uma situação pré-revolucionária. Mas a questão fundamental não foi levada em consideração. A questão da tomada do poder.

Lembremos que 1989 foi o ano das primeiras eleições diretas para presidente pós-1964. O Partido dos Trabalhadores participaria de seu primeiro pleito desta magnitude, e a situação ao longo do ano o estava favorecendo bastante, pois seu candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, tinha começado o ano em 4.º lugar nas

³³ No massacre da CSN tombaram os companheiros Carlos Augusto Barroso, de 19 anos, com o crânio esmagado; Walmir de Freitas, de 27 anos, atingido pelas costas; e Willian Fernandes, de 22 anos, com uma bala no pescoço. Todos mortos pelo Exército, sob o comando do General José Luiz Lopes da Silva.

pesquisas de opinião e as vésperas da eleição, Lula despontava entre os favoritos, atropelando velhos nomes da política de então.

Os trabalhadores em educação administrativos da USP, junto com os demais outros segmentos internos da universidade (docentes e estudantes) não ficariam a parte desse processo nacional. Não obstante, foram atores sociais que mergulharam de cabeça nesse desafio.

No entanto, havia divisões internas. Nem todos estavam convencidos dessa tarefa. Como apresentado anteriormente, os funcionários da USP não tinham unidade ideológica. Ao contrário, apresentavam profundas diferenças políticas que, em períodos eleitorais, se expressavam de forma mais concisa. Nesse caso, nem todos estavam convencidos de que o Partido dos Trabalhadores e Lula representavam os anseios da classe trabalhadora de fato.

Um dos grandes desafios postos pela direção do movimento sindical dos trabalhadores da USP foi o embate político de convencimento da necessidade de engajar o segmento na campanha eleitoral de 1989, principalmente no segundo turno, entre Lula e Collor.

De acordo com Magno de Carvalho, o principal argumento que justificava a participação massiva do sindicato nessa campanha foi de que ali se expressava, de fato, uma etapa importante da “luta de classes” no país, evidentemente importante naquela conjuntura de final de ditadura e de um novo ascenso de lutas sindicais em todo o país.

Foi a única vez que esse sindicato aqui tomou a posição que, olhando hoje, foi errada, mas foi a posição que defendi muito, do sindicato aprovar apoio a um candidato. Foi a Única vez que o sindicato fez isso, e apoiamos o Lula. O argumento principal que defendíamos era que ali era luta de classes. Tínhamos um candidato operário, por mais divergências que tivéssemos com o Lula dentro da CUT e tal, e dentro do PT mesmo. Mas entre Lula e Collor... O Collor representava a Globo, a direita. A família dele era reprodutora da Globo. E foi aprovado em uma assembleia lotada, que o sindicato ia apoiar. Aí fizemos campanha, empregamos dinheiro nisso, botávamos carro de som na rua. Também foi a única vez.

Era evidente naquele momento histórico marcado pela primeira eleição direta para presidente pós-1964, a correlação de forças imposta pela realidade (as mobilizações expressas pelas greves), a possibilidade de uma transição democrática de caráter transformador, e muitos do movimento sindical acreditavam que, mesmo

não esperando muito em Lula, viam como o símbolo de resistência a uma transição democrática elitista e conservadora.

[...] o Sintusp aqui participou ativamente desse processo eleitoral. Que foi feita uma discussão, que poderá ser encontrada nos jornais, matérias, debate sobre os dois projetos para o país. Na época representava o fantoche da Rede Globo, que era o Collor, do outro lado estava a representação dos trabalhadores sob perspectiva histórica, que era o companheiro Lula, e blá blá blá. Aquela discussão toda. E aqui chegou a convocar uma assembleia e aprovado o apoio político e material do sindicato para a campanha do Lula. (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016)

Observado como uma grande vitória naquele momento, o convencimento do segmento ao apoio da entidade e de seus militantes à campanha eleitoral de Lula foi aprovado em assembleia dos trabalhadores da USP. “Aderiu, aderiu. O quanto aderiu eu não sei, mas aderiu. Foi convocada a assembleia para discutir e passou por ampla maioria, [havia] gente defendendo contra, mas passou muito bem.” (BRANDÃO, em entrevista concedida em 2016). Isso significou que o sindicato dos trabalhadores da USP, o Sintusp, colocaria sua estrutura física e humana diretamente na campanha eleitoral de Lula.

Fizemos campanha de madrugada, batendo em porta de fábrica, com carro de som do sindicato, com panfleto feito pelo sindicato chamando os trabalhadores a votarem no Lula, contra o fantoche da Globo, pelo projeto da classe trabalhadora, blá blá blá. Foi um período de efervescência política bastante grande. Então, foi feita aqui uma campanha brutal. Até hoje o Magno falava que poderia viver cem anos não vai esquecer nunca aquele “Lula-lá, brilha uma estrela, Lula-lá!”, de tanto ouvir essa desgraça no carro de som, na Kombi do sindicato, que era um som alto. E rodava aqui dentro, nos corredores de fábrica, locais de grande concentração, corredores de fábrica daqui de Santo Amaro, no Jaguaré, aqui no corredor da Beca, entre a Lapa e a Barra Funda, qualquer corredor de fábrica aí. Garagens de ônibus. Na época havia ainda greves e lutas, se metia na madrugada em tudo que piquete que tinha, em garagem de ônibus durante greve de condutores. Enfim, tudo que era luta a gente estava.

Porém, os resultados finais dessas eleições apontavam para pontos contraditórios. Apesar de parte do movimento colocar que a chegada de Lula no segundo turno e uma expressiva votação representar de certa forma uma vitória, outra parte do movimento colocava que foi uma derrota, principalmente se observarmos as consequências de determinadas atitudes colocadas em prática sob

a ótica do processo eleitoral, que com intuito de vencê-la, o PT buscou alianças com diversos setores da burguesia nacional para derrotar Fernando Collor de Mello, fazendo com que seu programa base fosse rebaixado até ser aceito pelos demais. Para essa parte do movimento, isso implicou numa derrota para a classe trabalhadora, pois a adequação ao regime eleitoral burguês fez com que os trabalhadores ficassem sem uma alternativa revolucionária após a derrota de Lula, esvaziando as lutas a partir de então.

Esse esvaziamento através da capitulação às saídas democrático-burguesas por parte do PT “se inseriria no quadro internacional distinto vivido a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, o colapso do stalinismo e da ex-URSS, assim como da ofensiva neoliberal que viria polarizar a década de 90.” (WELMOWICKI, 2004, p. 80)

No caso do Sintusp, podemos observar esse choque, principalmente entre o setor mais combativo da direção da entidade. As falas sobre a participação do sindicato nas eleições apresentadas pouco antes insinuam certa desilusão e rechaço a essa decisão. “Foi a única vez que esse sindicato aqui tomou a posição que, olhando hoje, foi errada [...]” (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016).

Contudo, não podemos negar que esses fatos relatados fazem parte de um processo altamente contraditório da formação de uma possível consciência de classe. As lutas políticas dessa década, entre elas: o enfrentamento com o regime, a campanha das Diretas Já, o debate da constituinte e a participação nas eleições de 1989; representaram de certa forma que os trabalhadores da USP estavam se reconhecendo como parte de uma classe social antagônica à burguesia (ou às elites, os ricos, os donos do poder, expressões usadas no cotidiano), e que precisavam fazer o enfrentamento em diversos espaços, inclusive na disputa do aparato estatal.

A consciência e seus desafios...

As leituras que realizamos dos escritos marxianos e dos marxistas nos permitem afirmar que a classe burguesa reproduz as forças de produção pelas escolas, e por outras instituições da superestrutura. Por sua vez, a reprodução no

interesse de uma classe social implica na existência de antagonismos de classe e de luta de classes em potencial. Quando um dado grupo na sociedade, por força do controle que detém sobre amplas porções de capital de investimento, pode exercer uma formidável influência sobre quantos trabalharão e de que modo estarão empregados por proprietários do capital, tenderão a entrar em conflito com eles. Em outras palavras, a sociedade capitalista, em todas as suas características macrossociais e econômicas em sua totalidade, também se expressa com forma no ambiente educacional, em seu cotidiano, em sua práxis integrada no processo de transformação de suas próprias relações sociais.

A compreensão que fazem parte da “mecânica” da sociedade capitalista, enquanto parte de uma classe social antagônica a outra, colocou os funcionários da USP em um embate em torno de se posicionassem a agissem em torno dessa concepção. Nesse ínterim, os trabalhadores da Universidade de São Paulo desenvolveram uma consciência de classe?

Como apontado anteriormente, a consciência de classe surge e desenvolve-se na classe, a partir da própria realidade em que se configura, principalmente em momentos nos quais as contradições existentes no sistema afloram-se, de tal forma, que se torna impossível não enxergá-las. E estas contradições surgem a partir de situações nas quais o ser coletivo percebe que aqueles interesses comuns iniciais se desenvolvem ao longo das lutas, propiciando enxergar além daquilo que inicialmente o colocou na luta. Porém, Identificamos que sem o elemento subjetivo representado pelo partido político³⁴ da classe trabalhadora, torna-se impossível tal desenvolvimento da consciência de classe. Retomamos uma importante citação de Lênin:

Os operários, já dissemos, não podiam ter ainda consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. (LENIN, 2010, p. 89)

No caso dos trabalhadores em educação administrativos da USP, apesar do segmento perceber-se em uma realidade aviltante, a iniciativa para as primeiras

³⁴ Usamos aqui o conceito de partido político como o instrumento político organizado pela e para a classe trabalhadora, na concepção que Marx e Engels defendem no Manifesto do Partido Comunista de 1848. (2008)

mobilizações em 1978/79 partiu do Movimento de Oposição à Direção da Asusp (MOASUSP) que por sua vez contanto com a participação e direção de pequenas organizações de esquerda que iniciavam seus trabalhos no interior do movimento na universidade. Os testemunhos de Magno de Carvalho e do professor Henrique Carneiro apontam claramente a ação destas organizações no interior do movimento. No entanto, não podemos iludir-nos em acreditar na exclusividade do fator subjetivo/político sobre o movimento; as ideias não sobrevivem externamente à materialidade dos fatos e do contexto da própria categoria.

Mas cabe aqui uma interpelação. A atuação das organizações políticas no interior do movimento garantiu que a categoria desenvolvesse de fato a sua consciência de classe? Aliás, a própria consciência de classe fez-se presente na categoria como um todo? Se analisarmos a história do país, seus acontecimentos, e também as falas de nossos entrevistados, concluiremos que não.

Os trabalhadores da USP, como os demais de outras regiões do país, avançaram, e muito, no desenvolvimento de uma consciência política, no momento estudado, que permitiu vislumbrar a realidade de uma forma diferente do período anterior. Compreendeu que com a ação direta, por meio de organização coletiva, mobilizações e greves, era possíveis transformar sua realidade específica e próxima. Novamente retomando Lenin:

Para se assegurar do sucesso na luta econômica, as amplas massas operárias, que estavam até agora fora dos sindicatos, passam a correr a eles. Constata-se em todos os países capitalistas um crescimento prodigioso dos sindicatos, que não representam mais apenas a organização dos elementos avançados do proletariado, mas a de toda a massa. Uma vez nos sindicatos, as massas procuram fazer deles sua arma de combate. (2008, p. 124)

Para efeito de pesquisa, analisemos ainda mais o segmento desses trabalhadores a partir dos desafios que ainda se avizinhavam nesse período.

A década de 1980 foi de intensos desafios para os trabalhadores brasileiros, mais especificamente para os trabalhadores em educação administrativos das universidades públicas brasileiras. No caso da USP, um novo desafio começou a apresentar seus primeiros sinais ao final da década de 1980, e que viria com forma total anos 1990 e no início do século XXI: as terceirizações no setor público.

Olha, naquele tempo, essa coisa de privatização não tava colocada. O que tinha era o início das fundações. As fundações, é claro, acaba sendo uma privatização disfarçada. Mas não é uma privatização como hoje querem fazer. Você ainda não tinha terceirização. Para você ter uma ideia, toda a área de limpeza, de vigilância, todo mundo era funcionário público, funcionário da USP. Tinha, foi uma das coisas que nós começamos a enfrentar, mas aí na segunda parte dos anos 1980, que foi o início da terceirização. Pegando principalmente essas duas áreas, limpeza e vigilância. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Para a Asusp/Sintusp, as terceirizações de vários serviços na USP representam dois pontos fundamentais: 1º. A precarização das relações e das condições de trabalho, a perda de direitos e o rebaixamento salarial, aumentando a exploração de mais-valia, principalmente por parte de empresas terceirizadas que lucram com o trabalho precarizado do trabalhador; 2º. O enfraquecimento dos instrumentos de representatividade, luta e pressão do segmento dos trabalhadores da USP, pois seu sindicato – por força legal – representa de fato apenas os trabalhadores de caráter efetivo do serviço público vinculado diretamente ao plano de cargos da universidade.

[...] o trabalhador terceirizado da USP, de qualquer ramo, seja da construção civil, da saúde, vigilância, limpeza, jardinagem que é o que mais tem na USP. A gente não apenas presta apoio como também organiza, vamos pra cima, porque os patrões dos trabalhadores das empresas de vigilância não vão nos ouvir porque não nos reconhecem como interlocutores. Pelo contrário, [...] aí nós organizamos o pessoal, coloca na porta da Reitoria, fecha a “bagaça” e diz: “mais uma vez lutamos aqui pela incorporação dos terceirizados sem a necessidade de concurso”, que é uma polêmica no movimento sindical. (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016)

Porém, a questão da terceirização trouxe um desafio muito grande. O movimento sindical como um todo, mesmo o mais combativo e classista, enfrenta um desafio perante sua base social: o desafio do corporativismo. Muitas das reivindicações, principalmente em momentos de retrocesso da consciência de classe, se resumem a demandas específicas e setoriais, como aumento de salários e de conquistas de direitos particulares. “É pouco difícil você praticar o classismo pela condição do próprio movimento sindical no país. Mas, aqui, por exemplo, o sindicato intervém em qualquer situação [...]” (BRANDÃO, em entrevista concedida em 2016). As demandas mais gerais e, principalmente, a ideia que a luta de alguns

deve ser a luta de toda a classe trabalhadora, enfrenta certas resistências. A compreensão que cada realidade específica atinge a todos começa a sofrer uma queda diante de novas conjunturas que se apresentam em determinados momentos.

O pessoal encara isso como a defesa dos trabalhadores terceirizados e a solidariedade. Não é. Para nós é o seguinte: facilitar a terceirização você fechando portas, está facilitando fechar portas para os efetivos. Os efetivos vão perder seus postos de trabalho. (BRANDÃO, entrevista concedida em 07/04/2016)

Além disso, de forma mais específica das terceirizações, determinadas campanhas como a incorporação ao quadro efetivo da universidade dos terceirizados enfrenta uma enorme resistência atualmente, devido a características corporativistas que se desenvolveram no interior do segmento e da categoria, e que ganhou muita presença diante da forma do discurso meritocrático dos anos 1990. “[dizem] ‘Ah, o concurso foi uma grande conquista do funcionalismo público’, ‘não pode’, ‘trem da alegria’”. (IDEM)

Esses são apenas alguns desafios impostos para os trabalhadores em educação administrativos da USP e para o Sintusp a partir do início da década de 1990. Porém, precisamos observar como parte de um processo que se iniciava no período anterior. Não podemos, de forma alguma, separar em momentos históricos distintos, os acontecimentos da década de 1980 com os da década posterior. É evidente que esse processo ainda não se concretizou; do contrário, ainda está em aberto, e em permanente ação. Não podemos analisar o período em específico sem levar em consideração as contradições e os efeitos futuros, como um processo complexo. Neste caso, os funcionários, mesmo identificando-se enquanto trabalhadores, e em comum com outros – e se expressando nas lutas da década –, naquele momento, ainda não compartilhavam do projeto de transformação radical da sociedade. Transformação, esta, que propõe o fim da sociedade capitalista e a edificação de uma nova sociedade sem classes, baseada na igualdade e justiça social. Projeto, este, em construção, e que ainda estava em disputa diante da imensa maioria da classe trabalhadora nos anos 1980, apesar da possibilidade de encaminhar-se para isto, caso os fatores objetivos e os elementos subjetivos tivessem desenvolvido, paralelamente, em um mesmo ritmo. A posição posterior dos trabalhadores em educação administrativos da USP foi apenas um reflexo dos acontecimentos que se abateram sobre a totalidade de sua classe social.

Os legados, as lições...

Muito do desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores não são perceptíveis apenas a partir dos resultados de determinadas lutas e embates, ou mesmo pela existência de uma verdadeira situação revolucionária que ameaçou de fato a ordem capitalista, mas sim pelo legado que determinadas categorias e segmentos puderam construir ao longo do processo.

No caso dos trabalhadores em educação administrativos da USP, não foram apenas as suas conquistas sindicais e políticas – que os transformaram em um segmento de relativo destaque e status diante de outros segmentos do funcionalismo público estadual – mas principalmente em relação ao seu próprio sindicato, o Sintusp, visto como uma das maiores conquistas da categoria.

Esse posicionamento é compartilhado pelo professor Henrique Carneiro. Ele, ex-ativista e membro da diretoria da Asusp/Sintusp no final dos anos 1980 – e que hoje se encontra afastado da entidade e dos grupos políticos que atuavam em seu interior –, aponta em seu depoimento as principais virtudes dessa entidade.

Olha, as principais virtudes, eu diria, serem as seguintes: em primeiro lugar, um sindicato que defendia um método de luta combativo. Um sindicato que privilegiava a pressão da categoria, a mobilização, ao invés de tentar por vias indiretas de negociações, muitas vezes até às costas da categoria. Sempre foi um sindicato que muito ligado a ideia de que é ação direta da categoria mobilizada que pode permitir uma relação de forças que pode garantir as suas reivindicações. Segunda coisa, é o fato de ser um sindicato politizado, que tomou essa luta contra o governo federal, que também levava campanha internacionais, e que tinha um espaço muito grande de debate até por essa inserção no meio universitário que tinha muitos que eram estudantes, etc. A terceira, eu diria que é a imprensa. A imprensa do Sintusp, que a Rosana Goulart foi uma das principais responsáveis, foi uma imprensa muito inovadora, que trazia não só um conteúdo diversificado de temas, que não era aquela coisa corporativa, de só falar dos interesses dali da categoria, mas também tinha uma linguagem visual, uma técnica jornalística que era muito inovadora. Usava muita fotografia, usava muito títulos grandes e muito vistosos, enfim, a arte gráfica era também muito vanguardista. Acho que hoje em dia a melhor fonte para realizar sua pesquisa é retomar essa coleção integral número a número. Por isso, é bom procurar a Rosana.

A partir desse depoimento, podemos ressaltar algumas características marcantes desse sindicato. Primeiro, seu caráter combativo, ou seja, uma entidade sindical que, se baseando nos princípios da combatividade do movimento operário, assume a luta direta – como as greves, as manifestações e os embates diretos – como o principal instrumento para se chegar a conquista das demandas, em detrimento de atitudes mais burocratizadas como a negociação, a mercê de sua própria base e que não contribui para a formação da consciência de luta e mobilização da categoria.

Segundo, seu caráter politizado, ou seja, um sindicato que não apenas compreende o papel político da entidade ou da atuação de sua base social, mas principalmente, busca por todos os meios formar politicamente os trabalhadores representados, por meio dos embates das campanhas salariais, de materiais, de discursos e atividades que fazem com que os mesmos comecem a refletir sobre essa realidade.

Terceiro, o papel da imprensa sindical, por meio do *Jornal do SINTUSP*. Esse jornal, segundo Henrique Carneiro, foi um dos melhores do ponto de vista de sua estruturação, comprometimento e papel no desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre os trabalhadores da USP. Como podemos constatar em nossas pesquisas – a qual usou como base documental várias edições desse periódico – o *Jornal do Sintusp* tinha um acabamento que realmente despertava a atenção. O uso de recursos gráficos chamativos, muitas fotos e ilustrações (recursos esses que despendiam um custo maior) demonstram a centralidade que esse material tinha no trabalho político do segmento. Além disso, os textos, de escrita simples, porém adequada ao ambiente universitário, versavam não apenas sobre as notícias das campanhas salariais, os dados, e as convocatórias para assembleias, reuniões ou mobilizações, mas havia também um grande espaço para textos políticos de debate sobre conjuntura nacional e internacional, reflexivos, sobre assuntos específicos também, todos com o objetivo de formar politicamente os trabalhadores em educação administrativos da USP, contribuindo assim com a possibilidade da constituição de uma consciência de classe.

Ocorre que nem tudo eram flores na Asusp/Sintusp nos anos 1980. O próprio prof. Henrique Carneiro faz algumas ressalvas em relação a atuação da direção

política da entidade, não no sentido de denegrir, mas uma crítica no sentido da contribuição.

Olha, tem uma debilidade que não diria que é só do Sintusp, mas acredito que é do movimento sindical em geral, que é muitas vezes uma falta de rotatividade dos quadros. O Magno, por exemplo, é um veterano combatente do movimento sindical, não somente aqui na USP mas em outros lugares, enfim, ele sempre teve uma grande importância, mas eu acho que faltou um esforço no sentido de tentar criar uma geração mais nova de quadros. Hoje em dia não sei o que está acontecendo; não tenho contato atual com o Sintusp. Mas eu acho que naquela época houve, digamos assim, uma certa pouca rotatividade dos quadros. Então, havia um núcleo dirigente que acabava depois se – entrava numa gestão, depois saía e depois voltava – porque não havia uma renovação de quadros, e talvez seja uma das debilidades maiores. (CARNEIRO, 2016)

Como aponta o professor, a falta de certa rotatividade entre quadros que assumiam tarefas de direção do movimento sindical, mesmo que específico a uma categoria ou segmento, talvez demonstre que, ao mesmo tempo em que o sindicato tenha investido ao longo de toda a sua história (não somente na década de 1980) na formação política de sua característica, isso não era suficiente para que se efetivasse uma verdadeira política de formação de quadros que visasse a substituição paulatina dos mesmos ao longo do tempo. Isso ocorreu não por falta de vontade e incentivo, como atesta Magno de Carvalho:

[...] nós inclusive chegamos a fazer cursos de formação depois da greve, trazendo gente de fora. E gente do marxismo, tudo muito complicado porque era tudo era clandestino. A gente tinha que tomar um cuidado muito grande. Mas começamos... Mas tinha uma parcela de trabalhadores que avançou para a... Uma coisa engraçada, uma coisa que a gente não consegue mais fazer, que são os cursos de formação. As pessoas não querem. Tentamos várias vezes, começamos com 15 pessoas, daqui a pouco tem 5 e acaba. Naquele tempo eu me lembro que a gente fazia reuniões de fim de semana pra curso de formação que vinham 60, 80 pessoas. Isso aqui lotava de gente, imagina no sábado. (2016)

A mercê dos desejos e do empenho por parte da direção política da entidade, os trabalhadores da USP não lograram formar novos quadros em quantidade suficiente, evidenciado pela presença em suas fileiras de muitos companheiros a frente do sindicato atualmente, que já se faziam atuantes nos anos 1980. Contudo, há ainda elementos que apontam que mesmo não formando quadros que ocupariam funções em direções sindicais, o Sintusp logrou formar uma vanguarda

extremamente combativa, atuante, que tinha um papel fundamental nas lutas sindicais e políticas do segmento dentro e fora da universidade. É o caso de um personagem muito importante da história desse sindicato, que aqui aproveitamos para nos somar àqueles que reivindicam sua memória e lhe prestam a sua homenagem:

Tem um companheiro, o Fernandão. A sede desse sindicato recebe o seu nome, em homenagem a ele, foi um dos companheiros mais... Nunca foi da direção do sindicato, e nunca quis entrar na direção. Mas era um companheiro muito valoroso e que nas horas difíceis, nas horas de greve, de enfrentamento, de polícia, ele estava sempre na linha de frente. Eu o considero, assim, uma pessoa que marcou muito a nossa história aqui. Muita gente dizia que ele era doido, porque ele não tinha medo de nada, e ele era... Mas era um companheiro... Fernando Legaspe, o nome dessa sede, tem até uma placa em homenagem a ele, que foi tirada para dar uma restaurada nela. Esse foi o companheiro que acho que mais marcou, apesar de não ser nunca da diretoria do sindicato. (CARVALHO, entrevista concedida em 14/04/2016)

Dito isto, defendemos que se pode estabelecer a proposição de que a consciência de classe se expressa e pode ser localizada na história da educação brasileira na medida em que concebemos que a luta dos seus trabalhadores é parte inalienável do movimento em defesa da escola pública, gratuita e laica e de qualidade para todos, desde tempos muito remotos; tendo visibilidade social em momentos cruciais, como foi o caso da Campanha da Escola Pública, nos fins da década de 1950, nas discussões em torno da tramitação da LDB, no início dos anos 1960; tem sequência como coorganizadores das Conferências Brasileiras de Educação que percorreram, nos anos 1980, o país inteiro e somaram-se ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB e, já nos umbrais do século XXI, na elaboração de propostas alternativas do Plano Nacional de Educação, na efetivação dos Congressos Nacionais de Educação, realizados por volta de 1996 e 1997. Momentos esses que sinalizavam que existiam muitas dificuldades, exigindo-lhe, então, tenacidade e capacidade de resistência às reformas de caráter antissocial que os tempos conservadores haveriam de inscrever na história do Brasil.

A presença do Sintusp na história da educação passa pelo ininterrupto e incansável esforço da defesa e a da busca pela consagração das reivindicações que

giram em torno da valorização profissional, e das conquistas que possam significar a efetivação das melhores condições de vida e trabalho para os seus representados, o que é, evidentemente, de grande importância. Mas, também, encontra-se profundamente mergulhada nos conflitos, nas escaramuças do poder e das relações políticas em defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora que, na atual etapa da luta de classes, de vigência e predominância das concepções burguesas, sempre lutou pelo direito de frequentar a escola pública e tê-la como aliada de sua busca pelas transformações sociais.

Conclusão

Na seção derradeira deste estudo histórico educacional, apresentamos as conclusões acerca das lutas e mobilizações dos trabalhadores em educação administrativos da USP, de seu sindicato e de seus reflexos no movimento sindical combativo brasileiro oriundo da década de 1980.

Temos clareza que não findamos todo o estudo possível sobre essa categoria profissional, muito menos a temática geral que investigamos aqui. Mas esperamos ter contribuído para as pesquisas que visam entender esses personagens e esse importante momento histórico.

Muito do que relatamos nessa presente tese, como também as reflexões realizadas por meio do exercício dialético e da análise dos acontecimentos históricos baseada nas acepções que se produziram no campo teórico que se convencionou chamar de materialista-histórico, podemos considerar que os funcionários da Universidade de São Paulo foram, em virtude de sua de sua compreensão dessa realidade, responsáveis por imprescindíveis mobilizações dentro e fora do campus nos anos que se seguiram, ou, mais, precisamente, de 1978 a 1988. Mobilizações essas que permitiram que essa categoria profissional surgisse como importante personagem social do mundo do trabalho e na educação brasileira.

Refletindo, ao longo do tempo que dedicamos à construção desse estudo, sobre o significado histórico da ditadura civil-militar instalada, em 1964, no Brasil, nos deparamos com um período de intensa repressão àqueles que foram, pejorativamente, chamados de subversivos, e de drástica eliminação das liberdades democráticas e dos mais elementares direitos civis, como a liberdade de imprensa, do direito de reunião e organização política; mas também somos instados a perguntar: quem foram e como se organizaram aqueles que se dispuseram a lutar contra as arbitrariedades que se instalavam duramente no país?

Num tempo que foi marcado pela edição de inúmeros atos institucionais, que introduziam um conjunto de leis, sem quaisquer respaldos populares, ou legislativos, com o precípua intuito de fazer prevalecer a vontade dos ilegítimos governantes que haviam se apossado das instituições do Estado e almejavam o controle tirânico da vida social brasileira. Atos que traziam a censura e disseminavam doutrinas de segurança nacional, legitimavam as prisões arbitrárias e realizadas como atos de terror, a tortura e coíbiam a liberdade de expressão; naturalizavam os violentos aparelhos de repressão, como foram o caso do Destacamento de Operação e Informação (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que por atuarem conjuntamente ficaram conhecidos como DOI-CODI.

Em São Paulo a escalada repressiva teve no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), o local no qual os presos políticos eram interrogados, torturados, multilados e covardemente mortos pelos seus algozes.

Num quadro como esse de censura sobre a imprensa, repressão desenfreada contra os movimentos sociais e estudantis, de perseguição e assassinato aos líderes dos trabalhadores, aos grupos de esquerda e mesmo de personalidades do mundo acadêmico, religioso e cultural comprometidos com o ideário democrático, o espaço para o exercício oposicionista era praticamente nulo.

Ocorre que alguns setores da sociedade civil, dentre os quais, o mais lembrados, são a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); mas também os representantes dos movimentos sindicais, se organizaram e colocaram no âmbito de suas ações as campanhas pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, pela reorganização político-partidária e o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República no país.

Exatamente por isso, apontamos que o fim da ditadura e a volta da democracia brasileira pressupõe a presença dos trabalhadores e de suas entidades associativistas e sindicais não podem ser subtraídos dessa história. Como também entendemos, defendemos e procuramos fundamentar a premissa de que as lutas políticas e sindicais dos trabalhadores da USP se desenvolveram no marco das grandes mobilizações da classe trabalhadora que abalaram o Brasil ao final da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Seus personagens – evidentes e

ocultos – e sua entidade sindical (a Asusp/Sintusp) tiveram destaque e papel fundamental na cena política paulista. Suas lutas, em unidade com outros segmentos do funcionalismo público, contribuíram para o fomento de um movimento muito maior, que ultrapassou os muros da universidade e que ganhou a sociedade como um todo.

Por conta dessa argumentação, consideramos significativo localizar e analisar a presença do Sintusp nesses episódios marcantes na vida nacional, mas também procuramos ponderar que essa atuação se refere a forma pela qual as pessoas envolvidas, direta e indiretamente, com o processo de intervenção política e sindical compreendem os valores que estão sendo produzidos, disseminados e apreendidos na vida social do ponto de vista de classe. Tal consciência que se materializa de forma cabal na organização e participação nos movimentos em defesa da escola pública, gratuita e laica para todos, como uma das mais importantes reivindicações da classe trabalhadora em sua luta pela afirmação dos seus direitos sociais na contemporaneidade brasileira.

Essas intervenções pressupunham formar uma consciência que manifestasse os interesses de classe e a sua independência no bojo de, pelo menos, dois polos da organização que pleiteavam fazer realizar, a saber: a defesa dos seus interesses laborais corporativos e o posicionamento dos trabalhadores nos embates e conflitos que demarcam os liames da história social brasileira contemporânea. Convém, então, examinar e levar em conta esse processo organizativo, da trajetória histórica do sindicato, em contraponto ao processo da dominação e da incrementação da racionalidade burguesa. Valores esses que tendem a impregnar a atmosfera universitária, aliás, como de conjunto todo o aparato estatal, incorpora o pensamento, tecnocrático e científico, amparados pelo discurso da eficiência e da probidade administrativa, mas trazendo os objetivos de controle e fiscalização das atividades que são próprias do cotidiano universitário.

Não menos importante é a referência de que a forma pela qual projetamos a presença social da educação e, por conseguinte, a sua história, faz com que as experiências organizativas, associativistas, sindicais e políticas dos trabalhadores sejam consideradas imprescindíveis no computo geral do seu desenvolvimento.

A recusa por parte da vanguarda do movimento uspiano em se fechar em questões puramente corporativistas e economicistas, permitiu aos mesmos participar de um dos momentos mais ricos da história política brasileira. E principalmente, colocou em evidencia uma realidade permeada de contradições no ambiente universitário, a exemplo com que acontecia em todo o país. E a sua participação permitiu de certa forma, o fortalecimento de uma luta maior, que foi o processo de redemocratização do Brasil ao longo dos anos 1980 que, mesmo com diversos percalços e malogros habituais, contribuiu para o enfraquecimento e o fim da ditadura civil-militar e a ascensão da chamada Nova República.

As pesquisas realizadas por meio das análises dos documentos cedidos pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP nos possibilitaram observar, a priori, com um olhar mais *congelado* ao momento histórico, como se deu esse processo no interior da universidade. Os jornais sindicais, importantes instrumentos de comunicação, debate e formação de uma categoria profissional, apesar de não refletir o pensamento geral de todo um segmento, nos aponta como uma vanguarda legitimada e respeitada pelo conjunto dos trabalhadores refletia sobre determinado assunto ou momento. No caso específico de nossas pesquisas, veremos constantemente a preocupação da imprensa da Asusp/Sintusp em informar, mas também formar politicamente a sua base, com artigos que não apenas expunham, mas dialogavam de forma simples os assuntos de interesse geral e específico da categoria.

Ao mesmo tempo, ao fazer uso de outras fontes históricas como é o caso das entrevistas com os personagens do período investigado, nos traz novas interpretações concomitantes ou conflituosas das nossas leituras documentais, baseadas em relatos que o tempo permitiu uma maior reflexão por parte dos entrevistados. Isso nos permite elevar ao máximo ao exercício dialético que nos permite compreender a partir de uma ótica acadêmica.

Aliás, ao fazermos uso dessa metodologia, não podemos deixar de considerar, de forma alguma, a enorme heterogeneidade da categoria dos trabalhadores em educação administrativos das universidades brasileiras. No caso da USP, poderemos constatar a presença tanto de setores de serviços gerais responsáveis pela limpeza e manutenção do espaço físico da instituição de ensino – e, por conseguinte, pauperizados nas suas condições salariais e de trabalho –, como

também pessoas com alta formação universitária e ligada diretamente a pesquisa acadêmica nos laboratórios ou na estrutura burocrático-administrativa da universidade.

Essa foi (e é) a realidade enfrentada pela Asusp/Sintusp. Mesmo compreendendo essa realidade, eis uma contradição enfrentada constantemente pela vanguarda do movimento no interior da USP, ao aliar as lutas cotidianas por melhores salários e condições de trabalho com a luta política em um contexto nacional.

Essa contradição não impediu, portanto, do movimento sindical dos funcionários da USP de participar das principais mobilizações de caráter nacional ocorridos na década de 1980. Desde a peleja pela constituição de um partido político que representasse os anseios gerais dos trabalhadores brasileiros, passando pela reorganização das entidades gerais das categorias (federações e confederações) e da classe trabalhadora (uma central), chegando a participação direta na luta pela redemocratização do Brasil, exemplificado por sua atuação na Campanha das Diretas Já, ou mesmo nos debates em torno da constituinte ao final da década.

Sem soar repetitivo, como descrito anteriormente, o que podemos constatar é o desenrolar de um processo altamente contraditório, no qual diferentes formas de compreensão dos trabalhadores em um período histórico se chocam. Em seu depoimento registrado aqui, por exemplo, Magno de Carvalho nos aponta que a construção da Central Única dos Trabalhadores teve que passar em meio a disputa com outros setores que não compartilhavam das mesmas ideias em relação a luta política da classe trabalhadora. Porém, isso não impediu o embate entre as posições e a disputa pela base por dentro de aparatos sindicais comandados por grupos distintos que, naquele momento, os integrantes do chamado “Novo Sindicalismo” criticavam como “pelegas”. É o caso da descrita FEPASP, usada como uma das entidades que tiveram espaço na comissão pró-CUT, que resultaria na criação da Central em 1983.

Um caso interessante sobre o argumento da vigência histórica da consciência de classe foi apreendido em alguns frames do documentário *ABC da Greve*, do diretor Leon Hirszman. Em uma cena que mostra as comemorações do 1º de maio de 1979, em São Bernardo do Campo, que na prática se tornaram atos de solidariedade ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista – podemos

observar uma enorme faixa escrita “Funcionários da USP em Greve”, secundarizada por outras menores atrás dela, trazidas pelos trabalhadores da universidade. Mesmo em greve e em forte enfrentamento com a reitoria/Estado, essa categoria encontrou tempo para estar junto com toda a classe trabalhadora.

Isso tudo demonstra o não isolamento da categoria dos trabalhadores em educação administrativos da USP em relação ao que ocorria a nível nacional. As participações descritas acima foram de substancial importância – como aconteceu – com diversas outras categorias – no fortalecimento político da categoria nas suas próprias lutas corporativistas internas.

Nesse caso, chegamos a conclusão de que o modelo de atuação sindical adotado pela vanguarda do movimento dos funcionários da USP permitiu, ao menos naquele momento histórico, o desenvolvimento de uma possível consciência de classe entre esses trabalhadores, e que trouxe o fortalecimento de suas mobilizações em prol de demandas específicas, mesmo que não findadas com sucesso. O amadurecimento político e de sua consciência é clara, pelo menos entre os funcionários que participavam cotidianamente das atividades convocadas e organizadas por seu sindicato. Como relatado em entrevista no quarto capítulo, “É pouco difícil você praticar o classismo pela condição do próprio movimento sindical no país. Mas, aqui, por exemplo, o sindicato intervém em qualquer situação [...]” (BRANDÃO, 2016), esse processo, que pode apontar algumas contradições, foi fundamental para a formação dessa consciência. Cabe a interpretação marxista conseguir compreender esses detalhes, como aponta Marx:

A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população. (MARX, apud ENGELS, 2008, p. 117)

Contudo, para fecharmos essa análise, consideremos que uma das maiores contribuições de todo o processo político que se desenvolveu nas universidades públicas brasileiras, mais precisamente na Universidade de São Paulo, foi possibilitar aos trabalhadores romper a invisibilidade imposta sobre si ao longo de toda a sua trajetória até então. Por muitas vezes apagada ou ocultada da história

oficial, as memórias desses personagens sociais resistiram durante décadas isoladas em seus espaços íntimos, menosprezadas pelos gestores e esquecida por seus colegas docentes e estudantes na universidade.

A erupção das lutas sindicais ao final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 permitiu que os trabalhadores em educação da USP se desvencilhassem de suas “capas de invisibilidade” e se transformassem em importantes personagens do ambiente universitário; conquistando o espaço social merecido, mesmo que sendo um incômodo para aqueles que desejam que os trabalhadores em educação voltem para o seu lugar, tanto há 30 anos, como nos dias de hoje.

Não obstante, julgamos desejável conceber a história enquanto processo contínuo e permanente, que configura, em seu interior, avanços e retrocessos de ordem política, econômica e social. No caso específico do estudo que realizamos, não seria recomendável recortar a história e definir, *a priori*, o quanto uma categoria alcançou ou não a sua consciência política ou de classe, ou, se cumpriu, ou, não, o seu papel na história. Coube-nos diante do esforço interpretativo desses embates históricos que percorreram as páginas do presente estudo, colaborar para trazer novos enfoques interpretativos e analíticos na construção da história dos trabalhadores em educação no Brasil.

Por fim, é importante dizer que o conhecimento acadêmico pode de certa forma, contribuir como um instrumento político para a edificação de uma nova realidade, de acordo com as necessidades de toda a humanidade; como também, para nós, que fazemos parte do mundo do trabalho educacional, contribuir, de forma consciente e participativa, para a construção do futuro dessa história.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista (1978-1980)*. Campinas: Editora Ensaio, 1988.

_____. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, Braz José de (org.). *A crise da USP*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

ARCARY, Valério. *Esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

BOITO Jr., Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

CEDRO, Marcelo. *Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo*. In: Revista Perspectivas Sociais. Pelotas-RS, Ano 1, nº 1, p. 125-135, março/2011.

DINIZ, Cássio. BAUER, Carlos. *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)*. São Paulo: Sundermann, 2015.

DULLES, John W. Fostes. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900 – 1930)*. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl, LENIN, Vladimir, TROTSKY, Leon. *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA Jr., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. São Paulo: Tese de doutorado, USP, 1998.

FERREIRA Jr., Amarílio. BITTAR, Marisa. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985)*. São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GERAB, William Jorge. ROSSI, Waldemar. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Ghiraldelli Jr. Paulo. *Movimento operário e educação popular na Primeira República*. In Cadernos de Pesquisa, ed. 57. São Paulo, maio 1986.

GRANZOTTO, Tania Maria. *O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas*. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 2010.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LENIN, Vladimir. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LULA, Luiz Inácio da Silva. *Declaração de voto na votação do texto final da Constituição*, In *Revista Perseu nº 6*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2ª edição, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas e o Manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. In O legado educacional do século XX no Brasil. 2º ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. In Estudios sobre las crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.

_____. *A formação da classe operária inglesa – v. 1. A árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. *Algunas observaciones sobre clase y falsa consciencia*. In Revista Historia Social. Instituto de Historia Social U.N.E.D. Valencia Primavera-Verano, 1991, nº10. p. 27-32.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VICENTINI, Paula Perin. LUGLI, Rosário S.Genta. *Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970*. In Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

WELMOWICKI, José. *Cidadania ou Classe?: O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermam, 2004.

Documentos

DEOPS. Pasta OP 1190. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

- *Relatório DEOPS – 09/02/2016*
- *Jornal Folha de S. Paulo – 24 de outubro de 1979, p. 13.*
- *Panfleto MOASUSP 6 de março de 1979.*
- *Jornal O Estado de São Paulo, 29 de março de 1979, p. 26.*
- *Relatório Deops – SP 28879 – 1979*
- *Panfleto Comissão do Fundo de Greve – 02 de maio de 1979.*
- *Jornal O Estado de São Paulo – 13 de junho de 1979.*
- *Ofício da ASUSP destinado a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo – 24/10/1979.*
- *Jornal Folha de S. Paulo – 28 de novembro de 1979.*
- *Jornal da República – 23 de novembro de 1979, p. 10.*

JORNAL da ASUP, nº 33, 1988.

JORNAL da ASUSP nº 38, 1988

JORNAL da ASUSP nº 37, 1988

JORNAL da ASUSP 27/09/1988

JORNAL da ASUSP, 02/08/1988

JORNAL da ASUP, 02/11/1988

Entrevistas

Mauro Puerro, entrevista concedida em 13/09/2012.

Magno de Carvalho, entrevista concedida em 14/04/2016

Henrique Carneiro, entrevista concedida em 28/04/2016

Claudionor Brandão, entrevista concedida em 07/04/2016

Sites e portais eletrônicos

www.usp.br

www.fasubra.org.br

www.capes.gov.br

Anexos

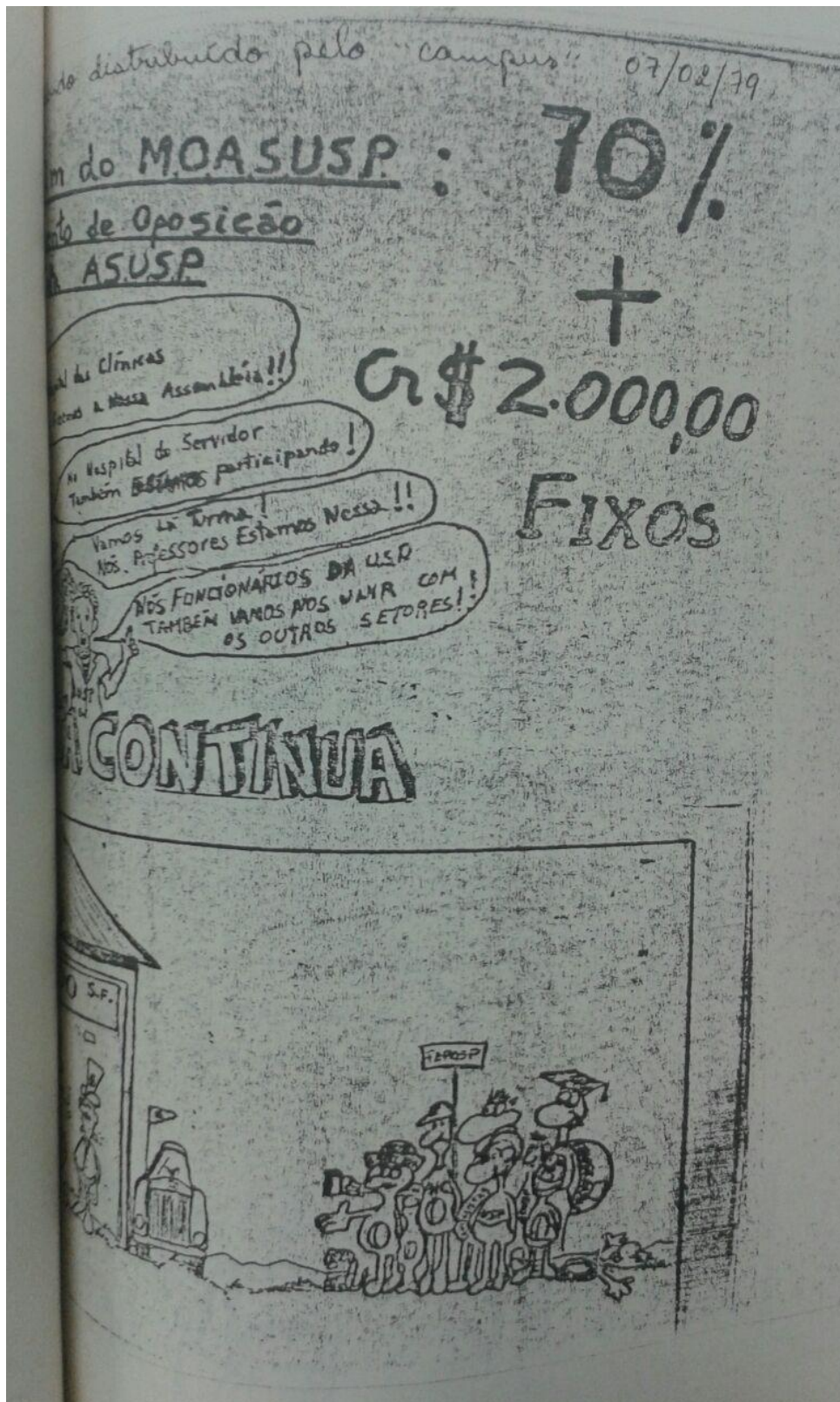
Fotos e jornais:



Cena do documentário “ABC da Greve”, de Leon Hirszman, no qual aparece faixas dos trabalhadores da USP no ato do 1º de maio de 1979 em São Bernardo do Campo



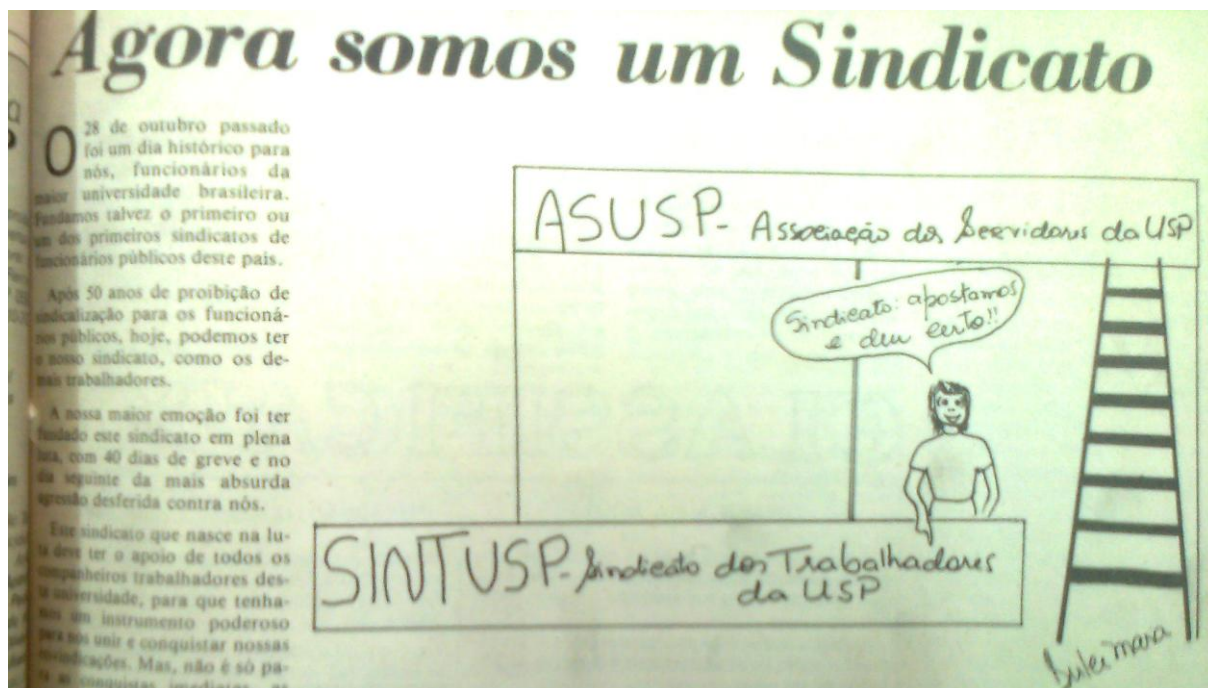
No jornal da entidade nos anos 1980, já havia a preocupação da Asusp em pensar a sua História – Arquivo Sintusp



Panfleto do MOASUSP apreendido pelo DEOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo



Pela imprensa sindical, a Asusp se preocupou pela formação política de sua base, publicando periodicamente textos teóricos – Arquivo Sintusp



Matéria no "Jornal da ASUSP", expondo a decisão da assembleia em transformar a Associação dos Servidores em Sindicato de Trabalhadores da USP



Repressão policial em manifestação organizada pela Asusp em 1988 – Arquivo Sintusp



Material da chapa "Funcionários Unidos" (1979) apreendido pelos agentes do DEOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo



Placa comemorativa do Sintusp, instalada pelo sindicato em 2004 no local das primeiras reuniões ocorridas em 1978, próximo a FFLCH/USP

Anexos

Entrevistas:

Transcrição da entrevista com Brandão 07 de abril de 2016

Cássio Diniz: Prezado Brandão, o professor Bauer e eu estamos fazendo uma tese de doutorado, e a proposta nossa é contar a história do SINTUSP, desde o final da década de 1970, e toda a participação na história social dos trabalhadores aqui dentro da universidade e também fora da universidade. Então, a gente gostaria de estar fazendo umas entrevistas com as pessoas que participaram desse processo, principalmente entre 1979 e 1988, quando a como a antiga associação se transformou em sindicato, e o papel que teve na formação política dos trabalhadores daqui, as lutas políticas, as lutas corporativas que se deu dentro e fora da USP, com a participação do SINTUSP, com a vanguarda que se formou aqui. E a gente gostaria também de analisar alguns arquivos, tipo jornais da época, do período, boletins que a entidade possa ter em seus arquivos.

Brandão: Então, é preciso começar colocando para você a seguinte situação: no período do final da década de 1970 até 1988 quando o sindicato foi fundado, eu não vivenciei essa história. Eu comecei a militar no SINTUSP exatamente quando o SINTUSP nasceu. Ou seja, nos últimos dois meses de vida da associação. Minha primeira participação política foi em uma paralisação no dia 20 de agosto de 1988.

Então, no período de 1977 até essa data, a pessoa mais indicada para conversar sobre isso, que é o único que resta aqui no sindicato, é o companheiro Magno. Ele foi um dos companheiros e companheiras que lançaram em 1979 aqui o MOASUSP, que era o Movimento de Oposição a ASUSP, e que na época a associação tinha um caráter mais recreativo, um caráter totalmente apolítico. Então, isso aqui era um grêmio que tinha de tudo, desde [...] bem ao estilo do sindicato pelego, apesar de que aqui não tinha nada de sindicato. Tinha aqui barbeiro, cadeira de dentista que atendia umas dez pessoas por mês, etc, etc. Tinha agência de viagem, emprestava dinheiro a juros. Era isso que o pessoal que era de dentro da associação fazia.

Em sei por alto as coisas. Que na época, quando iniciou os primeiros “bafos” do ascenso operário no país, tinha um pessoal aqui que militava contra a ditadura na clandestinidade, Magno era um deles. E tinha a gente do PCdoB, do PCB, do MR8, da LIBELU. Enfim, esse pessoal se organizou para procurar a direção da associação para discutir a campanha salarial de 1979. Os caras responderam que salário... “primeiro que não somos trabalhadores, somos servidores públicos, e esse negócio de salário não é a gente que resolve, quem resolve é o governador. Não temos nada a ver com isso.” E o pessoal acabou organizando essa mobilização por fora da entidade. Se reuniram embaixo de uma árvore – puseram até uma placa em uma pracinha que tem do lado do prédio da História e da Farmácia. É, tem uma plaquinha lá. E aí eles começaram a se reunir e a se organizar. E aí meu não posso lhe dizer

os detalhes, mas a partir disso eles foram avançando para fazer as assembleias, discutir nas unidades, fazendo todo esse movimento. E conseguiram organizar a participação da categoria na greve de 1979, quando era o governo Maluf. Uma greve geral do funcionalismo do Estado de São Paulo. E a associação acabou participando muito fortemente dessa greve, uma greve que quando cheguei aqui muita gente falava dela, mesmo tendo passado nove anos, mas era uma greve que ainda estava viva na memória de todo mundo. Foi uma greve bem [...]. Sofreram desconto de ponto; pessoal teve que buscar – ironicamente – cestas básicas no fundo de greve dos metalúrgicos do ABC. O próprio Magno conversou diretamente com o Lula, que mandou abrir lá o fundo de greve deles lá; trouxeram carretas de cestas básicas aqui, ficou abarrotado de cestas básicas aqui, para distribuir para o pessoal.

Depois dessa greve eles fizeram um [...], se não me engano o movimento de oposição forçou a convocação de uma eleição e ganharam. Desde então ela continuou sendo uma associação até o dia 28 de outubro de 1988, ou seja, 23 dias após a promulgação da Constituição de 88 se convocou uma assembleia dos associados da ASUSP, em meio a uma greve, que era a greve da URP – que começou com uma greve geral do funcionalismo, mas 20 dias depois a APEOESP caiu fora, a ASP que era da saúde saiu fora, a AFUSE também, que era os funcionários de escolas saíram fora, enfim, a UDEMO, todas as entidades do Grupo dos 19 da época pularam fora da greve; ficou na verdade as três universidades: a USP, a UNESP e a UNICAMP, que continuaram a greve. Aí, durante a greve, no dia 28 de outubro – a greve começou dia 20 de setembro (durou 56 dias), terminou no dia 16 de novembro – ela convocou uma assembleia da associação, e então em assembleia aprovou, com poucos votos contra – uns setores de direita que eram mais ativos na época, um período de mais efervescência da luta de classes – pouca gente votou contra a proposta de transformar a nossa associação em sindicato, transferindo para o sindicato todo o quadro de associados da associação e bens da associação transferidos para o sindicato, entendeu? Nessa época, quando aconteceu isso, 20 de agosto a 28 de outubro, eu tinha 48 dias que tinha começado a circular aqui dentro. Então, o período anterior que estou contando para você aqui é produto de narrativas que eu ouvi. Agora quem poderia contar aqui com precisão sobre esse período é o Magno, e... Na categoria ainda tem alguns, ainda. O Zé Roberto Stella, que está morando em Ribeirão Preto... Os que eu conheço, com quem eu convivi foram esses.

C. D.: Mas o senhor pegou o momento de transformação da associação em sindicato.

Brandão: Sim, eu fiz parte da primeira diretoria, da diretoria nomeada na assembleia, como diretoria provisória, com a tarefa de elaborar uma proposta de estatuto a, após a aprovação desse estatuto, convocar uma eleição ordinária para a direção da entidade já com base nesse estatuto.

C.D.: Chegou-se a fazer um congresso estatutário para essa discussão, ou foi somente em assembleia...

Brandão: A assembleia... o primeiro estatuto foi aprovado em uma assembleia de associados amplamente divulgada, etc, etc. O estatuto foi publicado na época, não sei, em um jornal [...]. E na época não havia esses recursos, como a internet, era tudo no papel mesmo, impresso. E mais tarde foram feitos congressos estatutários

para... O ano que passou teve um congresso. Teve uma greve ano passado e surgiu muita gente nova, o comando teve um papel importante para garantir a organização da greve na base; a greve durou 118 dias, graças a essa organização de base. Aí, para tentar manter esse pessoal do comando, a gente fez a proposta de modificar o estatuto, ampliando o numero de representantes no Conselho Diretor de Base – que na APEOESP seria o conselho de representantes – se chama Conselho de Diretor de Base, para ampliar o numero de unidades, de forma que abrisse espaço para incorporar essa companheirada mais nova, que cumpriu um papel na greve muito mais ofensivo, muito mais importante do que os conselheiros que haviam sido eleitos no período de paz, num período anterior. Então, fizemos isso ano passado. Aí foram feitos também várias mudanças também.

C.D.: No período de 1988-1989, como o senhor disse, foi um momento de grande efervescência política, um acirramento da luta de classes no Brasil, tanto evidenciado no debate em torno da Constituição, como também a própria eleição de 1989, para presidente. Como foi a participação do SINTUSP em todo esse debate e suas ações para dentro e para fora da universidade? O SINTUSP é conhecido como um sindicato que extrapola as questões corporativistas.

Brandão: É um esforço para praticar minimamente um sindicalismo classista. Obviamente isso não é perfeito; está muito longe de ser um sindicato/escola de comunismo, como diria o camarada Lênin. Está longe de ser um sindicato/escola de comunismo. Mas é um dos poucos sindicatos no país que preservou as práticas da democracia operária idealizada pelos fundadores da CUT. A maioria abandonou isso. Hoje tem sindicatos que só a direção fala em assembleia, não se permite que os trabalhadores da base falem, que gente de fora fale. Não só os da articulação do PT e do PCdoB. Tem sindicato com a esquerda. Vou citar um exemplo: fui na... foi um apoio do nosso sindicato na ocupação da MABE, uma fábrica de eletrodomésticos que a patronal deu um golpe e fez uma falência fraudulenta. Bom, ela declarou falência e veio uma sócia e comprou a massa falida, para reabrir a fábrica e deu um calote de milhões de reais em cerca de dois mil operários. Fomos lá levar um apoio, e além de não abrir fala para os apoiadores, só a direção do sindicato tinha acesso ao microfone. Tinha uma assembleia, o pessoal estava organizado embaixo de cobertura, diante de sol, um calor; era uma cobertura comprida. Então o pessoal estava espalhado em uma distância de, sei lá, 80 metros. Os caras falaram uns 40 minutos e depois disseram “agora conversam entre vocês, decidem o que vocês querem, e depois convocamos a votação”. Não tem espaço no microfone. Tinha que falar para todo mundo e não falava, pois só dava para falar com quem estava a sua volta. Não tem acesso, é um negocio que... nas assembleias que falam todo mundo, que abre para todo mundo... não tem essa de escolher quem fala, tipo “sua fala vai criticar a posição da diretoria”, “você vai criticar, etc.”. As falas são abertas democraticamente para todo mundo. A diretoria do sindicato é a primeira gestão de decisão, acima dela tem conselho de representantes, tem assembleias; todas as questões importantes são discutidas aí. Quando tem greves, por exemplo, a diretoria se dilui no comando de greve, o comando de greve dirige o sindicato nesse período, com representantes eleitos em todas as unidades, etc., etc. Então, essas são algumas dessas práticas.

A questão do corporativismo... É pouco difícil você praticar o classismo pela condição do próprio movimento sindical no país. Mas, aqui por exemplo, o sindicato intervém em qualquer situação em que o trabalhador [...], o trabalhador terceirizado

da USP, de qualquer ramo, seja da construção civil, da saúde, vigilância, limpeza, jardinagem que é o que mais tem na USP. A gente não apenas presta apoio como também organiza, vamos pra cima, porque os patrões dos trabalhadores das empresas de vigilância não vão nos ouvir porque não nos reconhecem como interlocutores. Pelo contrário, [...] aí nós organizamos o pessoal, coloca na porta da Reitoria, fecha a “bagaça” e diz: “mais uma vez lutamos aqui pela incorporação dos terceirizados sem a necessidade de concurso”, que é uma polêmica no movimento sindical. “Ah, o concurso foi uma grande conquista do funcionalismo público”, “na pode”, “trem da alegria”. Veja bem, o trem da alegria segue tranqüilo, correndo tranqüilo nos trilhos dos cargos comissionados, das verbas dos parlamentares dos gabinetes para contratarem quem eles quiserem. O trem da alegria continua correndo que é uma beleza. Achamos um pouco difícil que um político vai querer colocar um familiar seu lavando banheiro aqui a R\$ 800,00 por mês. Esse perigo a gente não corre. Os parentes de políticos estão, são nomeados como chefia de gabinete aqui da USP com cargo comissionado, que não são eleitos nem indicados, nem conquistado, são chamados cargos de confiança. Por aí o trem da alegria corre uma maravilha, sem ninguém falar nada. Agora, quando você pega uma nordestina, uma mulher, idosa, nordestina, negra, semi-analfabeta, lavando banheiro da academia... “aí não, não pode incorporar. Sem concurso não pode”. O mesmo tem que dizer para essa trabalhadora: “desculpa, mas a senhora não tem a capacidade intelectual necessária para limpar a merda acadêmica, para limpar a merda das privadas da academia. Não tem mérito para a senhora fazer isso. A senhora não pode”. Bom, a senhora não pode com salário digno, com condições respeitáveis. Mas na condição de semi-escrava ela continua fazendo. É o que ocorre com a terceirização.

O pessoal encara isso como a defesa dos trabalhadores terceirizados e a solidariedade. Não é. Para nós é o seguinte: facilitar a terceirização você fechando portas, está facilitando fechar portas para os efetivos. Os efetivos vão perder seus postos de trabalho.

Outra questão que desprende disso é o mesmo que você dar um atestado de confiança para o Estado Burguês. Concursos organizados pelo Estado são fraudados de cima a baixo. Aqui a gente pegou vários exemplos, provas de fraude de concurso, e a universidade ignora olímpicamente. Não é só para contratação para o baixo clero, mas também para professor titular. Ocorre irregularidades, fraudes, bancas viciadas, etc. Então, ninguém pode assegurar que o concurso é garantia de lisura.

Outra questão é a competência, tipo, se o cara é competente para fazer um serviço, o que o concurso, em tese demonstraria. Mas não tem prova de português ou matemática que vá atestar a capacidade do cara de cortar grama melhor do que ele cortando, há dois ou três anos aqui na condição de terceirizado, por um salário mínimo. Não tem prova de português e matemática que vá testar a capacidade de alguém limpar um banheiro e varrer chão ou assentar tijolos melhor do que ele estar aqui assentando dois ou três anos. Então, não há o porquê.

C.D.: O fenômeno da terceirização é algo mais recente ou já apareceu seus primeiros sinais na década de 1980?

Brandão: Quando comecei a militar aqui em 1988, antes disso tem jornais de antes dessa época, de 88, em 1987, nos primeiros meses de 88, tem fotografias de um companheiro que era diretor, e antigo, que era diretor do SINTUSP, que era da

ASUPS na época, que faleceu, o Wilson, que também foi um da primeira direção do SINTUSP, a direção provisória, fazendo assembleia com trabalhadoras da limpeza terceirizadas na diretoria da USP para discutir a incorporação delas sem concurso. Então, aqui na USP a terceirização começou ainda nos anos 1980.

C.D.: A luta pela incorporação era mais fácil antes de 1988, antes da Constituição?

Brandão: Olha, o problema é o seguinte, se você pensar do ponto de vista legal, sim. Mas se considerando que as leis, se você levar a sério que as leis, que o direito, na verdade é a vontade da classe dominante escrita na forma de lei, é acertado que a gente force que eles mudem de vontade. Agora, se deixar correr, sem ninguém fazer nada, sem ninguém lutar, as leis não mudam. Ou mudam quando interessam para eles, quando interessa para nós, não. Então, mudando as leis, a Constituição de 1988 está totalmente mutilada, em todos os aspectos, em todos os pontos de vista dos direitos da classe trabalhadora, como os direitos previdenciários, direitos sociais como a saúde. Estão discutindo, inclusive a cobrança dos serviços do SUS. Enfim, a infinidade de mudanças feitas na Constituição, atendendo as necessidades e os interesses da classe dominante, é bastante grande. Então, não é verdade que não pode mudar. Pode mudar. A questão é saber se a lei serve, se a lei se justa e legítima. Nesse caso, com a terceirização, não é. Prejudica enormemente o trabalhador, que estão num trabalho semi-escravo, ou até mesmo escravo, porque o cara não recebe. Por aí vai. Então, a gente tem feito essa luta.

Outro exemplo, é um dos sindicatos que está entre os que mais apoiaram, tanto ativamente, fisicamente, como politicamente e materialmente na medida de suas forças – a gente não tem muita força financeira, muita força material, não cobra imposto sindical, vive somente da contribuição voluntária dos associados. Não tem nenhuma taxa, nada. Só contribuição do associado. A gente não tem esse poder financeiro muito grande – mas do ponto de vista político, foi um dos sindicatos se envolveu e se empenhou no apoio às ocupações de terra do MST, depois remeteu a outros setores, sem deixar de apoiar as ocupações de terra do MST, do MTST. Temos levando apoio, solidariedade aos trabalhadores em outras greves, mesmo que campanhas internacionais. O Magno aqui foi um dos que, na categoria, ele fez parte da comissão que lutou pela libertação do Cesare Battiste. Então, é um sindicato que, com as limitações, obviamente, na nossa opinião cumpre um papel político importante, com no mínimo manter vivo algumas tradições, algumas das melhores tradições do movimento operário. Ou pelo menos a vontade de ser classista, a defesa do classismo, dos princípios básicos da democracia operária, a gente tem lutado aqui para preservar. E é um dos poucos sindicatos que mantém.

C.D.: Como está o índice de sindicalização?

Brandão: Baixo. É baixo porque a gente vive uma realidade que é a seguinte: não sei se em outras categorias do funcionalismo público existe. É certo que na UNICAMP é bem menor. No caso da UNESP é maior. Mas nas demais instituições do funcionalismo público eu não tenho ideia.

Mas aqui a gente concorre com uma infinidade de associações. Então, cada campus do interior tinha uma associação como tinha essa aqui. E depois o pessoal construiu uma associação que ia fazer campanha pela casa própria. Na verdade fizeram uma espécie de cooperativa, conseguiu acordos com empreiteiras para

construir casas populares e vender para o pessoal. E muita gente, em busca dessa casa, obviamente preferiam a associação e retira a filiação do sindicato. O cara que no interior é filiado em uma associação local, por causa da recreação, etc., alguns concordam em pagar duas filiações, outros não. E por aí vai. No PDV (Programa de Demissão Voluntária) que tivemos aqui perdemos aqui cerca de 500 sócios, no ano passado. Foram mil e trezentas e poucas pessoas, e entre eles cerca de 500 sócios da entidade.

C.D.: Em porcentagem, quantos da categoria são filiados hoje?

Brandão: Eu não sei o quadro hoje aqui, mas cerca de três mil e quinhentos, total de quinze mil. Desses quinze mil a gente tem uns atualmente uns 40% na capital, 60% espalhados nos outros campi. Campus da EACH, Baixada Santista, Ribeirão Preto, São Carlos, Pirassununga, Bauru, Piracicaba, EEL em Lorena. Mas, enfim, é esse o retrato.

C.D.: O período que o senhor entrou, a ASUSP chegou a fazer algum debate com a categoria sobre a constituinte, ou até mesmo na eleição de 1989.

Brandão: Então, sobre a Constituinte, sim, fez. Foi um período de efervescência, que se discutia se assinaria ou não a Constituição, se o PT assinaria ou não a Constituição. E, a maioria que era da direção, ou seja, a direção da ASUSP só tinha petista. PCB, PCdoB, o que restava estava na oposição. Entendeu, eram só petistas. Quando eu entrei essa direção era constituída pelo pessoal que era do antigo PRC (Partido Revolucionário Comunista), do Genoíno – que era uma ruptura do PCdoB – que depois virou a TM (Tendência Marxista) e por outro lado a Nova Esquerda. Ela rachou no meio. Na época ela virou Nova Esquerda e o outro era, não me lembro bem, MTM, Movimento por uma Tendência Marxista. Ficou um campo a esquerda, o Genoíno, o Marcos Rolim e outras figuras aí, não me lembro de todos os demais. E o da MTM era um companheiro lá de Minas Gerais que não me lembro o nome dele.

Mas, enfim, tinha esse pessoal do PRC, tinha o pessoal da Convergência Socialista, tinha o pessoal da OT, O Trabalho, eram esses que tinham aqui na USP. No espectro da CUT, normalmente a Convergência se organizava na corrente sindical deles, não me lembro o nome. E o pessoal daqui se organizava na “CUT pela Base”, que era um saco de gato. O Bauer também era da CUT pela Base. Era um saco de gato. Tinha desde gente solta que nem o pessoal daqui, que já tinha rompido com o PRC na época quando entrei. Uma corrente chamada TS, a Tendência Socialista, a DS, a Democracia Socialista, os mandelistas. Tinha o povo do Renato Simões e do Oswaldo de Carvalho, aqui da região de Campinas, na época eles chamavam de Fórum do Interior, e depois mudaram para Fórum Socialista. Tinha o próprio PRC, a Nova Esquerda no campo da CUT pela Base. LPS. Era um saco de gato bastante amplo. Tinha um grupo de pessoal chamado Grupo da Júnia, que depois mudou o nome para Liga Operária. Enfim, isso era a CUT pela Base. Tinha a oposição da APEOESP, independentes como o Bauer e outros companheiros. Então no espectro da CUT, o pessoal que era maioria aqui era da CUT pela Base. Comecei a militar sindicalmente na CUT pela Base. Organizado não porque não era expressão de organização, mas sim de desorganização, verdadeiro saco de gato, e gatos de todas as cores.

Agora, sobre a posição do sindicato na Constituinte. Foi feito um debate sobre a Constituição na época. Peguei o bonde andando nessa discussão, mas o pessoal avaliou que havia conquistas na Constituição, embora não fosse a Constituição desejada. Houve uma euforia muito grande. Eu quando tomei contato com a ideia de revolução socialista, em pensei, a revolução está logo ali na esquina. Mal via eu que o ascenso estava chegando ao limite e a partir da derrota do Lula em 1989, começa o descenso e em seguida veio a queda da burocracia no Leste e impactou todo mundo aí. Mas foi discutido a Constituição e quando teve a eleição de 1989, o SINTUSP aqui participou ativamente desse processo eleitoral. Que foi feito uma discussão, que poderá ser encontrada nos jornais, matérias, debate sobre os dois projetos para o país. Na época representava o fantoche da Rede Globo, que era o Collor, do outro lado estava a representação dos trabalhadores sob perspectiva histórica, que era o companheiro Lula, e blá blá blá. Aquela discussão toda. E aqui chegou a convocar uma assembleia e aprovado o apoio político e material do sindicato para a campanha do Lula. Fizemos campanha de madrugada, batendo em porta de fábrica, com carro de som do sindicato, com panfleto feito pelo sindicato chamando os trabalhadores a votarem no Lula, contra o fantoche da Globo, pelo projeto da classe trabalhadora, blá blá blá. Foi um período de efervescência política bastante grande. Então, foi feito aqui uma campanha brutal. Até hoje o Magno falava que poderia viver cem anos não vai esquecer nunca aquele “Lula-lá, brilha uma estrela, Lula-lá!”, de tanto ouvir essa desgraça no carro de som, na Kombi do sindicato, que era um som alto. E rodava aqui dentro, nos corredores de fábrica, locais de grande concentração, corredores de fábrica daqui de Santo Amaro, no Jaguaré, aqui no corredor da Beca, entre a Lapa e a Barra Funda, qualquer corredor de fábrica aí. Garagens de ônibus. Na época havia ainda greves e lutas, se metia na madrugada em tudo que piquete que tinha, em garagem de ônibus durante greve de condutores. Enfim, tudo que era luta a gente estava.

C.D.: E nesse momento a base aderiu a essa campanha voltada no sindicato?

Brandão: Aderiu, aderiu. O quanto aderiu eu não sei, mas aderiu. Foi convocada a assembleia para discutir e passou por ampla maioria, muita gente defendendo contra, mas passou muito bem.

C.D.: O pessoal que era contra argumentava o quê?

Brandão: Ah, independência do sindicato, essas coisas todas, e com argumentos de direita mesmo, o discurso do sapo barbudo lá do Brizola.

C.D.: Muito obrigado. Podemos usar essa gravação.

Brandão: Se quiser (rs). Livre, livre.

C.D.: Gostaríamos muito de usar alguns arquivos, jornais de época que talvez vocês possam ter, tipo um centro de documentação, onde tem os jornais antigos.

Brandão: A gente tem aí pouco, a gente é bem bagunçado. Então não se tem um arquivo bem organizado. Nosso almoxarifado foi arrombado, foi levado o cobre, roubaram documentos. Documentos fundacionais do sindicato foram roubados. Atas, tudo foi para a “cucuia”. Mas ainda resta algumas coisas aí sim da época.

Transcrição da entrevista com Magno de Carvalho 14 de abril de 2016

Cássio Diniz: Primeiramente gostaria de agradecer a colaboração sua para a nossa pesquisa, que trata sobre a história do SINTUSP e a história dos trabalhadores/funcionários da Universidade de São Paulo. E como antes da primeira pergunta, gostaria que o senhor se apresentasse. Quem é o senhor? O que o senhor faz hoje aqui? O seu papel na História do SINTUSP? Quando o senhor entrou aqui na USP?

Magno: O meu nome é Magno de Carvalho, eu estou aqui na USP já há 39 anos e entrei aqui em 1977. Sou fotógrafo de cinema, sempre trabalhei no curso de cinema, rádio e TV da ECA. Já trabalhava com cinema antes de vir para a USP.

Bom, o movimento dos trabalhadores daqui começou ainda na época da ditadura, 1978, quando começou a surgir os primeiros movimentos operários pós-ditadura. Ou melhor, na ditadura ainda, no final da ditadura. Nossos primeiros movimentos aqui começaram coincidindo com o ABC, com aquelas grandes greves onde surgiu o Lula. E 1978 a gente começou a se encontrar, umas pessoas aqui... naquele tempo tudo muito difícil. Ainda tinha muita infiltração policial dentro da universidade. Então as coisas tinham que ser muito na clandestinidade. Mas conversando com um ali, outro aqui, nós começamos a pensar o que era essa associação dos servidores da USP, que naquela época não tinha nada de sindical. Aqui tinha uma cooperativa que vendia uma série de produtos, emprestava dinheiro; tinha uma agiotagem aqui, pegava dinheiro do banco, você pagava dois juros: pagava o juro bancário e o juro da (associação). Muita gente ficava sócio da associação dos servidores por conta disso, dessa coisa de dinheiro emprestado.

Nós juntamos uma meia dúzia de companheiros e resolvemos ir procurar a associação, tiramos três desses seis aí para procurar o presidente, na associação. A associação era no mesmo lugar onde é o sindicato hoje. E dissemos ao presidente que gostaríamos que ele convocasse uma assembleia para que a gente pudesse discutir nossos salários, que estavam muito baixos, e o cara enlouqueceu. E gritando, dizendo que “assembleia era coisa de comunista, e isso no auge da ditadura, assembleia era coisa de comunista, e imagina a gente discutindo o nosso próprio salário. Quem tinha que discutir o nosso salário era o governo que pagava o nosso salário”. Bom, e aí percebemos que o cara era de extrema-direita, um companheiro queria até discutir com ele, e aí eu disse, “vamos embora, vamos deixa pra lá, pedir desculpa pro cara e dizer a gente está com tanto problema de dívida que a gente está...”

C.D.: Isso em 1978?

Magno: Sim, em 1978. Tenho dúvidas se era final de 1977 ou começo de 1978, mas foi nesse período aí. Bom, a partir disso nós começamos a nos reunir, literalmente uma meia dúzia de pessoas. Nós nos encontrávamos embaixo de uma árvore no estacionamento da História, e nós fomos discutindo que precisávamos criar um movimento de oposição. Fizemos um primeiro boletim, em um mimeógrafo a álcool naquele tempo, e falando uma série de coisas, sobre salário, como condições de trabalho muito ruins, de vários lugares. E tudo era distribuído meio que

clandestinamente mesmo. A gente entrava nas unidades, coloca embaixo das portas e até que resolvemos chamar uma assembleia. E resolvemos chamar uma assembleia aqui na associação, na associação dos funcionários. Claro que quando chegamos aqui, trancaram a porta, mas juntou um numero grande, umas 150, 200 pessoas, que naquela época, ditadura, todo mundo com medo de tudo, foi uma surpresa até para nós, a gente conseguiu aquilo ali.

Bom, como trancaram a associação, eles foram embora, os diretores aqui. E os funcionários daqui também foram embora. Aí nós fizemos a assembleia aqui fora, uma reunião aqui fora, e decidimos que nós íamos procurar a ADUSP, que era a Associação dos Docentes, que também estava começando a se organizar, e nós sabemos que haveria uma assembleia na PSICO. Nós marcamos de todo mundo ir nessa assembleia. Fomos lá, fomos muito bem recebidos pelos docentes, e comunicamos a eles que estávamos preparando para ir para a luta, nós queríamos pedir uma audiência com o governador para discutir. E nós não tínhamos nada, não tinha entidade, não tinha nada. “Funcionários da USP”, “comissão de funcionários da USP” e tal, e a ADUSP existia como entidade. E pedimos essa audiência com o governo, que, é claro, foi negada. Era o Maluf na época, governador do Estado.

Bom, mas a partir dessa primeira reunião, a primeira que nós fizemos e dessa ida à ADUSP, aí nós começamos a nos organizar mais, se reunir de forma mais periodicamente. Bom, e essa coisa foi crescendo até que marcamos uma outra assembleia, não marcamos mais aqui, marcamos na Química, na Faculdade de Química daqui da USP. E a assembleia lotou de gente, apareceu televisão, e todo mundo cabreiro com a televisão porque... na época da ditadura, filmava a cara de qualquer um, todo mundo cobrindo a cara e acabamos pondo a televisão pra fora, a Globo. Era uma coisa inédita, funcionários públicos, naquela época.

C.D.: Mas na avaliação do senhor, qual que era a conjuntura... como poderíamos fazer uma análise de conjuntura naquele período, tanto a nível nacional quanto dentro da USP? Uma conjuntura política daquele momento.

Magno: Bom, como falei, estávamos na ditadura militar. Mas já era um momento de um certo enfraquecimento dessa ditadura. Era um período pior da ditadura militar foi o início dos anos 1970. Foi 1971, 1972, 1973, quando morreram muitos na tortura. Nessa época tava mais devagar. Agora, na Universidade de São Paulo tinha muito, aqui estava dominado pelos órgãos de repressão. Só para ter uma ideia tinha um coronel, isso a gente ficou sabendo depois, que tinha uma sala dentro da reitoria e analisava currículo de professores e tal, indicava quem seria mandado embora, funcionários... Era um momento muito difícil, mas ao mesmo tempo foi um momento de ressurgimento dos movimentos operários no Brasil. Da mesma forma que começamos a... exatamente porque sentimos que havia um espaço que não tinha no início dos anos 1970, para esse movimentos acontecerem. E foi interessante porque não foi nada combinado, não tínhamos nenhuma relação com o pessoal do ABC. Tinha movimentos em Minas, naquele Vale dos Sinos, onde tinha muito metalúrgico, e... Foi uma coisa que, ao mesmo tempo, começaram a pipocar greves, lutas e tal.

C.D.: Então vocês aqui não tinham uma relação orgânica ou ideológica com os demais movimentos que estavam surgindo.

Magno: Não, não. Mas sobre a questão ideológica, alguns de nós, eu principalmente, eu era organizado. Eu fui do PRC, Partido Revolucionário

Comunista, que era uma dissidência do PCdoB, da guerrilha. Inclusive, quando você falou para eu falar da minha vida, eu não falei. Mas eu, quando vim para São Paulo, depois que um amigo meu ficou desaparecido, e com certeza foi morto. Ele era muito amigo. E ele me cobrava muito para que eu devia me organizar. Participava de várias coisas, manifestação em 1968, a gente teve muita manifestação no Brasil, que levou ao endurecimento da ditadura, porque depois de 1968, começo de 1969 veio o AI-5, e aí veio toda uma fase de endurecimento da ditadura que... Quando vim para São Paulo, eu vim exatamente porque queria me organizar e naquele tempo não tinha saída, ou você vai para a luta armada ou você se esconde debaixo da cama ou sai do Brasil. E eu estava convencido de que a gente tinha que resistir, e o PCdoB daquela época não tinha nada a ver com esse PCdoB de hoje, que tá aí disputando o poder. Era um partido clandestino, maoísta, que defendia a luta armada no campo. Aquela ideia de Mao Tsé Tung que o campo cerca a cidade, e tal. E foi interessante que eles não me recrutaram, eu procurei o PCdoB. Na época eu conhecia o PCB, porque eu tinha parentes no PCB, tinha um tio que era do PCB. E o PCB na época defendia “temos que nos fingir de mortos”. Tem até um documento que dizia isso, no auge da tortura e tal, ou seja, para de militar, fica quieto para não morrer. E eu sabia que o PCdoB não. Naquela época estava surgindo grupos, mas não conhecia, como a ALN do Mariguela e outras organizações. Mas eu procurei o PCdoB. Quase eu fui para a guerrilha, para o Araguaia, quase. Os três que foram antes de mim, que eram um... Estava marcado para mim e mais uns dois, nem sei quem que era que ia comigo. Era de ônibus até Marabá, e de lá ser levado para as bases de guerrilha que tinham no sul do Pará. E aí essa turma que foi antes da nossa, a nossa estava programada para ir na seqüência, eles foram presos em Marabá. Só escapou a dirigente do Comitê Central, que era a Elza Monerrat, mas foi preso inclusive, uma das pessoas presas foi a mulher do Genoíno, que nem conhecia o Genoíno nessa época. E com isso, foi abortada nossa ida, desse grupo lá.

Então, depois disso, tempos depois a guerrilha foi totalmente. Aliás, morreram todos que estavam lá. O Genoíno escapou porque ele foi preso antes de começar a guerrilha de fato. A Amelinha também que era uma outra companheira que ainda está viva até hoje. Mas eles foram presos na fase de organização da guerrilha. E aliás, foi por conta do exército ter descoberto e cercado e tal, que se precipitou o início da guerrilha, que não estava previsto para aquele momento. Estavam ainda fazendo um trabalho de buscar apoio da população, de se fixarem mesmo naquela região como moradores, como trabalhadores ali, mas fazendo um treinamento de guerrilha.

Depois disso, quando a guerrilha foi toda destruída, alguns companheiros começaram a fazer uma crítica daquele processo todo, uma auto-crítica. Houve uma divisão grande do partido, e a partir daí que nasce o PRC. Porque nós criticávamos, entendemos que aquilo ali foi um foco, teoria do foco, que nós rejeitávamos mas na prática aquilo ali foi uma... não tinha apoio popular para uma guerrilha. E além disso, nós criamos uma ilusão, ajudaram a criar uma ilusão de que aquilo ali era o início de uma revolução no Brasil. Eu mesmo estava convencido disso, que a partir daquilo ali, levantar o povo das regiões, principalmente dessas regiões rurais aí. E a gente viu depois que era uma loucura. Oitenta, noventa, no máximo contando com os que aderiram a guerrilha lá, enfrentando as Forças Armadas do Brasil. E aí, houve uma reunião na Lapa, do Comitê Central, parte do Comitê Central porque a outra parte estava fora do Brasil, e que essa crítica foi apresentada em um documento pelo Pedro Pomar, que era um dos dirigentes que fazem um documento de crítica. E

essa reunião já estava mapeada pela polícia, a polícia chegou e... Foi um cerco absurdo. Centenas de homens para pegar dez pessoas mais ou menos. Foi um massacre. Esse Pedro Pomar que foi o cara que iniciou essa dissidência, foi morto com mais de 80 tiros, foi uma coisa absurda lá.

Bom, daí, quando entrei na USP, eu era do PRC já. Já tínhamos essa dissidência. Então, eu identificava algumas pessoas, até pelo tipo de proposta de fazer aqui, tipo, tinha um dos caras que se reuniam com a gente embaixo da árvore era do PCB, que trazia companheira a companheira dele, um outro companheiro colega de escola, da GEO, trabalhava na GEO. Então tinha pessoas que eram militantes de alguma organização, mas a maioria não era. Porque esse grupo cresceu, de meia dúzia aumentamos... Então, tinha algumas pessoas que eram de organização, mas a maior parte era independente.

C.D.: Conta mais um pouco sobre a greve de 1979, do funcionalismo público, que a USP participou ativamente.

Magno: Bom, essa greve nasceu... A organização dessa greve foi a seguinte: esse grupo que começou a fazer essas assembleias e tal, nós chegamos a conclusão de procurar outros setores do funcionalismo. Então, principalmente eu e um outro companheiro, que era o Zé Roberto, que até hoje é funcionário da USP, mora em Ribeirão Preto. Fomos procurar a associação dos servidores do HC, que a gente ficou sabendo que tinha, do hospital dos servidores, que é o hospital público que atende os servidores públicos. Bom, depois fomos contatando outros setores do funcionalismo aí. A Apeoesp foi depois, porque a Apeoesp naquela época também estava nas mãos dos pelegos, e tínhamos grupos de oposição que tomaram a Apeoesp. Um pessoal que depois participação da fundação do PT. Mas na época era um pessoal de direita que estava lá. Não tanto quanto aqui, mas era um pessoal que... Depois contatamos esse pessoal, depois de várias reuniões desses grupos menores, e gente fez contato com essa oposição, que era muito dividida; tinha MUP, MOAP, cada um ligado a uma organização. Tinha os lambertistas, que eram a tendência d'O Trabalho, tinha o pessoal da MEP. A Convergência não tinha, na Apeoesp não tinha, mas tinha o tal do MEP, que era o Movimento de Emancipação do Proletariado, e a gente brincava que era o Movimento de Emancipação do "Professorado", porque só tinha, só existia nos professores.

Quando apareceu esses grupos da Apeoesp começamos a divergir sobre como montaríamos um comando desse negócio. Eles queriam ser hegemônicos, e isso foi uma briga, mas acabamos superando, a gente tinha três representantes de cada setor que ia se incorporando e formamos um comando de mobilização do funcionalismo. Fizemos um ato no palácio, e acabamos sendo recebidos, o Maluf nos recebeu porque fizemos um ato grande no palácio. Grande não, um ato de 500 pessoas, 600 pessoas, mas tudo naquele era grande, porque não tinha nada, não existia... com exceção de São Bernardo, que começou a fazer as primeiras assembleias, mas ainda não era aquelas assembleias depois na Vila Euclides não.

Bom, e aí, depois de entregar uma pauta de reivindicações ao governador, principalmente na questão salarial. A inflação era tão alta que chegava, que a nossa reivindicação era 70% de reajuste mais dois mil reais (sic). OS dois mil era para aumentar o salário de que ganhava menos. Uma forma de empurrar de baixo para cima, diminuir a distância dos salários e tal. Isso deu muita briga com os professores, os professores não queria saber dessa história, porque para eles dois mil não significavam nada. Para o trabalhador, que o piso era mil e oitocentos,

imagina dois mil reais (sic) era 100% e tal. E aí, chegamos em março de 1979 e deflagramos a greve. Foi um indicativo desse comando, chamava CGP, Coordenação Geral Permanente do funcionalismo estadual de São Paulo. E foi essa CGP que deflagrou a greve.

E a greve pegou muito forte, foi uma greve que chegou a parar mais de 300 mil. Puxou os municipais. Na época a Erundina era da FAB's, da Secretaria do Bem-Estar social, da Família. Enfim, ela foi uma das que ajudou a incorporar os municipais com a gente, no meio da nossa greve. Parou até a coleta de lixo, porque naquela época não era terceirizado, eles eram funcionários públicos. O engraçado é que no primeiro dia fomos fazer um piquete na Ponte Pequena, que deitou todo mundo no chão para que os caminhões não saíssem, porque tinha os fura-greves e os grevistas lá. E a greve pegou para valer mesmo. São Paulo ficou um caos, depois de três dias de greve, montanha de lixo.

Bom, e foi uma greve vitoriosa. Porque, o Maluf muito esperto deu os dois mil, que significava pouco dinheiro para o Estado, muito menos que os 70%. Aí o Maluf deu dois mil reais (sic) para todo mundo. E isso gerou uma insatisfação enorme do pessoal que ganhava mais. Aqui na USP mesmo os professores foram pro pau com a gente, e... Eles eram contra a gente colocar essa reivindicação, e quando saiu os dois mil, eles se revoltaram. Isso custou caro para nos porque durante anos ficou essa magoa dos professores por conta disso, apesar que depois eles conseguiram, trocar os dois mil por 30% de aumento.

C.D.: Isso que queria saber, se nessa greve apareceu a oportunidade de haver uma unificação para além de uma unidade momentânea para a luta, mas sim a possibilidade até mesmo de criar um sindicato único.

Magno: Sim, sim. E nós, inclusive, defendíamos um sindicato único dos servidores públicos. E isso foi uma discussão nacional. Os professores eram totalmente contra, a Apeoesp era contra, os professores da USP eram contra. Inclusive na USP defendíamos que pelo menos um sindicato dos trabalhadores da USP que englobasse os professores e funcionários. Não aceitam, não se misturam com funcionário. É uma coisa elitista, e... Agora, nós durante anos nós nos mantivemos unidos através dessa CGP. A ideia de construir o sindicato estava sendo discutida, mas não pegou. Eu mesmo, como defendia muito essa ideia, acabei sendo convidado ir para vários estados, vários lugares aí fazer essa defesa, porque foi uma época de reorganização do movimento, mas não emplacou. Cada um quer manter seu feudo, e essa coisa de unificação orgânica nunca deu certo.

C.D.: Essa presença corporativista era muito mais forte do que...

Magno: Cada um quer manter seu sindicato ali, onde você tem a sua inserção e tal. E a ideia de unificar e perder o controle... Seria uma coisa muito ruim. Foi aí que percebi que como era frágil ideologicamente os trabalhadores, principalmente do funcionalismo público. Mas não era só no serviço público. Agente sentia... Nesse período depois dessa greve nós nos unificamos com São Bernardo, tanto que fizemos uma... fomos participar do 1º de Maio, em greve, levamos dezoito micro-ônibus cheio de funcionários para a Vila Euclides, que tinha gente de várias categorias. Foi quando conheci o Lula e a turma toda aí, que a gente conhecia da imprensa. E foi interessante que no fim dessa greve nós ficamos 25 dias sem receber salário, porque a folha de pagamento era feita manualmente. E aí não tinha

dinheiro para nada, pra comer, pra nada. São Bernardo tinha a greve deles, e fomos lá... sabíamos que um fundo de greve enorme, tinha um armazém enorme estocado alimento lá. Eles não usaram porque eles receberam o salário e tudo bem. Então nós fomos, eu e esse Zé Roberto, que é de Ribeirão. José Roberto Stella. Nós fomos na casa do Lula, entramos em contato com o Djalma, que era do fundo de greve, e marcamos na casa do Lula. Engraçado, 10 horas da manhã, mais ou menos, a gente estava na casa do Lula, ele morava numa casa, casinha de esquina lá com a D. Marisa, e ele disse “vamos conversar no bar da esquina”. Era 10 horas da manhã, botou cachaça, três doses de cachaça, nós tomamos (risos) fazer uma desfeita dessas? Nós estamos pedindo o fundo de greve. Aí ele ligou pro Djalma dizendo que a gente tinha chegado, porque o Djalma era o presidente, coordenador do fundo de greve. Só sei que foi bom a história da cachaça porque depois de tomar a segunda... Primeiro ele disse “vamos dar uma parte do fundo, e separa lá, e tal”. Depois que ele tomou a segunda ele disse: “Djalma, pra quê a gente vai guardar alguma coisa? Dá tudo para eles aí.” A cachaça funcionou, e nós ganhamos. Cara, tivemos que arrumar caminhões, alugar e pedir emprestado para os sindicatos para trazer. Isso aqui virou um depósito de alimentos até o teto. E ficamos quase um mês distribuindo cestas básicas. A gente formava cesta básica com aqueles alimentos. Tinha tudo, até material de limpeza a gente dava. A gente arrecadou tanta grana com pedágio na entrada que a gente até pagava a conta de água e de luz de quem precisava mesmo, o cara mostrava “eu tenho duas contas atrasadas, vai cortar a minha água”. Foi uma coisa... a questão da solidariedade era muito forte, e a ditadura ajudava isso, porque todo mundo vivia oprimido, e quando começou a se organizar, essa coisa mesmo de São Bernardo passar todo o alimento para gente não foi qualquer coisa. Para nós foi vital isso aí.

C.D.: Durante esse processo, tanto em greve quanto posteriormente, em outros movimentos, nos primeiros anos dos 1980, pode perceber também um desenvolvimento, surgimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores da USP, ou ainda era muito cedo para se falar nisso?

Magno: Olha, uma boa parcela que permaneceu organizado e, nós inclusive chegamos a fazer cursos de formação depois da greve, trazendo gente de fora. E gente do marxismo, tudo muito complicado porque era tudo era clandestino. A gente tinha que tomar um cuidado muito grande. Mas começamos... Mas tinha uma parcela de trabalhadores que avançou para a... Uma coisa engraçada, uma coisa que a gente não consegue mais fazer, que são os cursos de formação. As pessoas não querem. Tentamos várias vezes, começamos com 15 pessoas, daqui a pouco tem 5 e acaba. Naquele tempo eu me lembro que a gente fazia reuniões de fim de semana pra curso de formação que vinham 60, 80 pessoas. Isso aqui lotava de gente, imagina no sábado. Então essa coisa da consciência cresceu em uma parcela grande, claro, a maior parte entrava no movimento principalmente pela questão concreta do salário, essa coisa toda. Isso durante os primeiros anos dessa luta.

Ah sim, nesse ano de 1979, logo depois da greve, nós... Aliás, durante a greve nós ocupamos isso aqui. Chamamos o chaveiro e abriu, e a pelegada foi embora, e depois da greve pensamos em continuar e convocar a eleição. Mas aí o cara conseguiu um mandato de reintegração de posse, veio a polícia aqui, nós fomos expulsos. Mas aí no fim do ano, em novembro, nós tínhamos... A greve foi em março, a eleição em novembro. Não tinha eleição aqui, um passava para o outro,

era uma quadrilha que não tinha, não cumpriam nem o estatuto da entidade. Formaram a associação, tinha um estatuto, o estatuto previa uma eleição, mas aí com um advogado, com o movimento forte, a gente exigiu que houvesse a eleição. E aí concorremos contra a chapa de extrema-direita. A chapa chamava “Ordem e Progresso na ASUSP”, a chapa da direita. Toda verde-amarela, propaganda deles, e chamava a gente de comunista e essa coisa toda. Mas ganhamos bem, ganhamos com mais de 70% dos votos, porque nós tínhamos feito a greve.

C.D.: Já eram uma liderança consolidada.

Magno: A greve, para nós, foi muito vitoriosa, né. Depois houve esse problema de ficar quase um mês sem salário, que todos nós achamos incrível porque conseguir fazer, distribuir aquele alimento para todo mundo, não deixar ninguém passar fome. O salário era muito baixo. Então ninguém tinha uma reserva de banco, nada disso. Ficou sem salário, não tinha condição de pagar conta de água, de luz, e nem comer. Então, esse movimento começou forte, ganhamos a eleição muito bem. Isso aqui estava cheio de dívida, tivemos um monte de problema com... Tinha uma colônia de férias que nunca foi pago nada, deram um cheque sem fundo para a entrada e ficaram devendo sete prestações, e aí nosso advogado ficou dez anos lutando com esse negócio. Claro que perdemos a colônia, porque nunca pagamos mesmo, mas também não tivemos que pagar dívida nenhuma. Mas foi difícil esse começo por conta de saber o que era essa entidade, que era uma coisa muito complicada. Mas aí ela foi se tornando uma entidade sindical mesmo.

C.D.: Mesmo o nome ainda sendo de associação, ela foi adotando um caráter...

Magno: Sindical. Até que em 1988, quando veio a Constituição que permitiu o direito de sindicalização ao servidor público. Aí nós transformamos a ASUSP em SINTUSP. E todos os sócios, naquela época tínhamos cerca de três mil sócios, quando entramos aqui tinha uns dois mil, e o cara entrava de sócio só para pegar o dinheiro emprestado. Todo mundo vivia pendurado nos empréstimos, agiotas e tal. Mas aí teve uma nova filiação já de qualidade, que entrou por conta da luta.

C.D.: Na opinião do senhor, quais são os marcos dos posicionamentos e dos enfrentamentos políticos realizados pelo SINTUSP nesse período? Principalmente quando começou o debate sobre privatizações dentro da USP? Qual foi o papel e quais são os marcos que o senhor acha interessante a gente ressaltar no período dos anos 1980 aqui dentro da USP?

Magno: Olha, naquele tempo, essa coisa de privatização não tava colocada. O que tinha era o início das fundações. As fundações, é claro, acaba sendo uma privatização disfarçada. Mas não é uma privatização como hoje querem fazer. Você ainda não tinha terceirização. Para você ter uma ideia, toda a área de limpeza, de vigilância, todo mundo era funcionário público, funcionário da USP. Tinha, foi uma das coisas que nós começamos a enfrentar, mas aí na segunda parte dos anos 1980, que foi o início da terceirização. Pegando principalmente essas duas áreas, limpeza e vigilância. E a gente combateu muito isso. Naquela época, nós participávamos dos movimentos gerais, por eleição direta, em movimentos pela derrubada da ditadura. E a gente conseguiu ter uma participação grande de funcionários, junto com os estudantes. Então, todo aquele processo de luta pelas

Diretas Já, tudo isso participamos muito desse movimento. E, mais para frente a formação do PT e da CUT. A CUT... participamos bem antes de fundar a CUT, de dois movimentos. Um chamava ANAMPOS, que era ligada a Igreja, que não me lembro o que a sigla dizia. E o outro chamava ENTOES. ENTOES era Encontro de Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical, que era o setor, tinha a oposição metalúrgica de São Paulo, que era do ENTOES, a maior parte eram oposições. Nós éramos dos únicos grupos que tinham uma entidade já ganha por conta dessa greve de 1979.

Então, nós participamos muito desse processo da retomada desse movimento sindical, e da construção de uma central dos trabalhadores. E foi uma coisa muito complicada porque inicio a gente juntou com a pelegada, com caras que eram interventores. O próprio Joaquinção...

C.D.: Isso na primeira CONCLAT, em 1981?

Magno: É, antes da 1ª CONCLAT, que acabou chegando na 1ª CONCLAT, que foi na Praia Grande. Não sei como não morreu gente naquele negócio, era no meio de uma obra, cheio de pedra para todos os lados. Uma briga do diabo, dividimos no meio. Tínhamos uns cinco mil delegados, e um clima... exatamente essa turma liderada pelo Joaquinção, e a turma que, digamos, era liderada pelo Lula e esse sindicalismo, chamado Novo Sindicalismo do ABC. Então, todo esse processo até chegar no CONCLAT, nós participamos de tudo isso, e defendemos a constituição de uma Central.

Rachou, depois daquele congresso, eles acabaram criando o que hoje é a Força Sindical. E nós construímos a CUT. Depois daquele CONCLAT teve um outro CONCLAT que eles já não participaram. E nesse outro CONCLAT nós fundamos a CUT. Foi eleita até a primeira direção nacional pró-CUT. Eu participei dessa primeira direção nacional.

C.D.: que ficou responsável pela organização do congresso de fundação da CUT em 1983?

Magno: É, exatamente. Nós participamos ativamente de todo esse processo de construção dessa... A USP teve uma importância grande nessa, primeiro na unificação do funcionalismo, depois a gente disputou... tinha uma federação de servidores públicos do Estado de São Paulo, que começou a vir nas reuniões dessa CGP, que era esse comando. E era uma turma que não tinha nada a ver com a gente. Contra a greve, contra isso, contra aquilo. Mas como a gente conseguiu fazer um movimento grande, eles colaram na gente porque queriam ser recebidos no palácio. E o governador, muito esperto, só recebia quem estava mobilizado. Essa pelegada não tinha base, não tinha nada. tinham grandes colônias de férias, de tal, mas não tinham... E então disputamos essa federação, e ganhamos. Eu fiquei como secretário-geral dessa federação. Por isso eu entrei na direção da CUT, na primeira direção nacional pró-CUT, como Federação dos Servidores do Estado de São Paulo. FEPASP. Então, esse foi o inicio dessa construção maior, e ao mesmo tempo a CUT, ao mesmo tempo da construção do PT. Muito gente daqui participou da construção do PT porque foi tudo ao mesmo tempo. Aí nós já tínhamos esse contato mais estreito com o pessoal de São Paulo, apesar que, ideologicamente, mais politicamente, a gente era muito mais vinculado ao pessoal das oposições, como a oposição dos metalúrgicos de São Paulo, que era bem a esquerda do Novo

Sindicalismo de São Bernardo. Então tinha uma divisão clara dentro dessa construção da CUT e tal.

Com o passar do tempo, dentro da CUT, viramos a CUT pela Base, que era o setor mais a esquerda no Brasil todo, que, principal força dirigente era os metalúrgicos, a oposição metalúrgica de São Paulo. Mas aí tinha um todo conjunto de entidades e oposições, e foi forte dentro da CUT. Tanto que em um congresso estávamos com o congresso ganho. A CUT pela Base iria ganhar o congresso, com mais de cento e tantos delegados a mais do que eles. E aí o golpe da turma de São Bernardo. Eles pegaram toda a delegação do Rio de Janeiro, que era centro e tantos, inventaram uma história lá que a forma de como foi tirado os delegados, assembleia, sei lá, tiraram cento e tantos, que deu exatamente para eles ganharem o congresso, tipo 51% a 49%. Aí começou a ver o racha da CUT. Eu sou péssimo para data, mas foi nos anos 1990. E aí rachou mesmo a central, e acabamos saindo todo mundo e, tanto que hoje construímos a CSP-Conlutas, que são vários movimentos, inclusive gente que foi expulsa do PT, que foi... que saiu espontaneamente. E da CUT, porque a CUT e o PT estavam muitos, até hoje. A CUT acaba sendo uma correia de transmissão do...

C.D.: E qual foi a participação, tanto da ASUSP quanto do SINTUSP na construção da FASUBRA?

Magno: Então, a FASUBRA também era uma entidade que estava na mão da direita. E um dia fomos procurados aqui por um pessoal do Rio de Janeiro e mais um do Espírito Santo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Espírito Santo. E aí, eles disseram que precisavam que a nossa entidade, naquele tempo era ASUSP ainda, se filiasse, pelo número de trabalhadores que tínhamos, pelo número de delegados que teríamos direito no congresso. Eles tinham a condição de derrubar a pelegada, essa turma da direita que estava incrustada há muito tempo. E aí nós entramos na FASUBRA, e levamos a quantidade de delegados que tínhamos direito, mais de 80 delegados, uma coisa assim. E realmente ganhamos o congresso, houve uma disputa de chapa entre a direita, com essa chapa... Eu fui três vezes diretor da FASUBRA. Depois nos retiramos da FASUBRA. Saímos por conta de divergências muito grandes, e enfim...

C.D.: E a entrada na FASUBRA foi mais ou menos em que ano?

Magno: Foi nos anos 1980, agora vou ficar te devendo essa, sou péssimo para datas. Não daria para historiador nunca...

C.D.: Mas todo esse processo que se deu no final dos anos 1970, nos anos 1980, todos esses movimentos, campanhas, todas essas lutas corporativas e as lutas políticas que se deram, como por exemplo, o SINTUSP participou do debate aqui dentro, sobre a Constituinte? Nas Diretas?

Magno: Sim, na Constituinte inclusive nós tivemos uma participação grande, principalmente na discussão ao direito de sindicalização. Nós chegamos a ir em Brasília, conversar com os constituintes, fizemos um movimento muito grande... não só nós, mas havia gente do Brasil todo, mas a gente teve uma atuação muito... e depois pelo direito de afastamento de diretores para o trabalho, para o exercício para o mandato sindical. Nós conseguimos aqui, na Assembleia Legislativa uma lei

que foi apresentada por deputados de dois ou três partidos, e não foi exatamente o que queríamos mas ganhamos que pelo menos três, presidente, secretário-geral e tesoureiro. Na realidade queríamos a liberação de toda a diretoria, mas não conseguimos isso, e até hoje... aumentou um pouco, eram três e hoje a cada mil sócios você tinha mais um. A gente chegou a ter seis, como hoje, hoje nós temos seis diretores liberados. Isso é fundamental para a existência do sindicato. Se você tiver todo mundo trabalhando, isso aqui não funciona. Então, todos esses movimentos nós participamos.

Na Constituinte não foi apenas essa luta, mas a questão central foi essa luta de direito de sindicalização. Mas a gente participou de muita luta, de muitos debates sobre... E no fim fomos contra se assinar aquela Constituinte de 1988, naquela Constituição de 1988. A nossa posição era essa. O PT também acabou tendo essa posição. Rachou o PT. Eu me lembro que o Genoíno defendia que assinasse, o Lula vacilou, não sei se no final ele defendia que não tinha que assinar. Mas todo esse processo nós participamos bastante. Essa discussão toda. Principalmente dentro do PT.

C.D.: E na eleição de 1989?

Magno: Aí, foi Lula e Collor. Foi a única vez que esse sindicato aqui tomou a posição que, olhando hoje, foi errada, mas foi a posição que defendi muito, do sindicato aprovar apoio a um candidato. Foi a Única vez que o sindicato fez isso, e apoiamos o Lula. O argumento principal que defendíamos era que ali era luta de classes. Tínhamos um candidato operário, por mais divergências que tivéssemos com o Lula dentro da CUT e tal, e dentro do PT mesmo. Mas entre Lula e Collor... O Collor representava a Globo, a direita. A família dele era reprodutora da Globo. E foi aprovado em uma assembleia lotada, que o sindicato ia apoiar. Aí fizemos campanha, empregamos dinheiro nisso, botávamos carro de som na rua. Também foi a única vez.

Em 1992, para se ter uma ideia, três anos depois, eu já do PT. E foi uma coisa interessante, pois eu já tava decidido a sair, mas iria esperar o congresso, como muita gente. E o PT abriu um processo de expulsão contra mim, individual. Tinha a Convergência Socialista que tinha um processo de expulsão enquanto corrente. O meu porque em um congresso do PT eu distribuí um jornal, tínhamos um jornal stander, grande, e eu escrevi uma matéria que chamava “Os trabalhadores e a revolução no Brasil”. E eu defendia a revolução. E fui distribuir, não era delegado do congresso do PT, mas fui na hora do almoço distribuir o jornal, lá no Ibirapuera, no ginásio. Tava todo mundo voltando do almoço e eu entregando o jornal, e o Zé Dirceu pegou o jornal e disse: “Tudo bom? Qual é o seu partido? De qual partido é esse jornal?”. Aí eu disse “não é de partido, é do meu sindicato.” “Ah, do SINTUSP!” Aí ele foi lendo, estádio vazio, ele foi descendo, parou, ficou lendo essa matéria. Voltou depois de ler uns três minutos e falou para mim: “Oh, vou te avisar para não dizer que pegou você de surpresa. Vou pedir sua expulsão do partido”. Eu disse, “ah é, por que vai pedir a expulsão do partido?”. “Porque isso aqui vai acabar com o nosso partido, porque isso aqui vai ser usado pela direita, que tinha gente que estava defendendo luta armada, revolução, o diabo a quatro.” E aí, abriu um processo de expulsão. Só que saí antes, porque chegou o congresso...

Ah, antes disso, eu ia na comissão de ética responder. Aí juntou um monte de gente para me apoiar. Já tava uma guerra dentro do PT. O pessoal da Convergência de mala para sair. A Causa Operária foi expulsa, apesar da Causa ainda estar na

CUT. Tentaram ficar dentro do PT, deixaram uns militantes lá, nunca romperam de fato, mas... Então houve um processo muito complicado com o nosso caso aí. A comissão de ética apontou para a minha expulsão, mas aí no dia da reunião do diretório nacional, que quem pode expulsar – a comissão só indica – e na comissão de ética eu usava a comissão para detonar o PT, a degeneração que estava tendo lá, naquele tempo já tinha um monte de coisa errada, de corrupção interna, eu denunciava. Eu ia como réu e acabava... e eles eram obrigados a responder. Eles perguntavam alguma coisa e respondia rapidinho e depois descia o pau em todo mundo. E aí, é claro, a comissão de ética apontou pra mim a expulsão. Era o Zé Américo o presidente da comissão, e depois foi presidente do PT estadual, estudou aqui na ECA, onde trabalho.

Bom, em 1992 nós saímos todo mundo junto, Convergência, um monte de gente independente. A Causa foi antes, em 1991, mais ou menos um ano antes desse congresso.

C.D.: Mas voltando para a questão da USP, dos trabalhadores daqui da USP. Diante de todo esse processo, das lutas de 1978, 79, até a eleição de 1989, e a possível saída do SINTUSP, mais posterior da esfera da CUT, o senhor conseguiria apontar que nos anos 1980 houve alguns aspectos contraditórios da categoria? Ao mesmo tempo a categoria ia para a luta, mas também apresentava sinais de atrasado. O senhor conseguiria identificar algumas dessas contradições?

Magno: Isso, na realidade, sempre houve, desde o início. Quando falei que desde 1979 a direita teve 30% dos votos aqui, ou quase isso, e nós 70%, isso já expressava que quem votou na direita era direita mesmo. Todo o programa deles era de direita. Mas isso sempre se expressou. Nós tivemos uma parcela da categoria que ideologicamente ganho para o pensamento de direita, tinha gente que votava no Maluf, que votava nos partidos da direita mesmo, tradicional, e que também uma parte desse pessoal, em época de greve não entrava. Apesar que aqui na ECA mesmo conhecemos um malufista roxo, e era grevista, piqueteiro, chegava na greve e fazia piquete com a gente. Mas isso era exceção. Até estive aí no sindicato antes de ontem que, mais de dez anos que não via ele, que se aposentou. Tinha essas contradições, ideologicamente de direita, mas que lutavam por salário, na luta corporativa o cara tava.

Agora, esse setor mais... Nós sempre fomos considerados um sindicato muito radical, muito, esquerda demais. Quando faz greve ocupa a reitoria, enfrentamento com polícia, essa coisa toda. Então, por um lado a gente fez uma turma vir com a gente, nessa política mais combativa, de luta, por outro lado tem gente que detesta o nosso sindicato por isso.

C.D.: Mas alguns trabalhadores...

Magno: Alguns trabalhadores da universidade que... Principalmente o pessoal mais, das áreas mais burocratizadas da universidade. Pessoal de mais alto salário. Mas também tem um ou outro que não é. É peão mesmo de... que acaba ganho para esse pensamento de direita. Mas tem uma divisão bem, não é de classe, é claro, mas de extratos sociais aqui dentro. Tanto que a maior parte dos nossos sócios é o pessoal de nível básico e técnico. Muito pouco do nível superior. Tem filiados, mas é menor. E tem essa crítica a gente porque nós radicalizamos demais, principalmente quando a gente fecha portão, tem greve geral que a gente parou tudo aí, tocando

fogo em pneu aí fora. Até carro velho a gente colocou no meio pra tocar fogo. Agora, é claro que tem uma turma que... não é só reitoria e dirigente que combate a gente. Mas a gente sempre foi, sempre teve essa postura bem mais a esquerda que a maioria do movimento sindical.

No próprio movimento sindical somos apontados como... alguns admiram a gente, na CSP-Conlutas mesmo a gente é usado como exemplo de sindicato combativo. Mas tem muitos setores no movimento sindical que chama a gente de porra louca, que essa turma do SINTUSP é... por conta dessas ações que a gente faz mais radicais. Por isso temos esse estigma no movimento sindical, de ser um sindicato ultra-radical. Bom, pelo menos nunca nos chamamos de pelegos. Mas com certeza nós temos um diferencial da maioria do movimento sindical, e fazendo um balanço hoje, de todo esses 35 anos de luta, eu acho que tivemos conquistas muito graças a essa forma combativa de luta. Tanto que, para se ter uma ideia, o funcionalismo... nós ganhávamos o mesmo salário do resto do Estado inteiro. Numa dessas greves a gente conseguiu, o que foi chamado a Greve da Carreira, a gente não conseguiu o reajuste salarial que a gente queria porque o estado inteiro entrou em greve, mas foi voltando todo mundo e ficamos em greve sozinhos na USP. Aí, é claro, a reivindicação salarial nós não abandonamos, mas virou secundária, você não ia lutar para 800 mil trabalhadores só com a greve da USP. Então nós conseguimos a carreira da USP. E essa carreira, só para ter uma ideia, hoje nós ganhamos três vezes mais que o funcionário do Estado como um todo. Eu sei porque a minha mulher, que tive três filhos e somos separados hoje, ela ganhava no Estado exatamente até mesmo os mesmos centavos que eu, os salários eram iguais. Ela era contratada como técnica de laboratório e eu como fotógrafo, que também eles enquadraram como técnico de laboratório. Então era igual. Ela aposentou alguns anos atrás com um terço do salário que eu recebia. Mas isso era geral. Para isso teve que mudar a nomenclatura das nossas funções aqui, para não ficar igual a do Estado, por que o escriturário do Estado ganha X e daqui... também, por conta da autonomia da universidade. Então, essa luta toda fez com que a gente ganhasse outras coisas também, tem a haver com condições de trabalho. Tivemos muitas vitórias nesse negocio. Que agora estão tratando de tirar tudo isso. E demitir funcionário e tal, porque ganhamos demais, e tem todo esse ataque que estamos sofrendo hoje, sendo acusado disso aí, de sermos um nível salarial muito... principalmente os salários mais baixos. O nível básico nosso, nós chegamos a ter nessa carreira, nós exigimos três salários mínimos como piso. Eu cheguei a ganhar aqui um salário mínimo virgula dois, como técnico, técnico especializado. Imagina, o básico era todo mundo o salário mínimo. Nós chegamos a ter três salários mínimos de piso. Não podíamos indexar a três salários mínimos, é proibido por lei indexar, mas o valor de três salários mínimos. Até hoje a gente briga para voltar. Então, é claro que o trabalhador chamado de braçal, o cara que corta grama, ele entra aqui hoje com quase três, não chega a três porque a gente acaba perdendo, então a gente luta para reconquistar. Então, esses salários das funções mais básicas são considerados... Claro, são um dos maiores pisos do Brasil, porque a nossa luta sempre foi empurrar de baixo para cima. Diminuir... o Brasil é um dos países que tem a maior diferença salarial do mundo, dos países que tem mais... E a gente lutou muito contra isso. Por isso... você pega o salário de nível médio, como o meu caso, ou do nível superior, tem até funções que o mercado está pagando mais lá fora, mas são raras. Agora, no nível básico não, no nível básica aqui o salário... E é isso que eles querem acabar, eles querem acabar com o básico da USP, querem terceirizar

tudo que é... Tudo que a gente conquistou hoje está ameaçado. Muita coisa já está sendo retirado.

C.D.: E a última pergunta para não tomar mais o tempo do senhor. Alguns autores marxistas apontam, e fazem uma análise sobre o papel do indivíduo na História. No caso do SINTUSP, no caso do movimento dos trabalhadores daqui da USP, principalmente no final da década de 1970, durante toda a década de 1980, o senhor poderia dar algum destaque de alguma pessoa, lógico, alguém do senhor, que teve um papel fundamental na construção do movimento?

Magno: Tem um companheiro, o Fernandão. A sede desse sindicato recebe o seu nome, em homenagem a ele, foi um dos companheiros mais... Nunca foi da direção do sindicato, e nunca quis entrar na direção. Mas era um companheiro muito valoroso e que nas horas difíceis, nas horas de greve, de enfrentamento, de polícia, ele estava sempre na linha de frente. Eu o considero, assim, uma pessoa que marcou muito a nossa história aqui. Muita gente dizia que ele era doido, porque ele não tinha medo de nada, e ele era... Mas era um companheiro... Fernando Legaspe, o nome dessa sede, tem até uma placa em homenagem a ele, que foi tirada para dar uma restaurada nela. Esse foi o companheiro que acho que mais marcou, apesar de não ser nunca da diretoria do sindicato.

Transcrição da entrevista com Henrique Carneiro **28 de abril de 2016**

Cássio Diniz: Bom, a primeira pergunta que gostaria de fazer para o senhor é, quem é politicamente o professor Henrique Carneiro? Fale um pouco da sua formação e trajetória política.

Henrique Carneiro: Bom, eu comecei a fazer atividades políticas quando era adolescente secundarista e começou uma luta estudantil contra o regime militar. Mas na verdade, para ser preciso, comecei antes de ser estudantes, pois em 1977, quando iniciaram as primeiras passeatas eu não estava estudando, eu tinha parado o segundo grau e trabalhava na época. Então, eu me incorporei às passeatas, na verdade, como um “cidadão” e não tanto enquanto estudante. No ano seguinte, em 1978 eu retomei os meus estudos e entrei no Supletivo Equipe, para terminar o segundo grau e lá comecei a organizar o grêmio da escola. E a partir do grêmio do colégio Equipe a gente se articulou com outros colégios e a partir de 1978-1979 se constituiu um movimento pela reconstrução da União Municipal, que depois se tornou a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, e depois da União Paulista e depois finalmente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Então, eu comecei nessa reconstrução das entidades estudantis secundaristas no final dos anos 1970.

C.D.: E a sua formação política se deu apenas no movimento estudantil ou o senhor se organizou também em alguma organização política nesse período?

Henrique Carneiro: Bom, eu já vinha de uma formação autodidata, digamos assim, de leituras, de uma série de textos ligado a tradição marxista, e eu me inseria já em uma visão crítica ao sistema soviético, na época, enfim, ainda em plena vigência, e eu me simpatizava muito com a obra de Trotsky. Aí, quando eu entrei no Supletivo Equipe, eu comecei a discutir com algumas organizações, que até então eu nunca tinha tido contato, e entrei rapidamente em uma delas, que na época se chamava Liga Operária, e que depois irá se transformar na Convergência Socialista.

C.D.: E essa experiência, essa formação, o senhor trouxe para a USP quando ingressou aqui?

Henrique Carneiro: Sim, também, claro. Toda essa formação inicial da época de adolescência e depois, enfim, enquanto estudante secundarista foi essencial, não só na construção, digamos assim, num repertório intelectual, bibliográfico, de leitura, etc., mas numa atitude, digamos assim, moral diante das injustiças, diante da desigualdade social que sempre me pareceu como algo inaceitável. E desde aquela época eu tive um engajamento em lutas sociais e causas de interesse popular.

C.D.: E em sua geração de militantes socialistas, quais foram os principais desafios, embates e causas sociais que o senhor participou?

Henrique Carneiro: Você diz naquele período ou de conjunto?

C.D.: De conjunto, mas também na década de 1970, 1980.

Henrique Carneiro: Naquela fase teve, digamos, um desafio enorme que foi a própria constituição das entidades estudantis que eram proibidas. Então, organizar um Grêmio levava, muitas vezes, os estudantes a serem perseguidos pela diretoria da escola ou até denunciados para a Polícia. Então a gente ia em muitas escolas para ajudar esses “centros cívicos” ou grêmios, e fui preso algumas vezes naquela ocasião, enfim, diversas mobilizações em frente de escolas.

Depois mais teve o processo, digamos, mais dramático que foi em 1983, quando tinha sido recém eleito o primeiro governo de Estado por eleição direta – ainda se sub-existia a ditadura e o governo do Figueiredo no âmbito federal – mas já havia a concessão de eleições parlamentares e para o executivo estadual. E tinha sido eleito o Franco Mantoro, o primeiro governo do PMDB em São Paulo em 1982. E logo após a posse se iniciou um movimento de reivindicação de desempregados que acabou resultando em uma série de ondas de saques, que começaram no Largo Treze de Santo Amaro e tal. E eu fui participar desse movimento chamando a organização de uma greve geral. A gente foi panfletar nas fábricas logo de madrugada, e ao decorrer do dia eu fui agarrado com um monte de panfletos, junto com um companheiro, e levados para a Polícia Federal e a gente ficou onze dias presos. Depois, inclusive, fui processado pela Lei de Segurança Nacional, a lei 4.430, de incitação a greve. Então, esse foi um dos momentos que, digamos assim, de maior enfrentamento com forças repressivas. Eu não cheguei a ser espancado ou torturado, mas fui maltratado, ficava sendo interrogado de madrugada, essas coisas. Isso em 1983.

C.D.: Mais posteriormente em outras campanhas a nível nacional, o senhor participou?

Henrique Carneiro: Eu tive depois um outro incidente, digamos assim, em que eu sofri uma ação repressiva da polícia, que foi em 1986, quando a gente estava organizando uma campanha que me apresentava como candidato a deputado federal para a eleição do Congresso que iria formular a nova Constituição, enfim, a Constituinte de 1986 que redundava na Constituição de 1988. E nessa ocasião eu fui candidato defendendo, sobretudo, uma campanha pela legalização da maconha. E a gente fez um abaixo-assinado com dezenas de intelectuais, artistas, que na verdade era uma cópia de um abaixo-assinado europeu que tinha sido assinado por prêmios Nobel, pelos Beatles, figuras assim. E aqui iríamos entregar em praça pública, em frente ao Teatro Municipal, mas no dia da entrega a polícia veio e prendeu todo mundo. Então, fomos cerca de 60 presos, que fomos levados para o DEIC e acusados de “apologia ao crime”. Nessa ocasião não ficamos detidos muito tempo, foi apenas algumas horas, mas também foi outro processo, enfim, de levantar uma bandeira, que naquela ocasião ainda era assim, muito tabu. Uma coisa que a própria esquerda não era unânime em levantar essa questão da legalização da maconha e das demais drogas ilícitas.

C.D.: E nesse momento o senhor já militava dentro do SINTUSP (ASUSP)?

Henrique Carneiro: Não, nesse momento eu ainda estava, tinha terminado o segundo grau e tinha entrado na Casper Líbero para fazer jornalismo, e só comecei a militar no SINTUSP quando ingressei na USP, que foi em 1987. Foi em 1987. O ano que entrei na USP foi em 1987.

No mesmo ano que eu ingressei no vestibular para História, eu prestei um concurso para funcionário e ingressei como técnico-administrativo na administração da faculdade.

C.D.: É possível fazer um balanço dos episódios internacionais que percorreram os meados da década de 1970 até os primórdios dos anos 1980, e seus reflexos no Brasil? Toda essa conjuntura internacional, nesse período histórico, e também seus reflexos na ditadura militar ao final da década de 1970? Em sua opinião, quais foram os fatores que mais pressionaram a conjuntura nacional naquela época?

Henrique Carneiro: Olha, havia uma espécie de esgotamento do ciclo militar. O clico militar foi resultado de uma interferência dos Estados Unidos na América Latina, e que de uma forma mais ou menos direta ou indireta, acabou por realizar golpes que levaram a regimes militares mais ou menos prolongados, que duraram, como no caso brasileiro, 25 anos, quase. Na Argentina, no Chile, na Bolívia, no Uruguai, em todos esses países tinha havido a ascensão de governos militares. . Eu acho que houve depois um processo de crise do intervencionismo norte-americano, que se manifestou na ascensão de um presidente democrata nos anos 1970, que era o Jimmy Carter, que começou a questionar o intervencionismo anterior, principalmente da época Nixon, que tinha sido muito forte no auge da ditadura brasileira. E eu acho que essa pressão internacional pela restauração da democracia se combinou com o esgotamento econômico de um regime militar que, enfim, estava fazendo água por todos os lados, tanto na sua legitimidade política quanto em relação a sua gestão econômica, que também estava entrando em crise com perspectivas de recessão. Já era bem o fim do Milagre Econômico. O milagre tinha sido bem no auge dos 1970. Quando chega nos 1980 já era o período que estava abrindo a pior década da história brasileira, talvez a atual supere, mas até aquela ocasião os anos 1980 foi, enfim, chamada de “a década perdida”. E foi um momento de um enorme impasse, pois a transição para uma democracia no Brasil se deu de forma diferenciada dos nossos vizinhos. Em quase todos os países vizinhos houve um questionamento muito forte, que levou os regimes a não só serem derrubados, mas a terem processos de julgamento de seus crimes; oficiais militares envolvidos em tortura foram punidos, etc. E a transição brasileira foi muito mais, digamos assim, mediada por um enorme acordo, uma transição negociada em que o papel da pressão popular ficou restrito, e em momento algum conseguiu desequilibrar totalmente o sistema. A própria realização das eleições diretas foi uma frustração enorme, porque em 1984 se esperava que ela fosse ser aprovada, mas foi votado contrariamente às eleições no Congresso, e aí vem o Tancredo Neves que morre, dando seqüência ao seu vice, que era o Sarney.

Então, nesse período no Brasil, eu acho, houve um esgotamento que, aparte de um modelo internacional, mas aqui a transição, digamos, foi menos aguda que nos países vizinhos.

C.D.: Voltando para a questão do SINTUSP, o senhor falou que ingressou aqui na USP em 1987, como estudante e ao mesmo tempo como trabalhador. Como foi a sua aproximação com o SINTUSP? Quando e como foi isso?

Henrique Carneiro: Bom, quando eu entrei como estudante, imediatamente eu fiz o concurso e ingressei em março já na função de técnico administrativo na seção de compras. Até então eu tinha tido uma atividade sindical apenas ligada ao sindicato

dos pesquisadores de mercado, que eu tinha sido antes durante muito tempo pesquisador de mercado. Eu trabalhei sete anos em diferentes empresas, desde o Ibope até muitas outras. Mas esse sindicato é muito inativo, digamos assim, era quase formal. Eu nunca fui em uma assembleia desse sindicato, nem nada.

Então quando entrei na USP eu de fato me filiei ao primeiro sindicato o qual fui ter uma vida sindical, uma vida, inclusive, comunitária mais intensa. Eu já tinha, enfim, conhecimento da existência do SINTUSP. E assim que entrei, era uma questão de princípio que eu iria me filiar e passar a participar do sindicato. Então, desde o primeiro momento eu já era sindicalizado e comecei a acompanhar o movimento que vai levar ao fim da associação e depois a fundação propriamente do sindicato. Porque antes era ASUSP, que era a Associação dos Servidores da USP, e depois ela se oficializa como sindicato, que foi na época que eu estava na diretoria.

C.D.: Nesse momento em que o senhor ingressou no SINTUSP (ASUSP), o pessoal falava muito da ASUSP, por exemplo, a data de fundação da ASUSP? Porque era uma associação que de fato não representava as trabalhadores da USP, era mais como uma cooperativa, com um caráter mais gremial. Mas quando pergunto para as pessoas, para o Magno, para o Brandão, poucos sabem me dizer quando que realmente surgiu a ASUSP.

Henrique Carneiro: Ah, mas eu também não sei, pois foi anterior a minha época. Eu sou anterior ao Brandão, o Brandão veio depois. Mas o Magno já estava, ele era um dos fundadores, talvez saiba mais. Ou talvez a Rosana Goulart. A Rosana é importante porque ela foi a principal responsável pelo jornal da ASUSP, que depois virou o Jornal do SINTUSP.

C.D.: E no momento que o senhor entrou, qual era a avaliação que fazia desse sindicato, do SINTUSP?

Henrique Carneiro: Eu fazia a avaliação que esse sindicato era combativo. Eu via no SINTUSP um alinhamento com todas as reivindicações democráticas, que eram muito presentes nessa época, tanto contra o regime militar na esfera federal, quanto na falta de estrutura democrática na gestão da universidade. E via também um sindicato muito politizado e, inclusive, por estar vinculado a um centro de elaboração político e intelectual, que é a principal universidade do país, que fazia com que houvesse um diálogo muito grande também com os estudantes, havendo inclusive muitos estudantes que eram também funcionários, que era o meu caso. Então, eu acho que Ra um sindicato que estava localizado num setor social de intenso debate, e isso politizou o SINTUSP desde o início.

C.D.: E o SINTUSP participava da vida cotidiana dos trabalhadores aqui da USP?

Henrique Carneiro: Eu acredito que sim, eu acho que havia uma presença muito significativa, não só nas questões salariais, mas também a questões políticas mais gerais. Então sempre foi um sindicato que tinha um espaço muito grande para o debate da conjuntura nacional ou a participação de lutas sociais mais amplas de outros setores de outras categorias de trabalhadores, mesmo em lutas democráticas, como também para causas internacionais. Isso se expressava, sobretudo no jornal, que eu acredito que foi o melhor jornal sindical que eu conheci

no Brasil. Até hoje não conheci nenhum jornal que tivesse tanta densidade de questões que não fosse apenas corporativas ou gremiais como você chamou.

C.D.: O senhor participou da diretoria. O senhor foi eleito em qual período?

Henrique Carneiro: Já na diretoria de 1987. Eu acho que no próprio ano de 1987 eu entrei para a primeira diretoria da ASUSP. Depois eu acho que fui eleito mais uma vez para a diretoria do SINTUSP. Se eu não me engano eu cumpri dois mandatos. Mas eu não tenho certeza, agora pode ser que tenha mais um, pode ser que eu me engane.

C.D.: Eu inclusive achei uma foto dessa diretoria com o senhor, e se o senhor nos autorizar em usarmos em nosso trabalho, nos agradeceríamos.

Henrique Carneiro: Sim, claro. Sem dúvida. Depois me manda uma cópia também.

C.D.: Eu tirei de um jornal dos arquivos do SINTUSP, mas está nítido.

Henrique Carneiro: Os arquivos do SINTUSP estão incompletos, eles não têm a coleção integral do jornal. Eles encadernaram depois de um período, mas antes disso eu acho que a Rosana Goulart seja a pessoa que mantém a coleção mais preservada.

C.D.: E sobre alguma campanha do SINTUSP, ou da ASUSP, ao longo dos anos 1980, o senhor tem alguma recordação dentro daqui da USP? E elas foram campanhas mais vanguardistas ou teve um caráter mais corporativista?

Henrique Carneiro: Olha, as campanhas daquela época se vinculavam a luta geral do funcionalismo estadual. Porque havia negociações em torno de índices de reajustes que eram conjuntos para todo o funcionalismo. Então, houve uma campanha que eu não vou conseguir dizer o ano que foi, que houve uma enorme passeata em direção ao Palácio dos Bandeirantes, que sofreu repressão da cavalaria, e não era apenas da USP mas todos os servidores estaduais, sobretudo os da educação ligados à APEOESP, e aquela eu acho que foi uma das campanhas que mais houve impacto em toda a cidade, porque no dia seguinte foi manchete em todos os jornais; a cavalaria atacando professores, pessoas idosas e tudo. E eu me recordo que fomos em passeata daqui até lá, enfim, um movimento bastante forte, bastante engajado. Essa é a que me recordo, que teve um maior impacto na vida geral da cidade.

C.D.: Na sua avaliação, como se dava a presença do SINTUSP em momentos mais gerais dos trabalhadores brasileiros nos primórdios da década de 1980, a nível nacional?

Henrique Carneiro: Eu também não vou agora ter uma memória muito precisa, mas eu tenho a lembrança que o SINTUSP foi um dos sindicatos que mais se engajava em solidariedade a outros setores que estavam sendo atacados. Eu me lembro dos seringueiros do ACRE, o próprio Chico Mendes, depois o Osmarino Amâncio, que foram um objeto de toda uma campanha de solidariedade que o SINTUSP fez. Mas assim, de memória, a queima-roupa, eu não vou me recordar de outras.

C.D.: Mas o SINTUSP, ou a ASUSP, chamou greves gerais junto com outros sindicatos a nível nacional.

Henrique Carneiro: Greve Geral de toda a sociedade, se chamou. Mas acho que a última foi nos anos 1980. Eu acho que a última foi no próprio período ditatorial ainda.

C.D.: A nossa pesquisa se centra muito nesse período, do final da década de 1970, quando houve a mudança desse caráter da ASUSP com a chegada dessa nova geração à associação, até a transformação no SINTUSP, em 1988. Então, a gente gostaria de saber quais foram as participações a nível nacional do SINTUSP? Participar de um chamamento a uma greve geral seria uma atuação mais conjunta, não é? Até mesmo a construção de outras entidades a nível nacional.

Henrique Carneiro: A greve geral, eu não me lembro a data, mas foi por aí. Eu estou lembrando de uma greve geral que houve um processo de piquete, que parou a Alvarenga, que depois foi reprimido. Essa eu me lembro que teve muita intensidade, mas agora eu não me lembro da data.

C.D.: O SINTUSP, ou a atuação que a ASUSP começou a ter a partir de 1979 com essa nova geração, pode ser caracterizada como parte do chamado “novo sindicalismo”?

Henrique Carneiro: Eu acho que sim, eu acho que aqui é talvez uma das expressões mais radicalizadas de um “novo sindicalismo”, que se opunha a toda estrutura sindical vigente, enfim, do peleguismo oficial das estruturas confederadas, e aqui havia um particular espaço para as correntes mais a esquerda, devido a própria existência desse debate e dessas correntes também no âmbito do movimento estudantil. Então, eu acho que a construção do PT e da CUT foram, naquele momento, engajamentos no qual o SINTUSP teve um papel muito grande, e já numa perspectiva de crítica também pela esquerda ao grupo dirigente do PT, desde a sua origem, ou seja, o grupo que irá ser chamado de Articulação dos 113, que era a corrente lulista. Então, a postura do SINTUSP sempre foi, digamos, de uma ala esquerda do Novo Sindicalismo, tanto dentro da CUT quanto mais tarde quando se filia a CSP-Conlutas.

C.D.: E como foi a participação do SINTUSP e de seus militantes, seus ativistas, na construção do PT e da própria CUT em 1983?

Henrique Carneiro: Aí eu poderia falar mais no período de 1987 em diante, que foi o período em que realmente eu me engajei. Nesse período havia um engajamento, mas era mais do ponto de vista de cada enquanto militante. O sindicato não tinha uma relação com o PT, que fosse institucional. A relação era na medida em que cada um de seus diretores era parte de uma das correntes que estavam participando da construção do PT. Na época havia uma disputa política muito grande também em torno do balanço do processo do socialismo no mundo soviético e do Leste Europeu. Porque eu vinha de uma corrente, que era a Liga Operária/Convergência Socialista, depois que virou o PSTU, que era vinculada a uma tradição trotkysta, e que portanto tinha uma crítica muito grande ao sistema vigente na União Soviética, como algo que havia se degenerado completamente de uma noção original de socialismo. E o

grupo ligado ao Magno vinha de uma outra vertente, que era a ruptura do PCdoB. Então, eles tinham sido maoístas na origem, e depois ainda mantinham algum elementos da concepção que a gente chamava de frentepopulista, e que via como necessária a aliança com setores da burguesia para se promover uma democratização do país, enquanto a gente enfatizava sobretudo os elementos da independência de classe, considerando que uma constituição de um partido de trabalhadores não poderia de forma alguma abrir espaço para, enfim, para os setores patronais. Então, esse tema eu me lembro que foi objeto de discussão até em cursos que o SINTUSP chegou a fazer; me lembro de um curso em que o Brandão estava recente entrando, e que eu propus inclusão de um texto de Trotsky, e que ele e o Magno foram contrários, que achavam que não era tão relevante assim. Mas, enfim, são lembranças um pouco desconcatenadas que eu tenho agora.

C.D.: Qual era a relação que o SINTUSP tinha com a CUT nos anos 1980? Era uma relação mais conflituosa ou mais harmônica?

Henrique Carneiro: Não, era uma relação de ser um dos pilares da CUT. Agora, a CUT estava dividida entre uma direção ligada a uma corrente majoritária do PT, enfim, a corrente lulista, e uma oposição que tinha duas vertentes; uma era a vertente chamada “CUT pela Base”, e outra era a vertente dos setores trotskystas. Então, a gente estava na oposição à direção majoritária, mas em correntes que não era a mesma.

C.D.: Então os trotskystas não estavam na CUT pela Base?

Henrique Carneiro: Não, os trotskystas estavam nesse momento, algum setor pode até que estivesse, mas a nossa corrente não estava.

C.D.: E do ponto de vista político o SINTUSP participou de embates políticos contra a última fase da ditadura do Figueiredo, do ponto de vista mais político?

Henrique Carneiro: Olha, eu já não saberia te dizer, porque o período do Figueiredo vai até 1985. Então, quando entrei aqui era 1987.

C.D.: Então com o Sarney, os embates políticos com o Sarney?

Henrique Carneiro: Aí certamente. Os embates em relação ao Sarney e depois no engajamento no processo de eleições de 1989, que o Lula disputou com o Collor, isso sim foi muito grande. Eu me lembro que a questão do Sarney, na épica, já tinha sido motivo de uma grande objeção de várias correntes de esquerda, que era a própria legitimidade de sua ascensão ao poder. E a gente já defendia que houvesse um outro processo de participação popular que levasse a uma eleição direta, que de fato só veio a ocorrer com a eleição de 1989, que foi a primeira eleição direta no Brasil.

C.D.: Me recorde de algumas fotos do movimento sindical, não precisamente do SINTUSP mas de outros lugares, onde aparece faixas dos anos de 1987, 1988, chamando diretas já. É muito interessante porque na história ficou no senso comum que a Campanha das Diretas Já começou em 1983 e terminou em 1984. Mas a

gente via nas faixas, em 1987, essa campanha “Diretas Já”. Então era um questionamento à legitimidade desse governo, do Sarney.

Henrique Carneiro: O governo Sarney, a gente nunca reconheceu que tivesse legitimidade, porque ele já era resultado de um Colégio Eleitoral indireto, e ainda por cima a figura que representava a oposição, que era o peemedebista do Tancredo tinha morrido, e quem chega ao poder era o próprio líder do partido da ditadura que tinha, de ultima hora, mudado de barco. Então, o Sarney era particularmente inaceitável.

C.D.: E essa era a posição do SINTUSP? Era não reconhecer esse governo?

Henrique Carneiro: Olha, não era “não reconhecer”, enfim, era denunciar a sua ilegitimidade. Eu não sei lhe dizer a formulação exata enquanto reivindicação que se fazia na época, mas o sentido de conteúdo era esse, não reconhecer a legitimidade do ponto de vista de que era um governo que não tinha nenhum tipo de amparo popular. Era um governo escolhido indiretamente.

C.D.: E para terminar, uma última pergunta: em sua opinião, quais foram as principais virtudes do SINTUSP no movimento sindical brasileiro na década de 1980? E as debilidades também?

Henrique Carneiro: Olha, as principais virtudes, eu diria, serem as seguintes: em primeiro lugar, um sindicato que defendia um método de luta combativo. Um sindicato que privilegiava a pressão da categoria, a mobilização, ao invés de tentar por vias indiretas de negociações, muitas vezes até às costas da categoria. Sempre foi um sindicato que muito ligado a ideia de que é ação direta da categoria mobilizada que pode permitir uma relação de forças que pode garantir as suas reivindicações. Segunda coisa, é o fato de ser um sindicato politizado, que tomou essa luta contra o governo federal, que também levava campanha internacionais, e que tinha um espaço muito grande de debate até por essa inserção no meio universitário que tinha muitos que eram estudantes, etc. A terceira, eu diria que é a imprensa. A imprensa do SINTUSP, que a Rosana Goulart foi uma das principais responsáveis, foi uma imprensa muito inovadora, que trazia não só um conteúdo diversificado de temas, que não era aquela coisa corporativa, de só falar dos interesses dali da categoria, mas também tinha uma linguagem visual, uma técnica jornalística que era muito inovadora. Usava muita fotografia, usava muito títulos grandes e muito vistosos, enfim, a arte gráfica era também muito vanguardista. Acho que hoje em dia a melhor fonte para realizar sua pesquisa é retomar essa coleção integral número a número. Por isso, é bom procurar a Rosana.

C.D.: E as debilidades do SINTUSP nesse período?

Henrique Carneiro: Olha, tem uma debilidade que não diria que é só do SINTUSP, mas acredito que é do movimento sindical em geral, que é muitas vezes uma falta de rotatividade dos quadros. O Magno, por exemplo, é um veterano combatente do movimento sindical, não somente aqui na USP mas em outros lugares, enfim, ele sempre teve uma grande importância, mas eu acho que faltou um esforço no sentido de tentar criar uma geração mais nova de quadros. Hoje em dia não sei o que está acontecendo; não tenho contato atual com o SINTUSP. Mas eu acho que naquela

época houve, digamos assi, uma certa pouca rotatividade dos quadros. Então, havia um núcleo dirigente que acabava depois se – entrava numa gestão, depois saia e depois voltava – porque não havia uma renovação de quadros, e talvez seja uma das debilidades maiores.

C.D.: Mas a renovação de quadros para o movimento seria de responsabilidade do próprio sindicato, ou das organizações representadas pelos militantes que atuavam no sindicato?

Henrique Carneiro: De ambos. Eu acho que caberia ao sindicato tentar facilitar a absorção de novos ativistas, e garantir a eles um processo de formação e de liberação sindical também, porque a garantia de poder trabalhar para o mandato sem ter que estar cumprindo as suas funções durante o tempo de sua gestão é indispensável. Então, eu acho que é do sindicato e também das organizações que muitas vezes acaba mantendo o mesmos quadros de uma forma meio que prolongada. O caso do Brandão, por exemplo, é um caso a parte, porque ele foi demitido injustamente. Então, a continuidade dele como uma reivindicação contrária a demissão justifica a sua presença até hoje. Mas eu acho que é preciso um esforço para tentar sempre evitar a burocratização dos sindicatos; eu acho que o SINTUSP é um dos menos burocráticos eu se conheceu, mas mesmo assim aqui também teria que melhorar mais nesse sentido, de evitar o engessamento do sindicato em torno das mesmas pessoas.

C.D.: E para terminar mesmo, a base da categoria, tanto nesse período da década de 1980, quanto posteriormente, chegou a fazer algumas críticas ao sindicato, como por exemplo achar que o sindicato é radical demais em sua forma de luta, por exemplo?

Henrique Carneiro: Aí, essas críticas sempre ocorrem porque a base do sindicato é muito diversificada. Enfim, em ultima instancia, corresponde à opinião de cada individuo que faz parte dessa base. E esse tipo de crítica eu já ouvi sim, na mesma unidade em que eu trabalhava, mas eu nunca senti que essa crítica fosse majoritária, mas sim que representava setores minoritários que muitas vezes tinham uma remuneração superior a média da categoria. Aqui a categoria é muito peculiar porque ela não tem homogeneidade, ela é muito diversificada. Então, você tem alguns funcionários que são verdadeiros “marajás”, que são os mais altos salários da universidade, acima, inclusive, do corpo docente. Os mais altos salários são de funcionários. O Boris Fausto, que era assessor jurídico da reitoria, é um dos que tem esse altíssimo salário. E isso cria uma dificuldade de você contemplar os interesses que vão desde um trabalhador da prefeitura (da USP) que recebe quase um salário mínimo e vive em condições ultra precárias – alguns inclusive morando na favela aqui próximo da São Remo – até funcionários de formação, enfim, de pós-doutorado, que estão em laboratórios operando equipamentos de milhões de dólares, com enorme expertise e técnica, e que recebem salários adequados a essa expertise. Então é um sindicato de características peculiares de sua diversidade, de sua heterogeneidade de setores componentes de sua base. É inevitável que sempre haja uns que são mais insatisfeitos. Mas eu acho que a radicalidade do SINTUSP foi muito mais uma virtude do que algo a ser criticado.

Transcrição da entrevista com Mauro Puerro 13 de setembro de 2012

Cássio Diniz: Primeiramente, gostaríamos de fazer uma pergunta para contextualizar a nossa conversa. Qual era o contexto histórico específico do movimento docente ao final da década de 1970, pouco antes das primeiras grandes greves de 1978 e 1979?

Mauro Puerro: O movimento docente, localizando o movimento docente no movimento dos professores de 1º e 2º grau. Eu não me refiro aqui a docência universitária, que teve um ritmo diferenciado. Então ele é um dos setores sindicais que cumprem um papel importante na mobilização no final da década de 1970 e no começo dos anos 1980 e em período de ditadura. Uma ditadura já em crise, digamos, por causa de fissuras, começa a permitir que o movimento sindical comece a ascender. Então junto com o movimento metalúrgico do ABC, o movimento sindical de professores nacionalmente que... é o primeiro setor nacional de peso, digamos.

E isso tem uma relação que o movimento de professores, a sua vanguarda vinha do movimento estudantil. Então é um setor sindical, mas ele tem uma particularidade em relação a grande parte do movimento sindical, porque a atividade profissional, com variações – o Brasil é um país muito desigual – que em regra geral exige um curso universitário. Então era uma juventude que nos anos 1970, ou digamos até mesmo parte nos anos 1960 tinha passado pelas universidades. E a luta democrática contra a ditadura tem um peso importante da juventude e por isso que a juventude professora é a ponta de lança que começou a organizar os chamados movimentos de oposição sindicais em vários estados. Surgem como oposições sindicais pois os sindicatos estavam sob alguma intervenção direta, ou não havia intervenção porque não havia movimento sindical de professores, no sentido que sindicatos, não havia legalidade para os sindicatos do setor de professores. Então o que se tinha eram as associações que a ditadura permitia porque eram associações com direções pelegas e que eram clubes assistenciais, como a CPP (Centro do Professorado Paulista). Mais ou menos esse era o padrão brasileiro.

Em São Paulo o processo passa (...) a oposição começa a organizar em São Paulo em 1977, com pequenos núcleos, grande parte vinham do movimento estudantil, com correntes, digamos, que se organizam aí, que eram correntes que vinham do movimento estudantil. No início a maior corrente em São Paulo era a corrente sindical que tinha relação com a LIBELU, a Liberdade e Luta, que era uma corrente com peso no movimento estudantil. E o resto do Brasil era mais ou menos similar, com ritmos diferenciados, com organicidade diferente, mas era mais ou menos similar. E São Paulo a concentração maior de professores, tanto é até hoje que o maior sindicato de professores da rede pública é APEOESP com mais de 100 mil sócios.

Qual é o primeiro elemento então? Digamos, o setor consciente organizado, em grande parte vem do movimento estudantil. Pessoas que de alguma forma (...) o movimento estudantil naquela época era clandestino. E eram corrente clandestinas. Eu talvez seja uma das poucas exceções, digamos. Eu fui um dos fundadores da oposição em São Paulo em 1977, e nunca militei no movimento estudantil. Então eu era um caso a parte, era uma exceção a regra. Eu e mais alguns outros, porque a

maioria vinha daí. Essa é a primeira característica. Era a vanguarda do processo de luta, de mobilização.

Segundo, o fator objetivo é que o setor docente havia tido muitas perdas salariais. No começo dos anos 1970 houve – era preciso fazer uma consulta, a memória talvez me traia – mas se perdeu tipo 30, 40% do poder aquisitivo dos salários dos docentes, caiu muito. Então essa era a base objetiva que permitiu o surgimento das grandes greves. Acoplado, digamos, estava retesado durante todo o período militar qualquer probabilidade de luta por melhores salários, melhores condições de trabalho. Estava tudo retesado. Então quando, mesmo que de forma quase inconsciente a massa sente que o inimigo, que a ditadura está fraca e que dá para sair à luta, e havia o elemento objetivo que eram as condições salariais que haviam decaído. E por outro lado havia uma direção nova, consciente, que vinham das organizações que atuavam no movimento, de um setor que tinha relação com o movimento estudantil, particularmente a sua vanguarda. Era um setor que de alguma forma as lutas democráticas começam fundamentalmente nas universidades, as lutas democráticas contra a ditadura. Então quando ela vai para o movimento sindical, ela tem nos professores o primeiro grande espaço. E aí isso se acopla rapidamente aos metalúrgicos do ABC, que naquele momento cumprem um papel. E todo o ascenso do movimento sindical que o Brasil vive ao final dos anos 1970. Bancários entram em cena, os petroleiros, um ascenso generalizado. Mas os professores são a vanguarda nisso. Minha explicação é quem a haver essa relação com o movimento estudantil por um lado e com o elemento objetivo, porque é um dos setores que teve – há um estudo do DIEESE que é preciso consultar –, mas é um dos setores que teve maior perda salarial na década de 1970. Então isso dá base objetiva.

E o processo é um processo que (...). Eu conheço mais a realidade de São Paulo, no qual fui protagonista, mas digamos, era um processo mais ou menos generalizado no Brasil todo. Explode em Minas. A greve em São Paulo (...) tem a primeira em 1978, tem outra em 1979. Depois explode em Minas Gerais, Rio de Janeiro, bom, vai o Brasil afora.

C.D.: Nesse mesmo período qual era o perfil social dos professores e funcionários de escola na base da categoria? Qual era a realidade social em que viviam?

Mauro: A realidade social, falo pela realidade social de São Paulo, onde eu conhecia melhor. Ela é heterogênea, o setor de professores é heterogêneo do ponto de vista de sua origem. Então você tinha tido uma certa massificação. Lembramos que nesse período é um período que havia crescido a chamada universalização do ensino no Brasil, a oferta de ensino por parte do Estado. Nas décadas anteriores o ensino privado, se você comparar o peso da rede privada com o da rede pública nos anos 1970, o peso da rede pública era proporcionalmente maior que a da rede privada. Hoje continua sendo, mas em termos de qualidade de ensino, na época de minha juventude só estudava – saindo dos grandes centros onde tinham escolas privadas de excelência, como a capital – mas saindo dos grandes centros só estudava o setor privado os alunos que não passavam no setor público. Na verdade era uma inversão, era inconcebível para a minha geração estudar no setor privado, é toda uma geração produto do ensino público.

Então há um crescimento, cresce a rede pública nas décadas anteriores no Brasil, aumenta-se a oferta, aumenta o número de alunos que terminam o ensino primário, que se alfabetizam, que terminam o ensino médio e em cadeia cada vez menor aqueles que tem acesso à universidade, se compara com gerações

anteriores. Então os professores, nesse aspecto, são heterogêneos em sua origem social. Mas, os funcionários de escola tem uma origem plebéia. Quase todos são de origem plebéia e os professores há uma variação, que tem a haver com a regionalização. Se você pegar a periferia de São Paulo, parte dos professores já nos anos 1970 tem uma origem social de setores sociais mais plebeus. São filhos de migrantes, são a primeira ou segunda geração de migrantes que vieram trabalhar em São Paulo, particularmente do Nordeste, do interior. Ainda há um setor médio que, digamos, há um setor médio que vai para a atividade docente, porque a atividade docente proporcionalmente, no período anterior era relativamente remunerada. Hoje, digamos, a atração pelo salário é uma atração (...). O salário médio de um professor, segundo o próprio MEC, ele está 20% abaixo do salário médio que tem o mesmo nível de escolaridade exigido do professor, isso pegando pelo salário médio. Então, segundo o próprio MEC seria necessário um reajuste de uma vez para que você equiparasse o salário médio. Então na época, eu não tenho os dados, mas o desnível não era assim. Havia certa atração pela atividade docente.

Havia setores médios – filhos da burguesia eram raridade, se dedicarem a dar aulas na escola pública, quase que por um problema de classe –, mas os setores médios da sociedade brasileira, a classe média histórica haviam vários com essa origem social. Mas já haviam muitos professores de origem plebéia, chamados setores plebeus da periferia de São Paulo, da pequena burguesia plebéia ou dos filhos da classe operária. Na zona sul, a região que eu conhecia bem em São Paulo, havia essa mistura desse setor social que compunha o setor de professor. Que é um setor que, segundo Marx, é um setor socialmente proletário, porque a relação de salário. E ele vende uma mercadoria, então Marx tem capítulos dedicados a atividade de professores, que no século XIX não era como veio a se tornar no século XX. Estamos falando aqui da segunda metade do século XX. Ou parte final do então século XX. Então todos são proletários, se identificam pelos salários que recebem, pelas condições de trabalho que começam a ser cada vez piores. Em uma sociedade como a nossa, em escolas que estão enfiadas em meio de favelas, no meio de um país que é muito desigual. Se você vier mais para o centro de São Paulo (...). No interior havia uma diferença clara entre os professores do interior. Os setores médios predominam mais no interior e os setores plebeus, de origem proletária, predominam mais nos grandes centros urbanos, na capital. Isso vem explicar um problema depois, que os setores mais radicalizados se concentram nos grandes centros urbanos, ideologicamente mais radicalizados. E vem explicar inclusive o problema sindical inclusive. São nessas áreas que surgem a oposição (...). É nos centros urbanos que surge a primeira oposição em 1977, que veio tomar a APEOESP. E mais tarde o que veio se tornar na APEOESP, a oposição mais a esquerda, ela surge fundamentalmente em Diadema e na zona sul de São Paulo, onde ela tem seu nascedouro. Tem haver com essa característica social majoritários dos professores que trabalham nessas regiões. Pressuponho, o Brasil tem muitas desigualdades, mas tem muitas similaridades. Então pressuponho que no resto do país, pelo que conheço, era mais ou menos similar.

C.D.: Nas greves de 1977, 1978 e 1979, qual era o grau de espontaneidade da categoria docente nessas greves?

Mauro: Em 1977 não há greve. Em 1977 começa a se organizar a oposição sindical, meio clandestina ainda. Tanto é que usávamos (...), eu faço parte da primeira coordenação da oposição que se formou, comecei a militar direto aí em 1977. Começa-se a organizar a oposição, que aqui em São Paulo decide atuar na

APEOESP porque era a menos pelega de todas as entidades, e ela tinha uma história. A APEOESP, no começo dos anos 1960 tinha tido uma greve de professores do Estado que foi dirigida pela APEOESP. O CPP era sempre um setor mais governista, era dirigido pelo Solo Borges, que era um cara vinculado à ARENA. E era um clube, tinha uma estrutura interno difícil de participar. A APEOESP tinha uma certa estrutura de sindicato, era mais frágil enquanto clube, como clube assistencial. E ela era mais uma, quase uma, se tornou porque o dirigente antigo ligado a essa greve de 1960, o Raul Schuinder, era do antigo PSB brasileiro. Então das entidades, não tinha sindicato, havia associações e ela era a mais a esquerda. Daí a vanguarda se referencia, porque essa vanguarda começa a organizar o movimento de professores, a reorganizar em 1977. E ela tinha uma certa estrutura interna que permitia, mas era uma direção pelega que havia se tornado uma espécie de entidade voltada para as ações judiciais do Schuinder, que era advogado. Então durante a ditadura, ele transformou a APEOESP em uma espécie de luta jurídica, a luta no terreno que ele acreditava ser possível, no terreno jurídico.

O processo veio por dentro da APEOESP, mas quando os pelegos percebem que vão (...) que há um descontentamento na categoria – porque o processo é um processo combinado. Por quê? Há um fator objetivo: havia descontentamento. E por outro lado as pessoas começam a ver que o inimigo não está tão forte assim, a ditadura no final dos anos 1970 não é mais a mesma que a ditadura do AI-5. Aquilo que você chama de consciência meio inconsciente coletiva. A percepção das massas. Então a percepção que há é que dá para brigar. Há um ascenso sindical no final dos anos 1970, que tem professores, docentes como ponta, mas também com o período o peso fundamental dos metalúrgicos do ABC. Então ela pega todo o movimento sindical. Há um processo objetivo, e nesse aspecto é espontâneo. Mas por outro lado há uma ação consciente porque em 1977 se fundam as oposições, como em São Paulo. O processo da oposição (...) ela surgem em 1977, fazíamos reuniões em um colégio da Lapa, que era um colégio particular ligada ao MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado). O MEP tinha muito peso dentro do movimento de professores. Gumercindo que foi um dos presidentes da APEOESP era do MEP. Paulo Fratesqui e Bia Padi. E junto com a LIBELU, eles se transformam em Movimento de União dos Professores. Só que a Liberdade e Luta, que veio a ser a corrente O Trabalho hoje; a antiga OSI (Organização Socialista Internacionalista), na época já haviam se tornado a OSI. A Liberdade e Luta seria o nome da corrente sindical estudantil deles, eles eram mais conhecidos assim. E no movimento de professores eles fundam o MUP. Então eles tinham muitos militantes que haviam militado no movimento estudantil e tinham virados professores. E eles como eram maioria, em uma plenária que ocorre nesse colégio da Lapa eles transformam o MUP em uma tendência sindical da OSI. Então quem não era da OSI era obrigado a, digamos, convidado a se retirar. Foi uma miopia política total, transformar em uma tendência sindical. Então se funda o MOAP para quem não era, que era a minoria, digamos. No caso era o eu, que era independente – na época não era militante do que veio a se tornar historicamente o PSTU – e vários setores que fundam o Movimento de Oposição Aberto dos Professores. Esse que Ra um movimento aberto, que era a tarefa do período, construir uma em que as tendências atuassem dentro. Uma oposição que pudesse organizar, dar vazão organizativa a esse sentimento objetivo das pessoas que queriam lutar para mudar sua situação. Uma frente única, um movimento de oposição.

Em um ano o MOAP se torna a principal oposição; o MUP fica em minoria, como tendência sindical, fica em minoria. Explode a greve e é esse setor que (...). A

greve surge apoiado nas condições objetivas, mas tem uma linha consciente desse setor, que chama a assembleia, que organiza a assembleia. A assembleia chamada força a direção da APEOESP (...), a direção quando sente que o negocio é de massa, que vai explodir em um enfrentamento, desautoriza a assembleia. Mas ela ocorre na Câmara Municipal de São Paulo e é dirigida pela Oposição, sem a autorização da diretoria da entidade. Forma-se um comando de greve por fora da entidade, e esse comando é um comando de greve que vai se formando nas regiões, com representantes das regiões, que vão formando o comando geral de greve. Essa estrutura de comando de greve que veio a dar a estrutura depois da APEOESP, que era a organização por subsede, como temos até hoje, que antes eram regionais e depois agora subsedes. Ela se apóia na estrutura da primeira greve. Quem coordena a assembleia, entre os primeiros, foi o Edgar, um dos coordenadores da assembleia é o Edgar, que também hoje é militante do PSTU no ABC.

Na época eu militava mais no setor privado do que no setor público. Eu sempre fui professor mais do privado do que público. Mas é toda a oposição que organiza isso. E aí esse setor que dirige a greve, por fora da direção da APEOSP, tentando obrigar a direção assumir, monta uma chapa de oposição. Logo em seqüência a greve tem uma eleição, e eles mudam o estatuto em uma assembleia fantasma, dizendo que quem não tinha dois anos seguidos de filiação sem cortes não podia se candidatar, e eles mapearam todos os conhecidos, eu inclusive, o Gumercindo, Edgar, todos os conhecidos. Mapearam para impedir que fossem candidatos. Mas era tão forte o movimento de oposição – que havia dirigido uma greve – que monta-se uma chapa com pessoas menos conhecidas e a oposição ganha a eleição, ganha a APEOESP. Então aqui o processo passou por dentro da APEOESP.

Em Minas foi diferente. Em Minas o comando de greve não toma a entidade, ele funda a entidade, a UTE/MG, que é a União dos Trabalhadores da Educação [do Ensino]. Mas o processo é similar. Ele depois dá de forma orgânica diferente, mas o processo é similar: comandos de greve (...). A história anterior, talvez com ritmos diferentes, com pouco peso de cá ou pra lá, mas são greves que explodem dirigidos pelo comando de greve, e a partir das greves ou se tomam entidades – onde o processo se passa por dentro de uma – ou se cria entidades. Em Minas é a UTE/MG, no Rio é o CEP (Centro Estadual dos Professores) que era mais ou menos parecido com São Paulo, ele já existia, mais frágil, quase um clube. No sul era o CEPERGS, que era um sindicato diferente, que demora mais tempo para ser tomado, dirigido por um setor que teria vínculos depois com o PSDB. A ser ganho pela esquerda é a que demora mais tempo. Vão se dando processos e ao mesmo tempo o setor de funcionários de escola foram criando entidades ou tomando entidades, pois foi um processo casado. Foi um ascenso conjunto, ele se dá junto, ele se dá nesse momento de forma unificada, professores e funcionários, mas a organização se dá de forma diferente. Aqui se cria a AFUSE, após essa primeira greve.

C.D.: Neste contexto, então, surgiram duas posições: ou toma-se as entidades dos pelegos ou cria-se novas. Chegou a haver algum debate nacional por parte dessas correntes políticas?

Mauro: Debate nacional, categórico, ele surgiu em relação a criar uma entidade nacional ou não. Do ponto de vista de estado, o debate foi estadual. O MUP, por exemplo, tinha a linha de construir sindicatos paralelos, inclusive para o ABC. Por

incrível que pareça hoje é um setor mais cutista possível, mas a história tem suas ironias. Naquele momento eles eram os fissurados por sindicatos paralelos. A linha dele era de sindicato paralelo aqui em São Paulo. O MOAP defende o processo por dentro da APEOESP, que é o que se deu. Por quê? Porque teve uma leitura de que o processo objetivo, espontâneo, era por dentro da APEOESP, porque era a referencia do professorado que já tinha feito alguma luta. Ela tinha, ou nos anos 1960, da greve que teve, que foi dirigida pela APEOESP, ou das lutas jurídicas que durante a ditadura era onde se passava. O CPP era visto apenas como centro de diversão, um clube. Não se via muito, do ponto de vista da consciência da massa, não havia muito sentido: sem tem a APEOESP, por que fazer outro?

Em Minas a realidade era distinta, não havia uma entidade similar. Eu não conheço a história de Minas, mas o que tinha de entidade era mais ou menos como o CPP, que era muito fechado. Então não há possibilidade de você fazer por dentro. Em Minas o processo impõe a criação de uma entidade. Tanto é que as mesmas correntes que aqui em São Paulo eram a favor que, a partir da leitura que faziam da realidade, que o processo se passava por dentro da APEOESP, em Minas eram a favor de se fundar uma entidade. Você faz a materialização da política de acordo com a realidade concreta.

Nacionalmente há um debate. Mas do ponto de vista (...). Essas lutas do final dos anos 1970, as greves são nacionais, mas o setor é muito (...), os governos são estaduais. Não há um planejamento nacional das lutas. Então no final dos anos 1970 tem também por ação consciente. O que é ação consciente? Foi uma vanguarda se organizando em quase todos os estados e ela age sobre essa realidade e ela organiza um processo que é espontâneo, que é explosivo. E no final dos anos 1970 você tem, por iniciativa desses setores, particularmente São Paulo – São Paulo cumpre um papel organizativo forte –, chama-se um encontro que ocorre no teatro Paulo Erone. O Primeiro encontro nacional de professores. (...) Eu fui mesa desse encontro, que é exatamente a forma de buscar transformar esse processo, a combinação de processos espontâneos que ocorrem em vários estados, com greves e ação consciente organizada, de dar organicidade nacional. Então há o primeiro encontro, e esse encontro tira como deliberação fundamental a convocação de um congresso. Nesse encontro há polêmicas, entre se a linha que a OSI tinha, que era de sindicatos paralelos, e a posição definida era de que dependia de cada estado. Tanto é que na chapa que se monta em 1979 para a primeira eleição da APEOESP, a OSI é obrigada a mudar, se não ficaria de fora da chapa. Então ela muda de posição aí, no processo. E ela já se tornou minoria. Ela que em 1977 era a ampla maioria, digamos, o MOAP com a política certa se torna a maioria dessa nova direção. Muda mais ou menos de opinião, eles participam, mas continuam dizendo que a teoria dos sindicatos paralelos ainda vale para o período.

Nacionalmente nesse encontro há um debate: vamos fundar uma entidade nacional ou vamos participar da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), que era a entidade que tinha. Aí há um debate nacional. Eu por exemplo, que defendia aqui em São Paulo que o processo se passava por dentro da APEOESP, que o movimento se passava por dentro – se você fizesse um movimento paralelo você facilitava a vida dos pelegos, e você fazia o movimento por fora das massas, um sindicato de vanguarda por fora das massas –, em Minas já tinha uma posição diferente. Eu discutia com os mineiros sobre a política, pois tínhamos uma corrente nacional. Então há um debate, e o debate é fundar uma entidade nacional. Essa posição defendia por mim e mais alguns, ganha. E é a posição majoritária no

encontro convocar um congresso para fundar uma entidade. Primeiro congresso é em Recife. E o congresso também delibera se funda uma entidade ou não.

C.D.: É nesse congresso que já não conta com a participação do PCB, do PCdoB, do MR8...

Mauro: Esse pessoal – PC, PCdoB – eles estão juntos na primeira chama de oposição contra a velha pelegada, na chapa de 1979. Mas ali já se refletia o racha nacional, que começa a vir o movimento pró-CUT ou a re-fundação da CGT (Comando/Confederação Geral dos Trabalhadores). Eles estavam em unidade com a velha pelegada dentro do movimento sindical, e que se reflete em professores. Eles começam a se aliar com a velha pelegada, com o Joaquinção, etc., o que vinham do chamado velho sindicalismo, pela re-fundação da CGT, tanto é que eles não participam do congresso de fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A última atividade unificada foi o CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora). E isso começa a se expressar em professores também. Então no congresso de Recife, até o encontro de São Paulo eles participam. No congresso de Recife já meia boca. No congresso de Recife, onde se funda a UNATE (União Nacional dos Trabalhadores em Educação), o PC e o PCdoB já não estão. A linha deles é ir para a CPB.

O processo organizativo não é preto e branco. Tem cinza, etc., ele varia de estado para estado e nacionalmente ele assume (...), então se funda a UNATE, porque se considerava que a estrutura da CPB naquela época era uma estrutura que não daria vazão. Mas a UNATE tem uma vida curta. Ele se funda nesse ascenso, esse grande ascenso que se tem no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980. Depois tem uma certa baixa na luta de professores; é um ciclo que retoma de novo. E nesse período de certa baixa o MEP – que era uma das correntes nacionais, que tinha a presidência da UNATE – o MEP muda de posição, decide fazer o processo por dentro da CPB. E aí faz um acordo, a UNATE se dissolve, e o que era um movimento nacional organizado na UNATE entra para a CPB. Que veio a se tornar a CNTE.

C.D.: O tipo de organização que a UNATE se propunha não coube na conjuntura que se formou, nesse refluxo do movimento sindical...

Mauro: Um refluxo nos anos 1980 (...), ela surge das grandes lutas de 1978, 1979, 1980, reflexo dessa necessidade unificação nacional. Mas depois com o refluxo do começo dos anos 1980 ela não se sustenta.

C.D.: As principais correntes políticas que atuavam no movimento sindical docente faziam o debate junto a base sobre a questão classista, se o professor se identificava enquanto trabalhador, ou havia uma forte presença de uma ideologia burguesa, uma ideologia meritocrática entre os professores? Como era a relação entre os professores e um a possível consciência de classe?

Mauro: A consciência de classe, se olharmos hoje veremos que é pequena. Vivemos em uma sociedade burguesa onde a ideologia burguesa é dominante. Se você rodar as escolas hoje, predomina a ideologia burguesa, não há consciência de classe. O peso da burguesia na sociedade em que vivemos, as instituições que propagandeiam essa ideologia e tudo mais. Então, naquele período não era diferente.

Agora, como era um período de ascenso, o movimento sindical vive, a classe trabalhadora vive – depois de retesada por 20 anos de ditadura – ela vive um grande

período de lutas, de mobilizações. Então isso facilita o debate ideológico, em situações assim o debate ideológico fica mais fácil. As correntes de esquerda, a maioria delas, atuavam. Esse era um dos debates fundamentais em sala de aula, nas salas de professores, inclusive para se entrar em greve. Tinha um setor que dizia “não somos trabalhadores, nós somos gente diferenciada”. Havia uma corrente forte de que professores não são iguais. E isso existe até hoje. “Os professores não são iguais aos metalúrgicos, não são iguais”. Esse discurso, inclusive, era predominante. Mas havia um espaço que permitia aos setores organizados que tinham uma posição ideológica de que os professores são trabalhadores – posição clássica de Marx, que dizia que os professores são assalariados, devem ser unidos aos outros – então há o espaço para esse debate. Esse inclusive era um dos debates fortes, inclusive para convencer os professores a entrar em greve.

Então muitos que entravam em greve não se julgavam iguais aos metalúrgicos, mas isso não impedia de entrar em greve. Então, “não sou exatamente igual, mas em certa medida eu tenho certas similaridades”. E permitiu que – isso tudo fruto de debates fortes – parte do movimento dos professores se aliassem com os metalúrgicos do ABC. Na construção da CUT os professores jogaram papel fundamental, uma das categorias que foram suporte, o alicerce, na construção da CUT no país. E o movimento de professores foi o suporte para a construção do PT (Partido dos Trabalhadores). São dois processos organizativos, um na área sindical e outro na área política, mas correram paralelo e frutos das grandes lutas, produtos desse período histórico.

Se você pegar o PT de São Paulo, ele avança para o interior apoiado na estrutura da APEOESP, que é o sindicato que tem a organicidade no interior, que tem uma vanguarda que foi ganha ideologicamente para essa questão de que somos classe trabalhadora. Então essa estrutura da APEOESP (...), tanto é que muitos do PT, a maioria era dirigentes da APEOESP nos anos 1980. Ou conselheiros, dirigentes locais, vereadores. Até hoje, eu tive agora em Araçatuba, a Durva, uma amiga de infância minha e de minha irmã, era dirigente da APEOESP de Araçatuba, é vereadora em Araçatuba, está lá em reeleição, etc. E se você olhar Minas, é igual. O PT se constrói em Minas Gerais, no interior, muito apoiado no movimento sindical. O movimento de professores deu suporte para essa organicidade, tanto da CUT quanto do PT. E tinha a haver com essa luta ideológica que se travou. Hoje há um retrocesso porque hoje essa luta ideológica se faz (...) tem a haver com esse realinhamento da maioria da direção do PT, ela já tem um posicionamento ideológico distinto do que ela teve naquele período histórico.

C.D.: Então a categoria docente, no período de 1984, 1985 e 1986, se limitou a uma consciência sindical, à uma consciência trade-unionista?

Mauro: Consciência sindical. Os níveis de consciência são diferenciados. Eles não são iguais e tem que ver o que predomina. Há um predomínio de um nível de consciência que é necessário lutar, que tem a haver com as suas condições objetivas. E são majoritárias, tanto que as greves são fortes. Mas essa é uma luta política.

Do ponto de vista prático, mesmo que o cara que ele dissesse que ele não era igual ao outro trabalhador, mas do ponto de vista prático ele já está tomando uma atitude que, mesmo que ele não a reconheça de forma categórica e consciente, mas do ponto de vista de sua ação prática, ele já o faz como, ao se colocar em luta. Porque se ele não se considera trabalhador, portanto ele não vai se colocar em uma

ação que é típica da classe trabalhadora. A reação seria individual, isto é, a predominância da meritocracia.

Naquele período o peso da chamada meritocracia é menor, porque tem a haver com as características do período. A briga era por planos de carreira, e planos de carreira – isso era majoritário na categoria – os mais grevistas e os menos grevistas eram a favor. Os planos de carreira não tinham sido promessas ou destruídos onde tinha. A questão era ter planos de carreira para que a profissão docente fosse uma profissão onde o cara sabe onde começa e onde termina. Tanto é que as lutas dos anos 1980 é por planos de carreira, no mesmo plano que os salários. E o plano de carreira não era meritocrático, no sentido de que tem hoje, que é plano de carreira individual, você tem mais mérito que o outro. Eles eram planos de carreira – o primeiro plano que a gente arranca na greve dos anos 1980 é um plano de carreira em que a pessoa vai subindo de faixa por tempo de serviço. Ele está apoiado naquilo que se defende como critério correto de um plano de carreira, que é tempo de dedicação ao tempo de serviço e títulos. Por exemplo, você é um professor da rede e está fazendo um mestrado, isso no seu plano de carreira vai aumentando o seu salário, doutorado, etc., que eram apoiados em títulos e tempo de serviço, os dois pilares do plano de carreira. Hoje os governos do PMDB e PSDB liquidaram com isso, você tem os planos de carreiras meritocráticos. A prefeitura de São Paulo foi onde o plano de carreira foi redigido no meu gabinete, quando fui vereador na época do governo da Erundina. E foi uma briga com o governo, mas houve negociação.

A meritocracia tinha a haver com os títulos. Obviamente aqueles que dedicam a estudar mais ascendiam na carreira.

C.D.: Mas o discurso meritocrático, naquele período, estava em menor escala...

Mauro: Estava em muito menor escala do que hoje, nem se compara. Da maneira em que surge hoje não existia naquela época. Inclusive a expressão meritocracia, para quem atua no movimento sindical ela é um eufemismo de sacanagem. O neoliberalismo é mestre na arte do eufemismo. Se pudesse fazer uma tese de doutora, faria sobre a arte do eufemismo do neoliberalismo. Que é um período histórico de retirada de direitos, você não pode dizer a verdade. Então meritocracia é um eufemismo de acabar com planos de carreira, de retirar direitos, no sentido da carreira docente. Esse discurso não existia naquele tempo.

A palavra meritocracia podia até surgir, mas com outro significado, talvez até positiva. Entender como meritocracia aquele que se dedica à profissão, que fica mais tempo, que vai fazer cursos. Não tinha nada a haver com a meritocracia de hoje.

C.D.: Mas a essência do coletivo era maior...

Mauro: A consciência coletiva era maior. O período histórico gera ma consciência coletiva, tanto é que a APEOESP se torna o maior sindicato. E isso era uma luta política. Não significa que todo mundo, que isso era espontâneo, mas a realidade objetiva empurrava os professores para isso e havia um setor consciente que, apoiado sobre essa realidade, atuava nesse sentido. Então a posição majoritária dentro das escolas era uma posição coletiva, uma luta coletiva que dava resultado. Isso se manifesta na organicidade, a entidade se constrói. E o subproduto dessa consciência coletiva é a própria construção da APEOESP, da CUT, do PT.